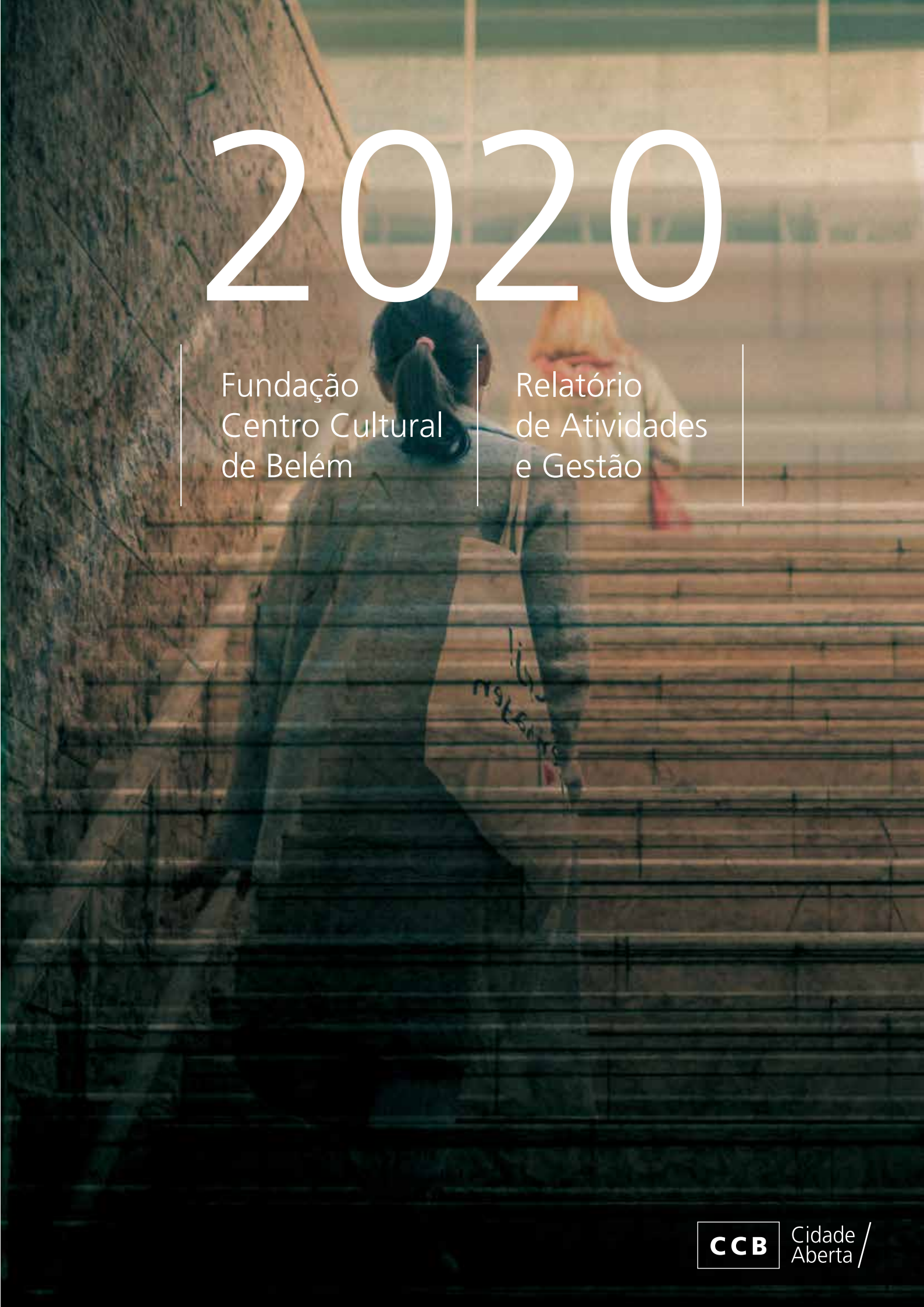


2020

The background of the entire page is a photograph. It shows a person from behind, walking on a wooden boardwalk. To the left is a rough, textured stone wall. In the background, another person with blonde hair is visible, and the scene appears to be outdoors with some greenery in the distance.

Fundação
Centro Cultural
de Belém

Relatório
de Atividades
e Gestão

CCB

Cidade
Aberta /

2020

Fundação
Centro Cultural
de Belém

Relatório
de Atividades
e Gestão

1

Mensagem
do Conselho de Administração ⁰⁰⁹

2

A atividade
da Fundação em números
Principais indicadores ⁰¹²

3

Uma programação
diversificada

- 3.1 Artes Performativas ⁰²⁰
- 3.2 Fábrica das Artes ⁰²³
- 3.3 Pensamento ⁰²⁷
- 3.4 Garagem Sul ⁰³⁰
- 3.5 Acervo e arquivo histórico ⁰³³

4

Atividade
comercial

- 4.1 Lojas ⁰³⁹
- 4.2 Eventos: reuniões e congressos ⁰³⁹
- 4.3 Restauração e *catering* ⁰⁴¹

5

Comunicação
e marketing

- 5.1 Relação com os *media* e presença nas redes sociais ⁰⁴⁵
- 5.2 Imagem e nova edições ⁰⁴⁶
- 5.3 Amigos, mecenas e parcerias institucionais ⁰⁴⁷
- 5.4 Relação com os públicos ⁰⁴⁸

6

O edifício, as instalações
e os equipamentos

- 6.1 Projetos e obras ⁰⁵³
- 6.2 Manutenção e gestão técnica ⁰⁵⁵
- 6.3 Ambiente, qualidade e acessibilidades ⁰⁵⁵
- 6.4 Tecnologias de informação e comunicação ⁰⁵⁶
- 6.5 Segurança ⁰⁵⁷

7

Recursos
humanos ⁰⁵⁸

8

Resultados económicos ⁰⁶¹
e financeiros

- 8.1 Resultado líquido do exercício ⁰⁶⁸
- 8.2 Situação patrimonial ⁰⁷³
- 8.3 Execução orçamental
no perímetro do Orçamento de Estado ⁰⁷⁸

+

Anexos

- Demonstrações financeiras e anexo ⁰⁸²
- Demonstração orçamentais e anexo ¹¹⁹
- Relatório de Auditoria ¹⁴⁰
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal ¹⁴⁵
- Declarações previstas no art.º 15.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março ¹⁵⁰

O Centro Cultural de Belém agradece às empresas e parceiros que potenciaram os resultados alcançados em 2020

Addmore
Agenda Câmara Municipal de lisboa
Agrupamento de Escolas de São Bruno
Alkantara Festival
Altice / MEO
AMEC
Associação Música – Educação e Cultura
Amigos CCB
Amorim Isolamentos
ANTHEA, Segurança Privada
ANTT / DGLAB
Arquiteto Francisco Caldeira Cabral
Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz
Arquivo Histórico Militar
Arquivo Histórico de Marinha
Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa
Arquivo Municipal da Figueira da Foz
Associação de Desenvolvimento Mais Surf
Artebel
Associação Gerador
Atelier Carrilho da Graça Arquitetos, Lda
BBVA
Bertrand
BPI
Bose Productus B.V.
Caixa Mais (Caixa Geral de Depósitos)
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Torres Vedras
Canon
Casa do Marquês
Cemar – Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luis de Albuquerque
Centro Cultural de Ovar
Centro Hospitalar de Lisboa Central
Centro Nacional de Cultura
Centro Português de Fotografia
Clece
Conservatório de Música de Sintra
Convento de Cristo
Convento de S. Francisco, Coimbra
CP – Comboios de Portugal, E.P.E
Culturgest
Centro Português de Fundações
Ciência Viva / Pavilhão do Conhecimento

CINARS
Junta de Freguesia de Belém
Leya
Lisboa Verde Europeia 2020
Lisbon Helicopters
LOBA – Globaz
Lusitânia – Companhia de Seguros
Máquina Voadora
Metropolitana
Midas Filmes
Ministério da Cultura
Mosteiro dos Jerónimos
Mundiconvenius
Museu do Cinema
Museu do Prado
Museu Nacional da Música
Museu Nacional de Arqueologia
Museu Nacional de Arte Antiga
Museu Nacional do Azulejo
Museu Nacional dos Coches
Museu Nacional de Etnologia / Arte Popular
Museu de Marinha
Museu Marítimo de Ílhavo
Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim
Musicamera Produções
Newfoundland Memorial University
Ofício das Artes
Associação para o Ensino, Formação e Desenvolvimento de Atividades Artísticas
OPART
Ordem dos Arquitetos
Orquestra de Câmara Portuguesa
Orquestra Sinfónica Portuguesa
Pastéis de Belém
PERFORMART – Associação para as Artes
Performativas em Portugal
Plano Nacional das Artes
Plano Nacional de Leitura
Portugal Manual
Preceram – Indústrias de Construções
Programa Europa Criativa da União Europeia
Quorum Ballet
Cinemateca Portuguesa

Darcos Associação Cultural
Delloite
Delta / Delta Q
DGArtes
Direção-Geral da Educação
Direção Geral do Património Cultural
Direção-Geral do Território
Docapesca
DSCH
EFA – European Festival Association
EGEAC – Museu do Fado
Embaixada da Alemanha
EMEPC – Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental
Escola Superior de Música de Lisboa
Euroservice
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova
Fersil
Festas de Lisboa
Festival Cumplicidades
Festival de Almada
Formação e Desenvolvimento
Forum Dança
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Casa da Música
Fundação GDA
Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento
Fundação Millennium BCP
Fundação para a Ciência e Tecnologia
Fundação Rotária
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar
Geolink
Goethe-Institut
Gyptec Ibéria
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Hotéis Vila Galé
IKEA
Imprensa Nacional – Casa da Moeda

Inetum
Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço
Instituto Italiano de Cultura
IT4Culture
Jardins Abertos
Rádio Radar
Rádio Renascença
Representação da Comissão Europeia
Rivoli / Campo Alegre
Robbialac
Royal Opera House
RTP Media Partner (Antena 1 / Antena 2 / Antena3 / RTP Palco)
Samsung
Santander Totta
São Luiz Teatro Municipal
SAS forum
Sistema Solar
Sonoscopia – Associação Cultural
Sony Music
SPA – Sociedade Portuguesa de Autores
Super Bock Group
SuperBotânica
Teatro Municipal do Porto
Teatro Nacional de São Carlos
Teatro Nacional de São João
Teatro Nacional D. Maria II
Temporada Darcos
Temps d’Images
The Navigator Company
Ticketline
Trienal de Arquitetura de Lisboa
Turismo de Portugal
Universidade de Coimbra
Universidade do Porto
Universidade dos Açores
Universidade Lusófona de Lisboa
Departamento de Arquitetura
Universidade Nova de Lisboa
Valchromat
Veranatura
World Surfing League

Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2020 ficará indelevelmente associado à crise pandémica de Covid-19, com fortes impactos sentidos na vida cultural das comunidades e das instituições.

A oferta de atividades e serviços do Centro Cultural de Belém em 2020 descreve-se facilmente, através de algumas das palavras mais usadas ao longo de um ano marcado por confinamentos, encerramentos, cancelamentos e reagendamentos sucessivos, numa atividade constante de notável resiliência da instituição, das equipas e dos artistas.

Em março, a Cidade Aberta dava lugar à Cidade Digital, procurando manter a comunicação com o público e a oferta em diversas plataformas de uma programação outra, entretanto recuperada e trazida à memória, ou de novas transmissões digitais que iam sendo possíveis, anunciando uma retoma muito gradual.

Paralelamente, as equipas do CCB assumiam os desafios quer de uma reprogramação sistemática em constante redimensionamento, em que muito se contou com artistas e agentes culturais, quer do *marketing* digital, num permanente esforço de adaptação e de navegação à vista, que caracterizou a atividade de boa parte do ano. A permanente reavaliação da conjuntura e preparação da incerta retoma mobilizaram a instituição e fizeram reequacionar procedimentos, repensar estratégias em diálogo com os nossos parceiros.

Na retaguarda, desde o início de março, aplicava-se o Plano Interno de Contingência, atualizado a par da evolução da pandemia e comunicado às equipas, operava-se a transição para teletrabalho de grande parte dos colaboradores que, de modo exemplar, acompanharam o esforço de mudança, realizavam-se os necessários investimentos em TIC e mantinham-se os serviços mínimos necessários à conservação dos espaços e à manutenção do funcionamento e segurança do complexo edificado.

Em maio, implementava-se o novo plano de levantamento progressivo das medidas de contenção com regras específicas associadas à mitigação dos riscos das operações para retoma das atividades culturais, o que implicou a aquisição de equipamentos vários para proteção individual,

das instalações e do público. Paralelamente, implementavam-se novas rotinas de higienização dos espaços e equipamentos, mantinha-se o teletrabalho e a rotação de equipas sempre que possível, aplicavam-se regras de prevenção, abrangendo a realização de ensaios, trabalhos de montagem de espetáculos, exposições e conferências, o acolhimento de público e a exibição de espetáculos, garantindo a segurança das equipas do CCB, dos artistas e técnicos externos, bem como do público. A par de um rigoroso rastreio de contactos e quarentenas preventivas, garantindo a segurança dos colaboradores, e procurando impedir qualquer surto na instituição, o ISQ (Instituto de Soldadura e Qualidade) realizava entre outubro e dezembro um processo de avaliação independente e melhoria contínua, que viria a atribuir a certificação “Covid Out” ao CCB, validando as normas e os procedimentos adotados.

A 18 de maio, o CCB reabria a Garagem Sul, a receção e a Bilheteira e, a 21 de junho, o Grande Auditório apresentava o primeiro concerto com a Orquestra Metropolitana de Lisboa e recebia o público com um novo Jardim Vertical no caminho pedonal, um projeto de Francisco Caldeira Cabral com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito da “Lisboa Capital Verde”.

Sob o tema *Verão O Melhor dos Mundos Possíveis* foi implementada uma programação muito intensa ao ar livre, num auditório especificamente desenhado por João Luís Carrilho da Graça. Com rigorosas medidas de prevenção sanitária e lotações ajustadas à nova realidade, o programa registou 72% da ocupação prevista, demonstrando a inequívoca adesão do público à nova oferta cultural.

No final de setembro, apresentou-se a nova temporada 2020/2021 sob o mote: *ENTRE – entre modelos e paradigmas, entre géneros artísticos e tipologias, entre formulações culturais e idiosincrasias individuais*, num investimento de esperança e retoma mais global da atividade presencial.

Na área comercial, a atividade foi fortemente penalizada pela pandemia, registando uma perda global de 36% relativamente a 2019, quando anteriormente se perspetivara um ano muito positivo, que seria pontuado pela concretização





de grandes congressos internacionais e eventos corporativos e por uma ampla exploração dos espaços comerciais e serviços associados.

A mudança provocada pela interrupção da circulação de artistas nacionais e internacionais, o cancelamento generalizado de eventos comerciais, o encerramento de lojas e restaurantes com o consequente apoio dado através da redução de rendas, o decréscimo de 58% das receitas da atividade cultural decorrente do período de encerramento e da necessária e substancial redução da ocupação de salas, constituíram os principais fatores que condicionaram fortemente a atividade e os resultados obtidos.

Apesar da quebra de 37% dos rendimentos próprios da Fundação, que passaram de 5 759 m€ em 2019, para 3 637 m€ em 2020 e dos impactos negativos da pandemia em todas as áreas de atividade, foi possível obter resultados positivos, prosseguindo na esteira dos dois anos precedentes, numa tendência que importará salvaguardar.

Para esse facto concorreram várias circunstâncias, sendo as mais determinantes o contrato celebrado com o Estado Português para arrendamento do Centro de Congressos e Reuniões do CCB e outros espaços, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, a partir de outubro de 2020 e até julho de 2021, o reforço do apoio ao funcionamento pelo Fundo de Fomento Cultural do Ministério da Cultura, que registou um aumento de 6%, de 7 392 m€ para 7 728 m€ e, ainda, a diminuição em 17% dos gastos com programação, consumo de energia e outros relacionados com a redução das atividades presenciais nos espaços da Fundação.

Por outro lado, o esforço de captação de fontes de financiamento alternativas foi compensado com a aprovação de uma candidatura submetida ao programa Compete 2020, permitindo o desenvolvimento de novos projetos no âmbito da transição digital, com um investimento elegível de cerca de 735 m€ e um incentivo disponibilizado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de cerca de 418 m€, dos quais 108 m€ foram comparticipados em 2020. Este apoio de fundos comunitários veio assim viabilizar a concretização faseada de uma das orientações estratégicas da Fundação, abrangendo projetos de modernização das práticas de gestão

de recursos e da produção de atividades culturais, da comunicação com os públicos e da transmissão em canais digitais da programação cultural do CCB, sob o mote do CCB – Cidade Digital. Uma segunda candidatura SAMA, reforçando os projetos de transição digital, alguns dos quais também em parceria com a Direção-Geral do Património Cultural, e com uma importante componente de estudos atravessando os domínios da gestão financeira e da gestão cultural, foi submetida em junho de 2020 e aprovada já em 2021, com um valor elegível de 673 m€ e um apoio do Fundo Social Europeu de 383 m€.

No quadro do procedimento por negociação para subcessão do direito de superfície dos terrenos dos Módulos 4 e 5 do CCB a promotor externo, a Comissão de Avaliação desenvolveu o seu trabalho, apesar dos compassos provocados pela pandemia e dos necessários encontros entre equipas jurídicas, tendo em vista a apresentação de uma proposta final à Comissão (que não viria, no entanto, a confirmar-se).

A conclusão desta operação e a ambicionada edificação dos Módulos 4 e 5 para equipamento hoteleiro e área comercial decorrerá assim apenas em 2021, permitindo finalmente concretizar a partir de 2022 a tão ambicionada captação de novos rendimentos e fontes de financiamento para prossecução e renovação da missão cultural da Fundação.

Por outro lado, manteve-se em 2020 a assunção dos encargos de funcionamento do Museu Coleção Berardo, que ascenderam a 1 M€, nos termos do contrato de comodato do Estado com a FAMC-CB em vigor.

A forte penalização sentida em toda a atividade da Fundação em consequência da pandemia, durante 2020 e também em 2021, serão sem dúvida ultrapassadas permitindo ambicionar um futuro próximo de verdadeira transformação e mudança, onde a excelência da programação cultural, a oferta e fruição de espaços e ambientes únicos e sempre renovados reforçarão o CCB como Cidade Aberta – o lugar de todas as artes, para todas as pessoas –, como Cidade do Conhecimento – do encontro de culturas e de construção da felicidade – e também como Cidade Digital – o lugar das comunidades, das empresas, do futuro.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ELÍSIO SUMMAVIELLE

ISABEL CORDEIRO

DELFINO SARDÓ

LISBOA, 6 DE MAIO DE 2021

2

A atividade da Fundação em números

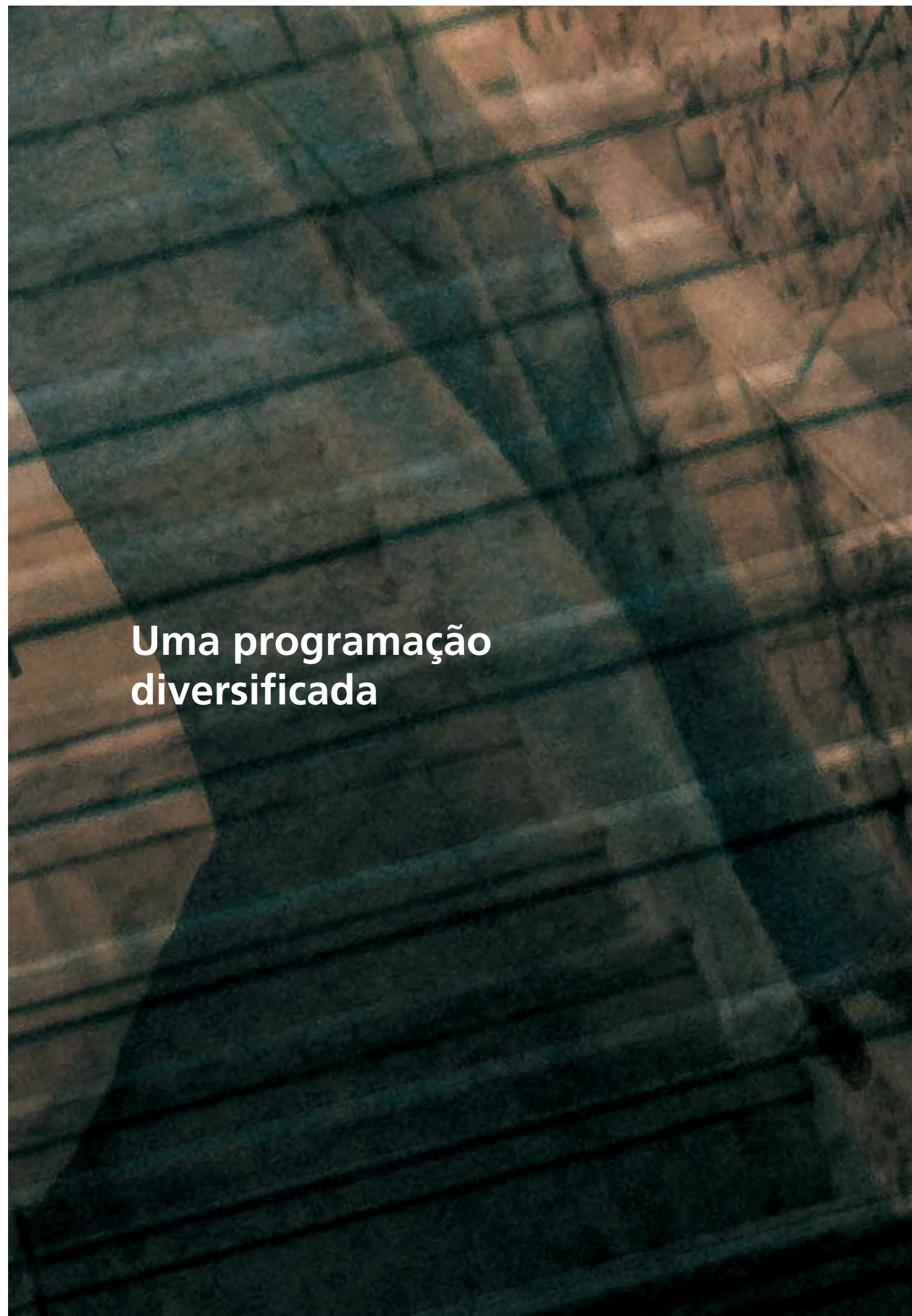
Principais indicadores

	2020	2019
Número de espetáculos	117	229
Número de exposições	3	7
Número de conferências	59	86
Número de atividades educativas	27	37
Número de outras atividades	49	43
Público de espetáculos	43 740	115 168
Público de exposições	5 353	15 200
Público de conferências	16 445	8 079
Público de atividades educativas	3 741	9 447
Público de outras atividades	7 355	22 496
Número de eventos comerciais	165	392
Público de eventos comerciais	8 258	88 780
Público total	84 892	259 170

	2020	2019
Número total de bilhetes	58 936	125 960
Vendas	49 658	102 859
Convites	4 355	53 443
Entradas gratuitas	4 923	35 921
PÚBLICO EM ATIVIDADES CULTURAIS EXCLUINDO PRODUÇÃO EXTERNA		
Comunicação		
Número de edições	39	78
Número de destaques de imprensa	5 647	7 877
Número de visitantes ao site	375 430	362 089
POR LAPSO EM 2019, O VALOR DIVULGADO FOI O NÚMERO DE VISUALIZAÇÕES NO SITE		
Número de seguidores nas redes sociais	262 699	218 663
Relações públicas		
Número de Amigos CCB	830	901
Número de novas parcerias	9	7
Número de subscritores da <i>newsletter</i>	17 587	14 500

3

Uma programação
diversificada



Um ano extraordinário

Nada faria esperar o ano de 2020 quando no dia 1 o celebrámos, como habitualmente, com polcas e valsas da família Strauss, em dois concertos esgotados da Orquestra Metropolitana de Lisboa. Até meados de março, tudo decorreu na normalidade, destacando-se a peça *Vidas Íntimas* de Noël Coward, com encenação de Jorge Silva Melo, o último espetáculo apresentado no Pequeno Auditório antes do confinamento.

Por fazer ficaram alguns grandes projetos como a Ópera *Die Walküre / A Valquíria* de Richard Wagner, em parceria com o Teatro Nacional de São Carlos, e a 14.ª edição do Festival Dias da Música em Belém, sob a égide de Beethoven no seu 250.º aniversário. Após uma primeira tentativa de adiar o Festival para setembro, a dificuldade nas viagens, a par de um conjunto de condicionalismos e restrições não o permitiram operacionalizar.

No dia 21 de junho assinalámos o regresso ao Grande Auditório, com o concerto comemorativo do 28.º Aniversário da Orquestra Metropolitana de Lisboa, um concerto só para convidados: Amigos da Metropolitana e Amigos do CCB, tendo como solista o pianista António Rosado. Mantivemos as colaborações com as instituições parceiras e apresentámos, em julho, a peça *Viagem de Inverno*, de Elfriede Jelinek, com encenação de Nuno Carinhas, integrada na 37.ª edição do Festival de Almada.

O verão trouxe o público de volta ao CCB. Dando vida a um projeto da autoria do arquiteto João Carrilho da Graça, a cortiça (com o apoio da Corticeira Amorim) foi mais uma vez o material eleito para transformar a Praça CCB, desta vez num grande auditório ao ar livre capaz de acolher cerca de 400 espectadores em segurança. Sob o tema: *O Melhor dos Mundos Possíveis*, tivemos em julho, agosto e setembro 9 sessões de cinema, 15 concertos e 24 atividades gratuitas, entre as quais ioga, pilates, *tai chi chuan*, sessões de *showcooking* e *DJ sets*. Nos concertos, alguns dos quais remarcados da programação anteriormente cancelada, acolhemos os Cais Sodré Funk Connection, os Sete Lágrimas (com convidadas como Carolina Deslandes, Tainá e Ana Moura), e Os Músicos do Tejo (com Ana Quintans e Ricardo Ribeiro). O concerto de encerramento ficou a cargo de Tito Paris. O baixo preço dos bilhetes, 5 euros, representou um esforço do CCB

no sentido de celebrar esta reabertura e retoma da atividade cultural.

No final de setembro apresentámos e iniciámos a nova temporada 2020/2021 sob o mote: *Entre* – entre modelos e paradigmas, entre géneros artísticos e tipologias, entre formulações culturais e idiosincrasias individuais.

Apesar da redução das lotações das salas e dos vários cancelamentos e adaptações horárias que fomos forçados a fazer no contexto da pandemia, o último trimestre de 2020 foi particularmente preenchido.

Na dança e no teatro demos um particular destaque a projetos de jovens coreógrafos e encenadores, numa tentativa de reavivar o espaço Black Box, dando lugar a espetáculos mais contemporâneos e pluridisciplinares, que tendem a atrair ao CCB um público mais jovem.

O Grande Auditório acolheu no último trimestre, entre outros, o espetáculo comemorativo do 100.º aniversário de Amália Rodrigues: *Amália – A Voz Maior do que o Fado*. Um espetáculo “feito de luz e sombra”, encenado pelo realizador João Botelho, com a participação de Luz Casal, Ana Quintans, Camané, Ricardo Ribeiro e Gaspar Varela, acompanhados ao piano por Mário Laginha, mas também por viola, guitarra, baixo, e quarteto de cordas. Fechámos ainda o ciclo CCBeat, com 10 anos de existência, com um concerto dos Pop Dell’Arte.

Apesar da diminuição do número absoluto de espectadores, o CCB conseguiu ao longo do ano de 2020 manter uma taxa de ocupação acima dos 75%. O público reagiu bem a todas as alterações que fomos forçados a fazer, acompanhando-nos até ao final do ano.

Importa ainda referir que num trabalho que vem sendo desenvolvido para a transição digital do CCB, ao longo do ano foram filmados vários espetáculos ao abrigo da candidatura SAMA (que contempla um conjunto de projetos que visam concretizar etapas fundamentais da referida transição). O mundo digital ganhou uma particular importância em 2020, tendo o CCB iniciado a transmissão de concertos em versão *streaming* nomeadamente do ciclo *Há Fado no Cais*, em parceria com o Museu do Fado, e de outros conteúdos em parceria com a RTP Palco.



3.1

Artes Performativas

Na sequência da declaração de emergência sanitária causada pela pandemia, a maioria da programação de 2020 teve de ser ou cancelada, ou reprogramada para o ano seguinte. Houve, contudo, alguns espetáculos que ainda se realizaram nomeadamente em teatro, dança, fado, *jazz* e *pop/indie*.

Em teatro tivemos as estreias de peças de André Murraças com *A Confissão* de Lúcio, Ricardo Vaz Trindade com *O que veem as Nuvens* e Mário Coelho com *Fuck Me Gently*. Na dança, retomámos as habituais parcerias com os festivais da cidade, nomeadamente o Festival Cumplicidades, Alcantara e Temps D'Images. Ainda em dezembro, apresentou-se no Grande Auditório (GA) o Quorum Ballet, com *A Sagração da Primavera*, numa celebração do 15.º aniversário desta companhia.

Na programação da música *pop/rock/indie* realizaram-se alguns concertos, com destaque para Pop dell'Arte, no GA, de :PAPERCUTZ e Stereossauro. O duo Mano a Mano, Mário Costa e Marta Hugon foram os únicos músicos de *jazz* a atuar no Pequeno Auditório.

Há Fado no Cais, em parceria com o Museu do Fado, contou com concertos de Aldina Duarte, Camané, Matilde Cid e o espetáculo dedicado ao centenário de Amália Rodrigues.

Nos meses de verão realizou-se na Praça CCB uma série de concertos com a presença dos Cais do Sodré Funk Connection, Fogo Fogo, Filipe Sambado, André Rosinha Trio, Tito Paris, entre outros. Neste âmbito decorreu um ciclo de cinema dedicado à pesca do bacalhau e ao mar, além de atividades lúdicas como sessões de *showcooking*, ioga e pilates.

A temporada de música erudita e ópera do CCB ficou igualmente muito marcada pela questão da pandemia e do confinamento. Contudo, há que destacar vários momentos que marcaram não só a temporada, mas também a capacidade de resposta do CCB em relação aos desafios que nos foram colocados pela pandemia.

Para começar há que assinalar a apresentação dos concertos para 2, 3 e 4 pianos de Johann Sebastian Bach, num concerto realizado em janeiro com os pianistas Artur Pizarro, Olga Prats, Jorge Moyano e Nick van Bloss e a Orquestra Sinfónica Portuguesa. Este concerto foi uma aposta da parceria CCB/OPART – Teatro Nacional de São Carlos, e resultou num dos momentos altos da programação de música clássica em Lisboa, mesmo atendendo a outras programações.

É de assinalar igualmente a cooperação próxima tida com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, o que tem permitido a este agrupamento crescer do ponto de vista artístico, e que nos permitiu trabalhar e apurar soluções para fazer face à pandemia. Podemos destacar o concerto *Regresso entre amigos*, primeira grande ação do CCB depois do primeiro confinamento e que nos permitiu fazer um verdadeiro teste às regras de segurança impostas pela Covid-19 e, sobretudo, trabalhar a confiança tanto dos profissionais, como do público. Este foi também o concerto onde se testou o *live-stream* em parceria com a RTP Palco, como uma possível resposta às necessidades de limitação de públicos.

Ainda da relação com a Metropolitana, há que destacar igualmente as duas récitas da ópera *Così fan Tutte* de Mozart, que permitiu ao CCB recuperar para a sua programação de verão artistas que tinham visto a sua participação nos Dias da Música em Belém cancelada, e o concerto de abertura de temporada com a 4.ª Sinfonia de Gustav Mahler, testando-se aqui as possibilidades máximas do palco do Grande Auditório, à luz das novas regras de implantação de orquestra, para fazer face à pandemia. Este trabalho de proximidade com a Orquestra Metropolitana acabou por ser reconhecido tanto pelo público como pela crítica.

Em relação ao público há que assinalar as boas taxas de ocupação dos auditórios, mesmo quando os concertos passaram para as 11h da manhã.

Igualmente de nota foi a programação de verão, para onde foram canalizados alguns dos concertos cancelados, tendo-se acrescentado outros programas que encaixassem melhor numa filosofia de concertos no exterior. Para isso foram encontrados programas que fizessem pontes entre o erudito e outros mundos, como foi o caso dos Músicos do Tejo e dos Sete Lágrimas. Do verão fizeram ainda parte a Orquestra de Câmara Portuguesa com o *Drumming* de Steve Reich, e o Ensemble Palhetas Duplas com a recriação da orquestração original da *Música para os Reais Fogos de Artifício* de Händel. Mais uma vez estes programas de verão tiveram uma forte adesão do público e foram importantíssimos para passar uma mensagem de confiança para a comunidade artística e para o público.

Por fim, e no âmbito do *streaming*, vale a pena referir o Concerto de Natal com o Alma Ensemble, construído de propósito para levar a típica música coral de Natal do CCB até à casa de todos.

Análise quantitativa

Em 2020 o CCB apresentou menos 61 espetáculos e menos 58 sessões do que em 2019. Estes números abrangem produção própria, coproduções ou coapresentações. No que diz respeito ao regime produção externa, vulgo aluguer de auditórios, foram feitos menos 25 espetáculos e menos 26 sessões do que em 2019. Houve, contudo, um aumento na taxa de ocupação global de 11 pontos percentuais, de 65 para 76%, parcialmente justificado pela redução das lotações das salas, mas também pela manifesta vontade do público em comparecer nas salas de espetáculo, apesar da pandemia.

Quanto à análise por tipologia, a área com mais espetáculos realizados ao longo do ano de 2020 foi o Teatro, com 25 sessões apresentadas, seguida dos concertos de orquestra com 18 concertos realizados e da Dança

com 15 sessões. O CCB de Verão – *O Melhor dos Mundos Possíveis*, apresentou 15 concertos, bem distribuídos entre música erudita e outros géneros musicais.

A tipologia com maior taxa de ocupação foi a Dança (96%), sendo esta taxa explicada pelo facto da maioria dos espetáculos terem sido apresentados na Black Box, agora com uma lotação reduzida a 36 pessoas. As exceções foram dois espetáculos apresentados no Grande Auditório, um no início do ano antes do confinamento, com lotação total, e outro no final do ano, com lotação reduzida, respetivamente Dada Masilo e Quorum Ballet, que tiveram as suas sessões esgotadas. A segunda tipologia com maior taxa ocupação foi a ópera (95%), apenas representada pelo *atelier* de Ópera da Metropolitana, que foi à cena no final de janeiro/início de fevereiro. O Teatro teve também uma excelente taxa de ocupação (80%), seguido pelas Orquestras, com 77%. Importa dizer que a taxa de ocupação dos concertos de Orquestra, que são maioritariamente apresentados no Grande Auditório, refere-se a uma capacidade total de 15 000 lugares disponíveis, enquanto o Teatro tem 80% de 4 120 lugares disponíveis.

No que diz respeito a custos, a maior fatia está na tipologia Orquestras, seguida pelo Fado, excecionalmente devido ao concerto comemorativo do centenário de Amália Rodrigues que empolou os custos nesta tipologia, pela Dança e pelo Teatro.

Fábrica das Artes

3.2

No ano de 2020, mais precisamente a 13 de março, a pandemia obrigou a suspender a atividade do CCB – Fábrica das Artes. A equipa focou-se na procura de soluções que levassem à reconfiguração do maior número de atividades e ao menor de cancelamentos, contribuindo para o desenvolvimento do CCB Digital.

Para o primeiro semestre de 2020, a Fábrica das Artes programou um conjunto de atividades que se organizaram nos seguintes eixos.

Ciclo *Pharmácia Amália*, projeto que respondeu às celebrações do centenário de Amália Rodrigues e que, através do cruzamento do seu universo histórico e musical com o da criação em artes performativas, dava a conhecer aos mais novos o legado no nosso património cultural comum. O Ciclo apresentou como núcleo central uma instalação da compositora e investigadora Teresa Gentil. Esta instalação desdobrou-se em:

- Visitas guiadas e visitas performativas (*O Tempo das Cerejas: Rádio Rodrigues; Bloco Operatório; Na Tasca*), criadas no âmbito da rubrica *Novos Criadores das Infâncias*;
- Uma oficina de história *Amália* para famílias (jogos de cruzamento do contexto político e cultural em que a vida de Amália se encontrou com histórias das famílias participantes);
- As conversas com música *Chá na Pharmácia*;
- Duas novas criações de espetáculos:

· *Assim deveria eu ser*, com Catarina Moura, Celina da Piedade, Sara Vidal e Ricardo Silva e com ilustrações e animação de Cátia Vidinhas;

· *Sou Filha das Ervas – Cantigas para o Coração*, de A Monda Teatro-Música, um espetáculo criado a partir de canções originais de Amélia Muge, fados e poemas escritos por Amália Rodrigues.

A estas duas novas criações portuguesas apresentadas no âmbito do Ciclo dedicado a Amália Rodrigues que acabamos de referir, juntou-se ainda *Mininu*, espetáculo multidisciplinar de Fernando Mota, apresentando na Black Box em fevereiro, criado a partir da recolha de canções infantis da Guiné, e uma oficina-conferência sobre esse trabalho de recolha e criação.

Mil Pássaros era um ciclo de atividades da Companhia de Música Teatral programado entre 13 de maio a 6 de junho. A relação criativa e dialogante que temos vindo a manter com a Companhia permitiu-nos pensar em conjunto até ao detalhe uma reconfiguração do programa e sua apresentação para um contexto como o que estávamos a viver.

Mil Pássaros promoveu experiências musicais e artísticas, colocando em diálogo famílias e creches/jardins-de-infância/escolas. Este trabalho, que estava previsto ser desenvolvido na Escola de S. Bruno, no âmbito do projeto *Cultura é Educação*, foi reconfigurado para um programa online, o que foi muito importante para a Fábrica das Artes enquanto laboratório de experimentação para a programação que viemos a preparar para a temporada de 2020/21, não só em termos técnico e tecnológicos, mas também ao nível da comunicação, da mediação e receção artísticas.

Apresentámos o espetáculo online *Poemário Vivo*, que foi transmitido ao vivo, por Zoom, a partir do CCB, e os poemas visuais *Poemário*, uma coleção de pequenos vídeos poéticos, plásticos e sonoros.

Apresentámos por Zoom, à comunidade educativa de S. Bruno, o projeto *Inúmera mão*, instalação que ganhou uma galeria online e que se associou à CML – Lisboa Capital Verde Europeia 2020. A FA, em parceria com a CML, contribuiu para construir uma galeria online que reunia os contributos de centenas de pessoas.

Projeto Cultura é Educação

Ainda no contexto de *Mil Pássaros*, realizámos, em abril de 2020, um encontro reflexivo, participado por 50 professores e a equipa de direção do Agrupamento de Escolas de S. Bruno, que teve como objetivo não deixar de capitalizar o investimento que vínhamos a realizar em conjunto com esta comunidade educativa desde maio de 2019, no meio do cenário confuso e distópico de início de pandemia, nomeadamente a interrupção letiva das atividades presenciais nas escolas.



Foi realizado um estudo de impacto do projeto *Cultura é Educação* a partir de entrevistas feitas a alunos, professores, educadores e encarregados de educação desta comunidade educativa, com resultados muito positivos.

O projeto cultural foi desenhado por e com o CCB para aquela comunidade e decorreu em três dimensões:

- um programa de vinda ao CCB para a fruição das nossas atividades artísticas e que, portanto, se cruza com toda a programação do CCB/FA referida neste relatório;

- residências artísticas na escola com os artistas protagonistas desses projetos;

- a dimensão de formação prática-teórica nas áreas da flexibilidade curricular e do papel do “artístico”; num entendimento integrado das artes, educação e cultura, enquanto rede que sustenta uma dinâmica social comum.

O encontro de reflexão foi realizado por Zoom e organizou-se em três momentos: 1. Visionamento de um vídeo montado pela equipa da FA e que sintetiza todos os acontecimentos vivenciados; 2. Mesas redondas parceladas de balanço e reflexão sobre diversas dimensões do projeto com resultados devolvidos ao grande grupo; 3. Um miniconcerto de piano da Companhia de Música Teatral (incrivelmente eficaz no impacto agregador que teve ao nível da “rememorização” da função da arte na vida pessoal e da comunidade), seguido do lançamento do projeto *Inúmera Mão / Mil Pássaros*.

O Tempo dos Desenganos, das Árvores e dos Pássaros, programa de Artes nas Férias com Ana Manta, Catarina França, Inês Pereira e Lara Mesquita, foi apresentado de 6 a 10 e de 13 a 17 de julho. Reconfigurado para o formato *online* com um *workshop* de uma semana que decorreu em *zoom* durante as manhãs, e que teve como produto final um vídeo integrador das atividades desenvolvidas, que foi partilhado com as famílias. Enviámos caixas pelo correio e os participantes abriram-nas em conjunto, uma por dia, no desenvolvimento de atividades partilhadas em regiões diferentes... até fora de Portugal continental. O programa foi repetido na semana seguinte para um segundo grupo.

Formação artística e cultural, é dirigida a um público adulto diverso: artistas, pais, educadores e professores, mediadores e curiosos.

Partindo dos projetos artísticos específicos da programação do CCB – Fábrica das Artes, dá acesso aos seus processos criativos, enquanto potenciadores de explorações e desdobramentos educativos aplicáveis em diversos contextos.

Dada a envolvimento, frequência e carga horária a que os docentes envolvidos no projeto estavam sujeitos, era fundamental que este tempo correspondesse a formação acreditada formativa. O grande desafio foi tornar elegíveis dimensões como: fruição de espetáculos, experiências e participação artística como parte integrante da formação, objetivo este alcançado com sucesso. Neste sentido, estas propostas formativas, uma vez que foram acreditadas, tornam-se em si um instrumento de *empowerment* da dimensão estética, artística e cultural em diálogo com a educação formal.

Um grande número de docentes encontrou aqui o empoderamento formativo para os projetos de flexibilidade curricular que as escolas do país estão a desenvolver, por orientação do Ministério da Educação. De facto, a escola, enquanto escola contemporânea, confronta-se hoje com o desafio de construir currículo diferenciado e criado no seio de si próprio, adaptado aos diversos contextos e situações pedagógicas. Esta realidade abriu um espaço importante para expandir o valor das artes na educação, para o qual poderemos ter um forte contributo a dar.

O Plano Nacional das Artes foi um parceiro que estimulou a expansão deste programa e acompanhou a expedição de reconhecimento e divulgação do potencial da cultura e das artes ao serviço da formação contínua dos professores.

Programa 2020/21 Repensar e desenvolver o digital

O programa para a temporada 2020/21 foi concebido a partir de dois temas: *Festa de Desaniversário*, um ciclo dedicado à obra de Lewis Carroll, e *No Fundo Portugal é Mar*, ciclo centrado na reposição da exposição com o mesmo título.

O Ciclo *Festa de Desaniversário*, articula filosofia, filosofia com crianças e experiências de pensamento. Juntámos no CCB um conjunto de treze jovens artistas em residência artística,

no mês de agosto, de modo a desencadear todo o trabalho que se projetou para 2021.

Na primeira semana de setembro realizou-se, por Zoom, a formação *Em Busca da Maravilha*, de Walter Kohan que, a partir do Rio de Janeiro, dinamizou um grupo de professores e de artistas de várias cidades de Portugal, da Bélgica, Brasil e Argentina.

O CCB – Fábrica das Artes retomou a programação do Ciclo *No Fundo Portugal é Mar – Perspetivas de Arte, Ciência e Ambiente*, apresentada entre setembro e dezembro de 2020, projeto em reposição, dado que foi apresentado originalmente em 2018, em parceria com a EMEPC, e agora reintegrado na programação da Lisboa Capital Verde Europeia 2020, da CML.

Por isso, esta programação *No Fundo Portugal* que junta arte, ciência e educação ambiental, decorre em três tempos:

1. O tempo de apresentação, entre setembro e dezembro de 2020, oferecendo no CCB/FA uma exposição, conversas com cientistas do mar e da educação ambiental, e espetáculos (*A Menina do Mar* e *A Tartaruga e o Menino do Mar*), assim como o desdobramento destes conteúdos e dos seus processos para as formações de professores e oficinas de educação ambiental para escolas de Ana Pêgo;

2. Preparámos antecipadamente a transição desta oferta para formatos e espaços digitais (visita virtual à exposição, espetáculos, oficinas, palestras e formações por Zoom), de modo a garantir a realização de todos os acontecimentos;

3. Pensámos ainda a construção de uma programação em diferido para lançar posteriormente, em fevereiro de 2021.

Tendo em conta as particularidades do ano transato, será sempre um exercício vazio comparar 2020 com o período anterior. Como seria de esperar em contexto de pandemia, de atividades canceladas e de atividades reformuladas, o número de espectadores da Fábrica das Artes sofreu uma descida considerável. No entanto, nas atividades que foi possível levar a cabo, quer presencialmente, quer *online*, a Fábrica das Artes conseguiu mais uma vez atingir uma taxa de ocupação total de 92,8%. A taxa de ocupação média de todas as atividades foi de 89,5%, o que representa um aumento de 0,4 pontos percentuais em relação à de 2019 (o melhor resultado que a Fábrica das Artes teve até à data nesse indicador).

Em 2020, a Fábrica das Artes apresenta uma ocupação total de 3711 pessoas. No entanto, este número não representa o universo total de espectadores da programação. Isto porque, no caso das atividades digitais programadas pela Fábrica das Artes, não é possível saber exatamente quantas pessoas assistiram a qualquer uma das atividades *online* nos dias de famílias, uma vez que várias pessoas podiam (e assim o fizeram) assistir num só ecrã.

De facto, a transição para uma programação digital foi, no geral, uma iniciativa bem-sucedida.

O CCB Digital fez-nos reequacionar os espaços de programação e jamais recuará.

Das nove atividades decorridas *online* (excluindo os conteúdos digitais gratuitos), apenas duas tiveram uma taxa de ocupação inferior a 90%, sendo uma delas o espetáculo *Poemário Vivo*, a primeira experiência que a Fábrica das Artes fez nesta área e que serviu de plataforma de aprendizagem para as que se seguiram.

Adicionalmente, 2020 foi também um ano em que se apostou na promoção de alguns conteúdos digitais gratuitos, nomeadamente a visita virtual à exposição *No Fundo Portugal é Mar* (lançada no final de novembro), a disponibilização de espetáculos antigos da Fábrica através do YouTube (*Banjazz*, *As Cavalitas do Vento*, *Lisboa em Voo de Peixe* e segmentos do espetáculo *Bemóis e Outros Bicharocos*), ou através do Vimeo em parceria com a Companhia de Música Teatral (*Poemário*) e a Companhia Caótica (*Sopa Nuvem*), além do documentário *Nós Pensamos Todos em Nós*. Nesta área, somam-se 5698 visualizações.

É também importante assinalar que, no caso da instalação *Pharmácia Amália*, os números de bilheteira incluem apenas as pessoas que compraram bilhete especificamente para esta atividade (334 bilhetes). No entanto, a instalação foi também visitada por todos os espectadores que frequentaram as visitas performativas e espetáculos inseridos no espaço de exposição.

Do total de espectadores no ano em análise, um número considerável foi assegurado através do projeto *Cultura é Educação* e, em particular, da parceria com o Agrupamento de Escolas de São Bruno. Entre espetáculos, oficinas, formações e residências artísticas na escola, o Agrupamento participou em 12 atividades com 1008 presenças assinaladas.

Pensamento

3.3

Em 2020 foram organizados oito ciclos literários, uma homenagem / dia literário, o *Jardim de Orfeu* – ciclo de música e poesia – e a *Obra Aberta* – programa de rádio.

Infelizmente, após 12 anos de realização, o Centro Cultural de Belém viu-se obrigado a não celebrar em março o Dia Mundial da Poesia, que tinha como tema previsto *Os Poetas de Amália* no ano do seu centenário.

À semelhança do que já acontecia anteriormente, mas que este ano ganhou uma maior importância, e graças à generosidade dos participantes, o CCB tem disponibilizado no seu canal de Spotify a maioria dos ciclos desenvolvidos pelo Pensamento.

Ao longo do ano de 2020, a Sala de Leitura esteve aberta apenas 132 dias, fruto dos meses de confinamento e, a partir de outubro, da instalação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, no Centro de Congressos e Reuniões do CCB.

O número de 4516 entradas na Sala de Leitura representa assim uma grande descida em relação a 2019, também fruto da alteração da planta da sala para adequação às medidas Covid-19. Apesar da descida no número de entradas fizeram-se 315 empréstimos domiciliários e há a registar 409 novos leitores.

Segue-se uma breve descrição das atividades desenvolvidas.

Ciclo Obra Aberta

Programa de rádio gravado ao vivo em colaboração com a Rádio Renascença

O Centro Cultural de Belém apresenta um programa literário mensal, coordenado por João Paulo Cotrim, e apresentado por Maria João Costa, que mais não é do que uma conversa livre entre escritores, criadores e leitores, com uma âncora na atualidade, mas sem limite de tema, género ou perspetiva. O programa é gravado ao vivo no CCB, no primeiro domingo de cada mês, sendo emitido um resumo de 30 minutos no domingo seguinte, depois

das 13h, na Rádio Renascença. Foram convidados das únicas 3 sessões realizadas em 2020:

- Luís Cardoso e Afonso de Melo
- Alice Vieira e Andrea Ragusa
- Martim Sousa Tavares e António Cândido Franco

Grandes Textos Grandes Questões

Ciclo de 5 sessões concebidas e apresentadas por João Pedro Serra.

Os grandes textos abrigam grandes questões, razão pela qual se transformam em clássicos. Nestas sessões, procurámos auscultar estas obras como vozes do seu tempo e também como lugar de acolhimento da nossa, contemporânea, compreensão do real e ainda da nossa sensibilidade.

Ciclo Protagonistas da História de Portugal

Ciclo de 9 sessões concebidas e apresentados por Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro e Rui Ramos.

Neste novo ciclo de palestras, estudámos alguns dos atores, individuais e coletivos, da História de Portugal. Uns têm nomes famosos, outros permaneceram anónimos. De alguns conhecemos iconografia, outros temos de os imaginar. Nesta primeira série, falámos sobre D. Afonso Henriques, Inês de Castro, Fernão Lopes e o seu “povo miúdo”, as gentes da expansão portuguesa, a rainha D. Maria Francisca de Sabóia, Marquês de Pombal, D. Maria II, os revolucionários da I República e Salazar.

Ciclo Fernão de Magalhães

Ciclo de 4 sessões concebidas e apresentadas por João Paulo Oliveira e Costa.

A expedição de Fernão de Magalhães ficou célebre por um dos seus navios ter concluído a primeira viagem de circum-navegação da História, o que se deveu, sem dúvida, à competência excecional de Sebastião del Cano que comandou o navio sobrevivente desde as Filipinas até à Andaluzia, cometendo a proeza de atravessar o Índico por uma rota meridional capaz de acertar com as águas do Atlântico. Antes, porém,

e sob o comando de Fernão de Magalhães, a expedição realizou duas descobertas importantíssimas que alteraram profundamente o conhecimento da humanidade acerca da configuração do planeta, pois provou que era possível contornar o Novo Mundo pelo Sul e constatou a existência de um larguíssimo oceano até então desconhecido.

É sobre este processo e a verdadeira importância da expedição de Fernão de Magalhães que versou este curso.

Formas de Ler

O Amor e as suas Máscaras

Ciclo de 9 sessões concebido e organizado pela Professora Helena Vasconcelos.

O sentimento amoroso, nas suas infinitas manifestações, é parte integrante e fulcral da Literatura. Ao longo deste ciclo, lemos obras que desvendaram as múltiplas máscaras do Amor. Começámos com uma tentativa de estabelecer as suas raízes nos textos homéricos e terminámos com uma história que trouxe a robótica para a equação (*Máquinas como Eu*, Ian McEwan). Entretanto, não esquecemos clássicos como as obras de Brontë, Camilo, Laclos, Tolstói e Shakespeare.

Conversas com História

Raquel Varela à conversa com...

Numa já renovada colaboração, a historiadora Raquel Varela regressou ao CCB com o ciclo *Conversas com História*. A pandemia afetou a realização das sessões presenciais, mas, numa feliz parceria com a RTP, foi possível transpor para o digital a realização de 7 episódios. Um caminho trilhado em conjunto com a RTP Palco, que aportou a este ciclo uma maior visibilidade com um aumento exponencial de espectadores.

Como habitualmente, cada conversa, informal, partiu de uma pergunta inquietante da atualidade para, através do passado – explicado para o grande público – nos ajudar a compreender o presente.

Foram entrevistados presencialmente os seguintes convidados:

- Pedro Cardoso
- António Coimbra de Matos
- Padre Martins Júnior

E digitalmente:

- Valério Arcary
- Ivo Canelas
- Álvaro Carvalho
- Ricardo Araújo Pereira
- Joel Neto
- Fernando Rosas
- Ken Loach

Jardim de Orfeu

Ciclo de música e poesia de André Gago

Para uma colaboração da área do Pensamento no *CCB de Verão*, convidámos o ator André Gago a desenvolver um programa que cruzasse música e poesia. Surgiu assim o *Jardim de Orfeu*, com 4 sessões apresentadas no Jardim das Oliveiras em agosto e setembro:

- *Shakespeareianas* – André Gago com Maria João (voz) e João Farinha (teclados)
- *Canções para Poetas* – André Gago com Victor Zamora (teclados) e Sandra Martins (violoncelo e clarinete)
- *Os Poetas de Amália* – André Gago com Pedro Dias (guitarra) e João Penedo (viola e contrabaixo)
- *Variações* – André Gago com Carlos Barretto (contrabaixo)

“Habitado a dizer poesia na companhia de músicos, comecei a compor para espetáculos em 2012, com os Beat Hotel. Depois surgiram as canções para A Flor do Lácio, e outras foram aparecendo, as Canções para Poetas. A parceria com Carlos Barretto é a mais antiga, a mais recente é com Maria João, pela mão de Shakespeare e pela música de João Farinha. Não há uma unidade de género nestes quatro espetáculos, e isso agrada-me: são canções e interpretações diferentes, caminhos diferentes também musicalmente, com influências diversas. Um pouco do ator sobrou para essa plasticidade: são quatro caminhos num caminho só”.
– André Gago

Lisboa que paisagem é esta?

Por Aurora Carapinha

Após sucessivos adiamentos decorrentes do contexto da pandemia, foram convidados das 4 sessões realizadas em setembro:

- João Gomes da Silva e Luís Paulo Faria Ribeiro
- José Pedro Serra
- Pedro Mexia e Aquilino Machado
- Tiago Pereira e Ana Moya

Habitamo-la, vivenciamo-la, estudamo-la, dissecamo-la nas suas dimensões ecológicas, culturais, sociais, afetivas. Adoramo-la e odiamo-la por aquilo que representa. Saberemos, de facto, que paisagem é esta? Quatro conversas, oito olhares, quatro diálogos ajudam a desvendar que paisagem é esta.

O que é a Filosofia

Ciclo de 6 sessões por António Castro Caeiro.

O que pretendemos fazer é a pergunta «O que é a filosofia?» a alguns protagonistas da história da filosofia. O que com eles faremos é a própria pergunta. Uma boa pergunta, antecipamos já, põe-nos na direção de uma boa resposta. A resposta está em tensão com a pergunta. Uma não existe sem a outra, como veremos. Não pretendemos fazer história, muito menos pôr à prova qualquer tese evolucionista segundo a qual a última versão do que quer que seja é a melhor, a mais adaptada, a que sobreviveu. (...)

«A filosofia é uma atividade que procura descobrir a verdade sobre “as coisas”, sobre “si próprio”, sobre “os outros”, sobre “tudo”». – António Castro Caeiro

Dia Literário Boris Vian

Em 2020 celebrámos o centenário de Boris Vian, com uma conversa que contou com a presença de Fernando Cabral Martins, João Paulo Esteves da Silva e Bernardo Pinto de Almeida, e a moderação de Carlos Vaz Marques. Seguiu-se um concerto no Pequeno Auditório com Luís Vicente (trompete), Nazaré da Silva (voz) e João Carreiro (guitarra), que juntos interpretaram composições de Boris Vian.

Boris Vian foi um grande romancista e poeta, cantor e músico na Paris dos anos loucos que se seguiram ao armistício de 1940. Pode definir-se como um artista de vanguarda, de inspiração surrealista e patafísica, capaz de provocar o público com gestos de liberdade e originalidade, na senda de Jarry e Duchamp. Mas, ao mesmo tempo, foi um artista popular, que escreveu e interpretou canções que aliam a simplicidade à sofisticação, iluminadas pelo humor negro, que tocou trompete em bandas de jazz e escreveu cáusticos romances policiais. Morreu aos 39 anos.

Ciclo Formas de Ler O Poder da Comédia

Ciclo de 3 sessões concebido e organizado pela Professora Helena Vasconcelos

«A necessidade da introdução da comicidade na literatura vem de muito longe e o riso é considerado, ainda hoje, como o melhor remédio para muitos males. O grande professor de retórica Quintiliano (35-95 d. C.), preocupado com o enfraquecimento do poder da oratória, escreveu um tratado cénico, onde não se esqueceu de referir a comédia como parte integral do processo de aprendizagem, integrando os «preceitos escolares do comoedus», do ator cómico. (...) Com a nossa atenção focada nesse passado longínquo, constatamos, uma e outra vez, que a comédia tem servido como uma espécie de refrigério em tempos sombrios – como os que estamos a viver – e é suficientemente subversiva e desordeira para incluir críticas mordazes, e por vezes violentas, ao status quo, afirmando-se como o último bastião da liberdade e contra a repressão censória, seja ela política, social, religiosa, de cariz sexual ou moral.»
– Helena Vasconcelos

Garagem Sul

Exposições de Arquitetura

3.4

Inaugurada a 5 de outubro de 2019, a exposição **Agricultura e Arquitetura: Do Lado do Campo** marca a entrada do ano de 2020 na Garagem Sul. Integrada na 5.ª edição da Trienal de Arquitectura de Lisboa, esta exposição trouxe à Garagem Sul temas capitais do mundo de hoje, como a economia de meios ou a diminuição do consumo de energia, e, por isso, foi alvo da atenção de um público para lá da arquitetura, afirmando-se como uma das exposições mais visitadas da Garagem Sul.

Em março inaugurava-se **O Mar É a Nossa Terra** para logo a seguir ter de fechar as portas devido à situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus Covid-19. Também com um grande potencial para gerar interesse num público alargado e variado pela apresentação de uma matéria tão relevante no panorama nacional como a nossa relação com o mar, acabou por sair prejudicada pela obrigatoriedade de um confinamento geral. Contudo, os novos tempos instigaram a adaptação ao conteúdo digital e foram difundidos *teasers* de vídeos presentes na exposição para a levar a casa das pessoas, bem como lançadas atividades para as crianças fazerem em casa.

O confinamento entre meados de março e maio obrigou também a repensar o calendário do programa, optando-se por prolongar a exposição *O Mar É a Nossa Terra* até 17 de janeiro de 2021, procurando dar-lhe a devida visibilidade, comprometida até então, com a possibilidade do público a visitar à medida que a evolução do estado da pandemia o permitisse.

O programa de transformação dos espaços do CCB por construções temporárias em cortiça foi lançado em moldes semelhantes aos anos anteriores, tendo os arquitetos SAMI apresentado proposta

Praça de Fresco. O projeto era mais ambicioso do que as experiências anteriores, na medida em que exigia considerar também a construção de uma estrutura de suporte em contraplacado, um sistema temporário de circulação de água e uma grande superfície de tela impermeabilizante. Perante a incerteza gerada pela pandemia, o projeto deu lugar ao palco temporário para a programação de verão e procuraram-se encontrar soluções para a sua execução em 2021. Infelizmente, tendo em conta as condicionantes da pandemia e a estratégia de organizar um importante programa de espetáculos incompatível com a forma proposta, optou-se por abandonar este projeto.

Para dar corpo à linha de programação das exposições da Garagem Sul, é importante um conjunto de **Programas Públicos** que execute e faça a gestão da programação que apoia os visitantes na descoberta e análise crítica dos desafios propostos pelas curadorias. O programa *Visitas à exposição e à cidade* tem vindo a tornar-se mais sólido e fundamental para alimentar o interesse de um público abrangente. Também as oficinas para crianças, aos fins de semana, cada vez mais se estabelecem como um momento de participação das famílias nas atividades da galeria. Relativamente ao público escolar, tem-se feito esforços na atração de níveis de ensino mais baixos, visto as Universidades já reconhecerem e marcarem presença assídua nas exposições, e assim ampliar a esfera das escolas às instituições universitárias.

Durante o confinamento, devido à pandemia, foram adaptadas algumas atividades para formato digital como mencionado anteriormente e, já quando a exposição *O Mar É a Nossa Terra* voltou a abrir, foi desenvolvida uma visita guiada como audioguia (disponível no Spotify) para acompanhar



Acervo e arquivo histórico

3.5

os visitantes, assim como um ativadário para os mais novos explorarem a exposição de forma interativa. Para fazer face às condicionantes próprias da situação que se estava a viver, foram ainda criadas oficinas para serem realizadas nas próprias escolas e assim facilitar o acesso aos conteúdos ao não implicar deslocções dos alunos. Sublinha-se aqui este projeto das Oficinas nas Escolas, pois foi preponderante para manter um bom desempenho no número de público – depois de lançado no início de outubro, participaram quase 600 alunos até ao final do ano – o que demonstra ter sido uma aposta acertada e que deve fixar-se no planeamento da programação.

Em 2020 teve início o ciclo de **conferências** *Campo Comum*, programa produzido em parceria com a Trienal de Arquitectura de Lisboa e com a curadoria de Diana Menino e Felipe De Ferrari, que estimula a discussão em torno da arquitetura como um *corpus* de conhecimento coletivo que pode e deve ser pensado por qualquer pessoa ou comunidade na construção do espaço que habitamos. Também consequência da pandemia, esta série de conferências sofreu alterações no formato em que foi apresentada, ao passar de 4 conferências com um orador, nos auditórios e salas do CCB, para 2 conferências com 2 oradores cada, em regime de transmissão *online* em direto. A mudança no calendário e formato do programa fomentou também mudanças nos interlocutores com o leque de convidados a ficar assim definido: *atelier* bauburo in situ + coletivo Assemble (1.ª conferência) e *atelier* Dogma + *atelier* Harquitectes (2.ª conferência). A experiência da adaptação ao formato *Live Streaming* das conferências foi fundamental para proporcionar ferramentas à realização de novos eventos desta natureza, cada vez mais presentes na programação para que a mesma possa acontecer.

Finalmente, há ainda a destacar a aceitação da candidatura ao Fundo para Relações Bilaterais com a transferência de fundos no valor de mais de 13 000€ para a execução de um projeto que promova um espaço de reflexão e cooperação entre Portugal e os países que fazem parte do

grupo EEA Grants – Islândia, Noruega e Liechtenstein. A iniciativa tem o nome **Arquitetura do Bacalhau** e, ainda em desenvolvimento, visa promover um debate sobre as culturas da pesca e do ambiente construído em Portugal e na Noruega, através da aproximação de trabalhos de investigação em curso no Lab2PT – Escola de Arquitetura da Universidade do Minho e na Escola de Arquitetura e Design de Oslo.

Facilmente perceptível tendo em conta o ano atípico que foi 2020 devido à pandemia do novo coronavírus Covid-19, o público da Garagem Sul decresceu. Contudo, o número de visitantes e participantes nos eventos e atividades atingiu quase os 7300, um panorama bastante positivo quando se tem em consideração o cancelamento de vários programas e, fundamentalmente, o confinamento que durou dois meses e o comportamento altamente condicionado a que as pessoas se viram obrigadas a adotar nos restantes períodos do ano.

A Gestão do Acervo de Arte tem por missão a inventariação, a conservação e a documentação dos bens culturais móveis incorporados na Coleção CCB através de aquisição ou de doação, ao longo dos seus 28 anos de existência, e também o seu estudo, tratamento e preservação, quer se encontrem em exposição ou em reserva, procedimentos esses extensíveis aos acervos que aqui se encontram em regime de depósito.

Informatização do inventário

Em 2020 e no que à inventariação diz respeito, procedeu-se à implementação do *software* Nyron. Museu, ferramenta de gestão de coleções e bens culturais que permitiu a informatização do inventário da Coleção CCB, num total de 369 obras, repartidas por 12 categorias: Pintura, Gravura, Desenho, Escultura, Fotografia, Mobiliário, Maquetas de Arquitetura, Medalhística, Espólio Documental, Cerâmica, Têxteis e Ourivesaria. A pesquisa e o acesso à descrição dos bens inventariados e respetivos objetos digitais por utilizadores internos e externos serão operacionalizados no decorrer de 2021, constituindo este um passo fundamental para a comunicação e divulgação da Coleção junto da comunidade académica e, bem assim, de instituições de memória e público em geral.

Circulação e movimentação

A circulação e movimentação interna de obras, motivadas tanto pela adequação dos espaços às necessidades específicas da atividade comercial e cultural, como pelo exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia – EU2021PT na totalidade dos espaços do Módulo 1 do CCB, saldou-se no registo de 41 movimentações. As mais significativas, aquelas motivadas pela retirada de acervo das zonas públicas e de trabalho do Módulo 1, obrigaram a uma reorganização e preparação técnica dos espaços de depósito e reserva, nomeadamente, a aquisição de novas estruturas de suporte e uma nova redistribuição da já existente. Ainda neste âmbito, de referir

a cessação do Protocolo de Depósito entre a FCCB e o Teatro Experimental de Cascais, relativo aos 18 telões da autoria de Graça Morais, e a sua entrega ao legal proprietário, o que potenciou a capacidade de acondicionamento da Casa Forte. Na totalidade, foram reacondicionadas 60 obras que integraram exposições pretéritas da Garagem Sul e 60 obras do acervo CCB, de diversas categorias. As dimensões da obra *Os Perigos*, de José de Guimarães (inv. CCB. A014/1992), obrigaram a sua guarda temporária nas Reservas Novas do Museu Berardo.

Em termos externos, registou-se uma cedência temporária, a da pintura *Camões*, do Mestre Júlio Pomar (inv. CCB.B005/1992), para integrar a exposição *Refracções Camonianas em artistas plásticos do Século XXI*, patente ao público no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, de 17 de novembro de 2020 a 28 de março de 2021.

Enquanto entidade depositária, foram ainda cumpridos os requisitos e procedimentos relativos a três movimentações de obras da Coleção SEC, em depósito no CCB desde 1999 e afeta à DGPC.

Preservação e restauro

Foram objeto de intervenção duas obras da Coleção: a pintura *Azulejos de Lisboa*, de Manuel Cargaleiro (inv. CCB.A022/1992) e a instalação *(Não) ligar arco-íris*, de Fernanda Fragateiro (inv. CCB.B052/2012). Na primeira, procedeu-se à remoção mecânica de sujidade e colagem de fragmento na moldura, e limpeza superficial de um dano, integração de lacunas e tonalização de riscos na camada pictórica; na segunda, foram tencionados e substituídos vários fios de seda, bem como montada uma caixa de proteção em acrílico.

Arquivo Histórico

O Arquivo Histórico prosseguiu a sua atividade nos seus quatro maiores eixos de ação: a eliminação de documentação sem valor arquivístico, a resposta a pedidos internos



e externos de consulta e informação, a atualização de inventários e o desenvolvimento e aplicação de boas práticas e procedimentos de preservação e conservação do espólio administrativo e iconográfico à sua guarda.

Eliminação de documentação sem valor arquivístico

Foi dada continuidade às operações de eliminação de documentação sem valor arquivístico, no âmbito do parecer técnico positivo da DGLAB ao *Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada da Fundação Centro Cultural de Belém*, de 2017. No cumprimento das normas e procedimentos em vigor, nomeadamente o Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE 2016/679) e a Norma Industrial DIN66399, foram eliminadas 422 unidades de instalação, relativas a 15 séries documentais, correspondentes a 37,98 metros lineares e 16,95 toneladas de papel e cartão, registadas em e-GAR da Agência Portuguesa do Ambiente.

Ainda neste capítulo e aquando da realocização das unidades orgânicas da FCCB no Espaço Gregotti, o Arquivo Histórico deu apoio ao processo de avaliação de documentação acumulada nos gabinetes de trabalho, através da incorporação da documentação considerada de conservação permanente, e ainda elaborando os Autos de Eliminação de 1464 unidades de instalação, correspondentes a 124,34 metros lineares de documentação.

Pedidos de consulta e informação

Os pedidos externos de consulta à documentação de conservação permanente espelham o interesse de estudantes e investigadores quer pela história do projeto arquitetónico, quer pelos 14 anos de atividade do Centro de Exposições. São disso mesmo exemplo a participação na exposição *Belém, Demolir para Encenar*, promovida pela EGEAC, através da cedência dos objetos digitais relativos aos projetos apresentados à 2.ª fase do concurso para o projeto de construção do CCB, e a solicitação de informação e materiais sobre as exposições *Desenhos dos Mestres Europeus*, *Francis Picabia – Antologia*, *Mário Botas 1952-1982 Retrospectiva*, *LisboaPhoto 2005. Estados da Imagem. Instantes e Intervalos* e *Frida Khalo 1907-1954, Vida e Obra*.

Foi ainda dada resposta a uma solicitação de envio de cópia de diploma referente à participação nos cursos de arte lecionados no CEXP.

As solicitações internas versam, na sua maioria, informações relativas a contratos e consulta de materiais gráficos.

Atualização de inventários

A realocização das unidades orgânicas da FCCB no Espaço Gregotti permitiu a identificação de novas espécies gráficas, maioritariamente cartazes e materiais de comunicação de espetáculos e exposições, que foram incorporados nos respetivos inventários, ascendendo atualmente a coleção de cartazes aos 350 exemplares e a coleção de materiais gráficos aos 15 834 exemplares.

Preservação e Conservação: digitalização da documentação fotográfica

O processo de inventariação de documentação fotográfica iniciado em 2019 permitiu apurar a existência de 2567 provas cromogéneas relativas à construção do CCB, com datas extremas de 1989 a 1991, e outras 5553 provas que refletem a atividade do Centro de Exposições de 1993 a 2006, através de reportagens de inaugurações e vistas das exposições. Em termos de preservação e conservação, após o seu reacondicionamento em unidades de instalação e folhas acid free, deu-se início a um vasto projeto digitalização, de forma a permitir a longevidade e preservação das imagens, e a sua disponibilização interna e externa através do *software* Nyrón Arquivo, cuja implementação decorrerá durante o ano de 2021.

4

Atividade comercial



Lojas

4.1

Tomada a decisão de não arrendar o espaço anteriormente ocupado pela Geostar, para instalação da equipa CCB durante a PPUE, o mesmo permaneceu no mercado de arrendamento, mas disponível para ocupação apenas a partir de 2021. Ao longo do ano foram desenvolvidos alguns contactos, nomeadamente através da JLL e do seu cliente Places, uma empresa de *co-work*, no sentido de novas opções de arrendamento do espaço.

Em resultado da pandemia a partir de abril foi necessário reduzir transversalmente os valores de renda de todos os lojistas, o que se verificou ser um apoio relevante para garantir a permanência dos mesmos no espaço, simultaneamente garantindo à FCCB algum retorno financeiro. Apesar desta medida e das campanhas de divulgação realizadas em maio

para a reabertura, a loja Ana Romero optou por rescindir o contrato e encerrou no final do verão. Dada a localização de excelência à entrada do CCB, com Caminho José Saramago, foi possível encontrar outro lojista, apesar dos tempos incertos em que o país se encontra. Assim, no final do ano, abriu uma loja Padaria da Esquina, com esplanada no exterior e serviço de cafetaria em horário alargado, acompanhando assim a entrada e saída dos espetáculos, e reforçando significativamente a oferta de restauração do CCB.

Na altura do Natal foi reforçada a comunicação e criado um cartão para oferta, intitulado DOSE CCB, que permite fazer compras nas Bilheteiras ou em qualquer loja ou Restaurante do CCB.



Eventos

4.2

A atividade do ano de 2020 ficou altamente condicionada pelo surto do coronavírus quando se perspectivava muito positiva e marcada por grandes congressos internacionais.

Em janeiro e fevereiro, a realização de eventos decorreu de acordo com os parâmetros normais, com destaque para a Reunião Anual da Wurth e o Encontro de Quadros do Banco Santander. O último evento realizado no primeiro trimestre teve lugar no dia 9 de março, uma vez que a Fundação CCB decidiu, em conformidade com o Plano de Contingência Interna, suspender a sua atividade presencial a partir de 14 de março e a 18 de março foi decretado, pelo Presidente da República, Estado de Emergência em Portugal, que perdurou 45 dias. A Fundação CCB retomou a atividade presencial a 18 de maio,

de forma progressiva e a 2 de junho os eventos acompanharam a retoma com a apresentação do novo projeto da RTP – *Príncipes do Nada* a partir do CCB.

Apesar da vontade inequívoca do regresso à normalidade, as empresas retraíram-se, o receio estava instalado, o futuro era uma incógnita e todos tinham presente que a pandemia nos tinha atingido repentinamente, em grande escala e sem aviso prévio. Adaptámo-nos à nova realidade, reformulámos a capacidade dos espaços de acordo com a legislação e as diretrizes da DGS, criámos novos procedimentos de segurança e *safety*, percursos de público e os nossos parceiros acompanharam as alterações que se impunham, especialmente na área do *catering*. Comunicámos as nossas medidas através

da produção de um vídeo e lançamos uma campanha promocional de forma a captar negócio. E assim sucedeu, com eventos presenciais de menor dimensão, em termos de público e eventos híbridos.

A decisão do Estado Português na escolha do Centro de Congressos e Reuniões do CCB, como local para exercer a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, no primeiro semestre de 2021, por um período compreendido entre 6 de outubro 2020 e 31 de julho 2021 e a instalação de uma equipa da Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021, em junho, trouxe ânimo, desafio profissional e orgulho por podermos fazer parte desta importante missão. Durante estes meses foi desenvolvido um trabalho de preparação para o início da Presidência a 1 de janeiro 2021.

Pandemia

Em março vimo-nos confrontados com uma pandemia à escala mundial e indiscutivelmente o coronavírus tornou a ideia do trabalho a partir de casa uma realidade imposta, lembrando que vivemos um tempo de profundas e rápidas mudanças e que a capacidade de ajuste das organizações, e de cada um de nós, é vital para o sucesso, tendo a FCCB e a equipa de eventos comerciais procurado adaptar-se e criar condições para as novas formas de trabalhar. Neste domínio o grande desafio consistiu em liderar a equipa à distância, fomentar confiança, comunicação e produtividade. Num ano que se perspectivava excelente, deparamo-nos, no espaço de duas semanas, com adiamentos sucessivos e, com o decorrer do tempo e a incerteza da evolução da pandemia, muitos eventos comerciais acabaram por ser cancelados.

Apesar de ter sido um ano completamente atípico, o objetivo foi superado, graças à presença da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, com a seguinte divisão percentual por áreas: espaços 82,32%; equipamentos 11,34%; serviços 1,28% e *catering* 5,06%.

A distribuição por áreas não corresponde este ano ao comportamento usual com uma componente acentuada na faturação de serviços, o que se justifica quer pela atividade irregular, quer pela abrangência do contrato com a Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021.

Durante o ano de 2020 foram realizados 165 eventos, dos quais 76 internos, que incluem atividades de programação cultural, formações e auditorias, entre outros. Foram recebidas e respondidas 678 solicitações para novos eventos.

Tratou-se de um ano invulgar, difícil e que exigiu adaptações a todos os níveis. Empenho, dedicação, resiliência, cooperação e compromisso foram as características da equipa DMD Eventos e o objetivo focou-se na recuperação das adversidades e na capacidade de as superar.

Desenvolvimento, ainda em curso, da aplicação DIESE, contratada à IT4Culture. Trata-se de uma extensão do programa adquirido para a área de programação e que se pretende que seja transversal. A atividade de Gestão de Eventos reveste-se de necessidades, especialmente na área financeira, que foi necessário criar e desenvolver.

O concurso de audiovisuais para a escolha do novo fornecedor/parceiro ficou terminado em junho, tendo a Smart Choice sido a vencedora deste procedimento.

De um ponto de vista interno, iniciámos o ano com uma ação de *team building*, a 21 de janeiro, com uma visita a Coimbra que incluiu o Centro de Congressos do Convento de São Francisco e o Museu Nacional Machado de Castro. Foi uma ação muito bem-sucedida e fomentou o espírito de equipa, bem como com a participação do gestor de audiovisuais da equipa na feira ISE 2020, Amesterdão, o que se veio a revelar uma ótima oportunidade para ver e conhecer o que de mais avançado está a acontecer no mercado de AV. Ao longo de 2020 a equipa participou em vários *webinars* e formações *online*, o que permitiu atualizar os conhecimentos e trocar experiências num momento de reinvenção para todo o mercado.

Restauração e *catering*

4.3

Com a rescisão do contrato com Grupo TOPO, que arrendava e explorava o Restaurante TOPO Belém e o CCB Café, foi decidido rever os modelos de oferta de cada um, e separar os dois espaços para futuras concessões. Desta forma, prevê-se que o CCB Café passe a integrar o contrato com o Este Oeste, que se compromete a fazer um investimento de remodelação e melhoria da oferta, de acordo com o projeto apresentado. No entanto com a pandemia já não foi possível realizar as obras de remodelação antes da instalação em todo o Centro de Congressos e Reuniões (Módulo 1) da Estrutura de Missão para a PPUE, pelo que terão que ser realizadas após a saída. O Restaurante TOPO encerrou em 2020, estando em estudo o novo modelo de funcionamento, que se espera vir a implementar até ao final de 2021.

Em 2020 foram renovados dois contratos importantes, um com a Casa do Marquês, na área de eventos, e outro com o Restaurante Este Oeste, parceiros de longa data no CCB e uma âncora na oferta de restauração e na apresentação do CCB como um todo, junto do público. No que diz respeito ao primeiro, o contrato assenta nos mesmos princípios

e consolida a parceria na área de *catering* e eventos, no Centro de Congressos e Reuniões. Esta renovação excluiu o Bar de Artistas, por ser uma tipologia de serviço diversa do *core business*, que são os eventos empresariais ou privados. Dada a relevância do Bar de Artistas na operação do CCB, seja no apoio de refeições a artistas durante ensaios e apresentações, seja para a equipa CCB, foi iniciada uma auscultação ao mercado ainda em 2019, e no final de 2020 foi celebrado acordo com a empresa Truques & Aplausos, um novo parceiro especializado em *catering* para camarins e apoio a espetáculos, que oferece a qualidade na oferta e no preço, que um espaço desta natureza necessita.

5

Comunicação e *marketing*



Relação com os *media* e presença nas redes sociais

5.1

O início do ano 2020 foi marcado pelo arranque da comunicação do festival Dias da Música em Belém, que teria como tema o 250.º aniversário de Beethoven. Além da apresentação à imprensa do festival, com a participação especial da maestrina Joana Carneiro e do maestro Pedro Carneiro, também se deu início às inscrições para o Coro Participativo dos Dias da Música em Belém 2020. No entanto, devido à pandemia, o festival não se realizou.

2020 foi um ano particularmente exigente na relação do CCB com os *media*, pois houve necessidade de contar com o apoio da comunicação social em momentos chave como o lançamento do CCB Digital, mais tarde com a retoma da atividade, a apresentação da Temporada, além dos sucessivos reagendamentos e alterações, que contaram muitas vezes com o apoio dos *media* na divulgação. Continuámos a trabalhar com o Grupo RTP (rádio e televisão) e com a Rádio Renascença, e iniciámos uma nova parceria com a Radar, com a apresentação de uma Agenda de eventos CCB de periodicidade semanal.

O grupo RTP foi um parceiro excecionalmente relevante em 2020, pois foi através da RTP Palco que muitos conteúdos do CCB foram vistos através desta plataforma, sem a qual dificilmente teria sido possível concretizar algumas ações do CCB Digital.

Em setembro foi possível lançar o novo *website* – que conta com o apoio da SAMA – e que valoriza as imagens e conteúdos disponíveis, com uma utilização mais intuitiva e novas funcionalidades. Constituída sobre uma plataforma universal, Wordpress, o *site* oferece uma navegação intuitiva e rápida na consulta da informação e na facilidade no acesso a campos e áreas de pesquisa. Atendendo à grande diversidade dos públicos-alvo do CCB (desde os jovens aos séniores), a plataforma do CCB foi concebida com foco na sua dimensão inclusiva, projetando-a para uma experiência digital que assegura uma

leitura legível e usável em todas as plataformas, atendendo ao facto de ter sido concebida para responder às principais formas de uso *desktop* e *mobile*. No entanto ao longo do ano verificou-se um decréscimo do número de visualizações (número total de páginas vistas) no *website*, que registou uma queda de 34%, possivelmente atribuída ao facto de ter existido menos oferta de programação e também uma transferência para as redes sociais, onde se regista um aumento significativo na procura e interação.

Com efeito as redes sociais ganharam um novo peso na vida das pessoas, como forma de relacionamento, e no CCB verificou-se a mesma tendência, passando a ocupar um lugar de destaque de divulgação de atividades e também como arquivo de conteúdos, designadamente no canal Youtube e Soundcloud/Spotify. Daí que se tenha verificado uma estagnação na rede social Facebook, e um aumento no Instagram, Youtube e LinkedIn. Uma nova fase passará por desenvolver um plano e criar um perfil na rede social Twitter, entre muitas outras ações possíveis.

Plataformas como o Spotify foram bastante enriquecidas neste período, dada a quantidade de conteúdos que se produziram e a facilidade na sua disseminação. Ao longo do ano foi possível construir uma relevante programação de *podcasts* produzidos pelas áreas de programação, nomeadamente com um texto semanal de Gonçalo M. Tavares, intitulado *Dicionário de Artistas*, com leitura de Ana Zanatti, Ciclo *Grandes Textos*, *Grandes Questões*, ou uma visita guiada à exposição *O Mar é a nossa terra* da Garagem Sul, entre outros.

Para agregar a oferta de programação e atividades foram criados ao longo do ano alguns *hashtags*, tais como #FiqueEmCasa, o #CCBDigital para criar uma coerência visual identificativa do mesmo; #Entre referente à Temporada 2020-2021, #EntreMaisCedo aquando da alteração de horários, etc.



5.2 Imagem e novas edições

Outra das parcerias que se estabeleceram nos primeiros meses de 2020 foi com a Trienal de Arquitectura de Lisboa, para o ciclo de conferências trienal (2020-2022) *Campo Comum*, com a curadoria de Diana Menino e Felipe De Ferrari, ciclo que teve também direito a uma apresentação à imprensa.

O facto de toda a programação ao vivo ter sido cancelada obrigou a que fossem pensadas diferentes alternativas, de um dia para o outro. Março, abril, maio e junho foram meses de intensa programação no “novo normal”, onde, gratuitamente, nas plataformas digitais do CCB, foram disponibilizados concertos de música erudita, jazz, dança, teatro, conferências, programação para os mais novos, entre dezenas de conteúdos.

Com as Universidades, escolas, restaurantes, bares e cinemas fechados, os cartazes perderam o seu propósito e a rua deixou de ser uma opção tão forte para publicitar as atividades do CCB. O mesmo aconteceu a todas as edições habitualmente impressas em formato de cartaz, desdobrável e outros, pois o papel passou a ser um meio pouco ágil para garantir informação atualizada e uma distribuição alargada. Os auditórios deixaram de ser físicos e passaram a digitais, o que representou uma grande redução, e uma mudança também a este nível. As campanhas de comunicação através das redes sociais estenderam-se a novas geografias, selecionando-se públicos noutras cidades, países e continentes, de que são bons exemplos os concertos de fado e as conferências de arquitetura.

Com a retoma faseada da atividade, durante o mês maio, o CCB teve que adaptar o edifício a novas capacidades e lotações, o que obrigou o Gabinete Gráfico a pensar, desenhar e aplicar uma nova sinalética em todos os espaços públicos e internos também.

De realçar ainda os vários trabalhos desenvolvidos em torno da programação do CCB – Cidade Digital, do festival Verão – *O Melhor dos Mundos Possíveis*, da Temporada 2020-2021 (com desenvolvimento de novo grafismo), do cartão-oferta *Dose CCB* e o início do trabalho de registo fotográfico por Estelle Valente. Para promover interna e externamente o Centro de Reuniões enquanto equipamento seguro para a retoma da atividade, foi feito um vídeo para ser divulgado pela equipa de eventos, a nível nacional e internacional, para clientes habituais, novos clientes, agências, etc. Este filme foi utilizado em várias campanhas nas redes sociais, mas com particular incidência no LinkedIn.

No final do ano foi lançada uma consulta a diferentes *ateliers* de *design*, com vista à apresentação de propostas e seleção de um *atelier* para rever a identidade gráfica do CCB e apresentar ao público uma imagem renovada e uma linguagem mais contemporânea, na Temporada 2021-2022.

Amigos, mecenas e parcerias institucionais

5.3

No início de 2020 avançou o *rebranding* do Programa Amigo CCB, e para o efeito recorreu-se a uma empresa de *design*, a NOVE Creative. Fruto deste trabalho o Cartão Amigo CCB passou a Cartão CCB, foram revistas as vantagens de cada segmento e a imagem ficou uniformizada tornando toda a comunicação mais clara e objetiva. A partir desta data, em coincidência com o primeiro confinamento, implementou-se uma comunicação regular com os subscritores do Cartão CCB, de modo a não perder a proximidade a este universo. Assim, foram organizadas várias dinâmicas e ações para angariação de novas subscrições do Cartão CCB e atividades exclusivas aos portadores do cartão CCB, muito apreciadas pelos titulares. Foram emitidos 830 cartões dos quais 86 são ofertas, 216 novas adesões e 614 renovações. Comparado com 2019 verificou-se um aumento das ofertas de cartões categoria Jovem, que se prende essencialmente com a oferta de cartões aos alunos da EDIT, escola que desenvolveu com os alunos soluções criativas para uma APP Cartão CCB. Como agradecimento ofereceram-se Cartões CCB Jovem, no total de 48 alunos.

Apoios, colaborações e Parcerias Institucionais

- Jardins Abertos – Inclusão dos jardins CCB nas duas edições do festival Jardins Abertos em Lisboa.
- Amoreiras – No espírito de tornar o CCB mais presente nos espaços frequentados pelo público.
- Associação Gerador – Protocolo no âmbito do Cartão CCB
- Temporada Cruzada França Portugal – início de contacto com Victoire di Rosa para a itinerância da exposição *O Mar é a Nossa Terra* para França.
- Centro Hospitalar de Lisboa Central – Iniciativa de levar o Concerto de Natal aos hospitais do (CHLC). Com o apoio da Samsung.
- Continuamos a manter relações privilegiadas com a casa Pastéis de Belém, Superbock Group e a Delta Q. Estas parcerias que nos apoiam em ações pontuais ao longo do ano beneficiam-nos com a oferta de produto e/ou empréstimo de equipamento e como contrapartida damos visibilidade à marca nos espaços do CCB incluindo o apoio de parceria em todos os materiais gráficos.

A integração de empresas num sistema de fidelização permite a aproximação do mundo empresarial. A conversão de clientes e parceiros pontuais em empresas fidelizadas pode vender mais produtos e colocar o CCB como lugar de referência também no universo empresarial. O novo programa Empresa CCB alarga o público-alvo através de um projeto à *la carte*, feito para cada empresa. Cada opção está quantificada, pelo que será colocada à disposição de acordo com as possibilidades da empresa. Existe um núcleo de vantagens base, às quais podem ser adicionados um sem número de opções.

5.2 Relação com os públicos

Em 2020 o Departamento de Relações com Públicos diversificou a sua ação, cresceu em número de colaboradores e redefiniram-se objetivos e prioridades, tendo concretizado com sucesso os projetos que lhe foram propostos.

A licença de CRM (Costumer Relationship Management) da *hubspot* versão *starter*, adquirida em 2019, permitiu às equipas de RP e Comunicação ter uma ferramenta de CRM capaz de dar resposta aos desafios de uma sociedade digital. A integração de novos elementos na equipa impulsionou a exploração das potencialidades da ferramenta, dedicando-lhe mais tempo e otimizando os resultados. Em 2020, 13 925 novos contactos subscreveram a programação do CCB, através de *pop-ups*, formulários do *site* e redes sociais. A ferramenta Hubspot começou a ser utilizada por outras direções, nomeadamente a Direção de Recursos Humanos, para propósitos de recrutamento e candidaturas ao CCB. Este trabalho incluiu a realização de uma limpeza e uniformização de dados, segmentação dos públicos e integrações decisivas com a Ticketline e redes sociais.

Deu-se continuidade à apresentação da programação por temporada, e em setembro de 2020 procedeu-se ao envio por correio do livro de programação *Entre*, para um universo de 1074 endereços postais. O programa para as infâncias, *Entre – Arte e Educação 2020-2021*, seguiu para as Escolas a nível nacional, num total de 2701 endereços. Dada a conjuntura, neste ano apenas se procedeu ao envio do convite para a inauguração de uma exposição da Garagem Sul – Exposições de Arquitetura *O Mar é a Nossa Terra*, para um total de 1710 convites.

Em 2020 foram dirigidas ao CCB um total de 17 reclamações, número compreensivelmente inferior face às 40 registadas no ano anterior. Os canais escolhidos foram o telefone (1), presencial (1), *e-mail* (6) Livro de Reclamações físico (6), Livro de Reclamações *online* (3) e redes sociais (0), tendo sido dada resposta pelos mesmos canais e conhecimento à IGAC das registadas em livros de reclamações.

Criaram-se grandes expectativas para o ano 2020. Esperava-se um ano com uma programação bastante intensa e previa-se uma das maiores taxas de ocupação dos últimos anos. O ano iniciou com alguns espetáculos esgotados, mas que tiveram de ser cancelados ou foram adiados. Ao longo de todo o ano foi necessário ressarcir o valor de bilhetes ou fazer trocas para novas datas e horários, o que colocou uma carga muito grande na equipa de bilheteiras, sempre disponível e atenta a cada espectador, tornando possível o bom entendimento com o público. A contrariar esta tendência, houve uma aposta forte na iniciativa *CCB de Verão*, durante os meses de julho e agosto, que teve excelente adesão por parte do público, com quase todos os espetáculos esgotados.

As vendas de artigos na bilheteira contabilizaram um total de 350 artigos de loja (livros, catálogos, CD, *merchandising*). Em novembro a Portugal Manual, rede de promoção dos novos artesãos portugueses, ocupou temporariamente o espaço da bilheteira com um espaço *pop up* Portugal de *stocks* Manual. Pela sua notoriedade e grande capacidade de atração de público, dinamizou o espaço da bilheteira e estimulou as visitas ao CCB, com uma contrapartida de 20% da comercialização a reverter para o CCB.

Esta parceria permitiu também compensar a ausência do mercado CCB, um mercado de rua suspenso a partir de abril e ainda não retomado. A parceria com a Portugal Manual para revitalização da oferta mensal do mercado representa um ponto forte na relação com os novos públicos, que visitam o CCB e deverá ser retomada nos novos moldes logos que possível.

Foram doados à Fundação Champagnat – Casa da Criança de Tires, diversos artigos de *merchandising* no valor de 12 519,07 euros (preço de custo), na sequência do abate realizado ao inventário de loja, com anos de *stocks* acumulados.

Cumprindo com o plano de atividades, renovou-se o Cartão Oferta CCB, de modo a que pudesse ser trocado por espetáculos, exposições ou produtos das Lojas e Restaurantes do CCB. Em estreita colaboração com o departamento gráfico foi reformulado o Cartão Oferta existente, dando-lhe novo nome e posicionamento: a Dose CCB. Como um remédio, cada Dose CCB, vem dentro de uma embalagem com um cartão nominal e uma bula. Pode ser trocada por qualquer bem ou serviço das lojas do CCB (por cada cartão trocado é cobrada, às lojas e restaurantes aderentes, uma comissão de 15% sobre o valor do cartão). A maior parte das vendas aconteceu na sequência de campanha de Natal, sobretudo *mail marketing* e Redes Sociais, tendo sido vendidos 99 cartões Dose CCB, entre novembro e dezembro.

Outras ações que as Relações Públicas protagonizaram em 2020 envolveram o acompanhamento de visitas guiadas aos Bastidores do CCB, numa iniciativa exclusiva para a Câmara Municipal de Lisboa, o acompanhamento de visitas institucionais e altas individualidades ao CCB, a montagem e presença de *stand* Cartão CCB nos espetáculos de verão, em julho e agosto, para divulgação do programa e como meio de potenciar a adesão ao cartão e, finalmente, a realização da decoração de Natal, com árvores nos espaços públicos interiores, passeadeiras nas galerias exteriores e luz *Led* e filtros de cor na fachada da Rua Bartolomeu Dias.

6

O edifício,
as instalações
e os equipamentos



Projetos e obras

6.1

Destacam-se nos pontos seguintes os principais projetos desenvolvidos em 2020.

Jardim Vertical

Com o objetivo de participar na comemoração da atribuição do prémio de Capital Verde Europeia à cidade de Lisboa e sendo o CCB um dos principais monumentos de interesse público da capital, a equipa da FCCB contactou o Arq.º Francisco Caldeira Cabral – arquiteto paisagista do projeto de construção do CCB – para contribuir na conceção de um monumental jardim vertical nas fachadas do edifício.

Considerando fatores como a exposição solar e ao vento, a visibilidade e a altura das fachadas, optou-se por escolher duas empenas do Caminho José Saramago, para instalação de dois jardins verticais simétricos e opostos na empena virada a sul e na empena virada a norte. Ambos acompanham o desenvolvimento em altura da fachada até ao nível dos envidraçados adjacentes, de forma a enquadrar a caixilharia de vidro do Centro de Espetáculos.

A instalação dos jardins verticais assentou em estruturas totalmente independentes da fachada do edifício e afastadas dos revestimentos de pedra existentes. O sistema de suporte das plantas consistiu num conjunto modular de floreiras para acomodar vasos, que se podem substituir consoante a necessidade de manutenção das espécies simplesmente através da troca dos vasos instalados.

A composição das plantas na fachada é feita com total liberdade, bastando que cumpram a dimensão máxima dos respetivos vasos para colocação nas floreiras, tendo a seleção de espécies integrado o projeto do Arq.º Francisco Caldeira Cabral.

A execução desta obra arrancou no início do mês de janeiro, estando prevista a sua inauguração no primeiro dia de primavera a 20 de março. No entanto, a poucos dias de ser concluída, a obra foi suspensa devido ao confinamento imposto a nível nacional, prorrogando a sua inauguração para o dia 21 de junho – no primeiro dia de verão.

Espaço Gregotti

No espaço anteriormente alugado à empresa Geostar, no piso 0 do Centro de Exposições, foi criado o Espaço Gregotti para acolher provisoriamente a Administração, as Direções da FCCB e uma parte das respetivas equipas, durante o período de instalação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021 no Centro de Congressos e Reuniões.

Foram necessárias adaptações na arquitetura e nas infraestruturas de energia, iluminação e de informática, para acomodar aproximadamente 80 postos de trabalho neste espaço, respeitando as habituais normas de segurança contra incêndios, mas também as novas restrições de distanciamento impostas pelas autoridades de saúde pública devido à pandemia.

Privilegiou-se o ambiente aberto, do tipo *open space*, para garantir a maior circulação e renovação de ar possível, e melhorar as operações de limpeza e higienização das superfícies. Foram criadas diversas salas de reuniões, munidas de equipamentos de videoconferência, e aproveitadas algumas cabines fechadas para chamadas telefónicas em privacidade.

Toda a instalação técnica dos postos de trabalho é do tipo saliente, devido ao carácter provisório da utilização deste espaço, facilitando as futuras operações de desmontagem e transferência de todos os serviços de volta ao Centro de Congressos e Reuniões.

Beneficiação dos balneários do Centro de Exposições

Os balneários do Centro de Exposições, localizados junto ao Cais de Carga, são utilizados diariamente pelas equipas internas da FCCB, de Manutenção e Logística, pela equipa da empresa prestadora de serviços de Limpeza, e também por outras empresas que prestam serviços no CCB, como empreiteiros de obras, montagens de exposições, etc.



São espaços muito solicitados, e que apresentavam profundo desgaste da utilização diária dos últimos 27 anos de serviço, essencialmente ao nível dos pavimentos, das pinturas, nas loiças e equipamentos sanitários.

A intervenção incidiu na renovação geral dos acabamentos, na substituição das bases de duche e dos acessórios sanitários, e no fornecimento de novos bancos, cabides e cacifos fenólicos. Os termoacumuladores de água quente de grande volume foram transferidos para o corredor exterior, o que permitiu aumentar o espaço útil nestes espaços.

Para executar a obra no mais curto espaço de tempo, sem privar os trabalhadores deste tipo de instalações, prepararam-se balneários provisórios nas áreas reservadas aos serviços de restauração no Centro de Congressos e Reuniões que estavam desocupadas.

Impermeabilização dos lanternins da Sala Luís Freitas Branco e do Pequeno Auditório

As caixilharias de lanternins e claraboias do CCB permitem a entrada de luz zenital em salas interiores e espaços de circulação que não possuem janelas. Estes elementos, pela sua idade e descontinuação de peças de substituição, dificultam as operações de manutenção e são uma fonte de frequentes infiltrações de águas pluviais para o interior do edifício.

Foi estudada e aplicada uma nova solução de impermeabilização dos lanternins nas zonas de maior incidência destas infiltrações, ou seja, nas salas de apoio à Sala Luís Freitas Branco, na Sala Eugénio de Andrade, e nas circulações do piso 0 do Pequeno Auditório.

A solução implementada consiste na instalação de painéis de polycarbonato compacto sobre os vidros dos lanternins, para recolha da água da chuva e encaminhamento para as caleiras de drenagem. Trata-se de uma segunda camada protetora da entrada de água, de fácil acesso e manutenção, que permite manter a entrada de luz natural.

É uma solução expedita e de baixo custo, que serve de alternativa à integral substituição destas caixilharias e aos avultados custos que isso implicaria à Fundação. Com base no comportamento desta solução, será posteriormente avaliada a sua replicação noutros lanternins, na tentativa de prolongar tanto quanto possível a vida útil destes importantes elementos da arquitetura do CCB.

Remodelação do sistema de produção de água da instalação de AVAC

A instalação de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado – AVAC – do CCB está em funcionamento contínuo há 27 anos, e apresentava um razoável estado de conservação, fruto da permanente supervisão e manutenção de todos os sistemas que a constituem.

Esta empreitada teve por isso como objetivo a substituição das caldeiras de gás natural, responsáveis pelo aquecimento do circuito hidráulico de ar condicionado de todo o edifício, que necessitavam de uma atualização. Incluiu também a substituição dos respetivos grupos eletrobomba primários, e dois secundários, com vista a uma melhoria da eficiência energética deste sistema e consequente redução dos custos de exploração.

As novas caldeiras são alimentadas a gás natural, sem condensação, de elevada eficiência energética, permitindo operar em regimes variáveis de caudal em função das diferenças de temperatura pretendidas nos vários locais do CCB.

As novas eletrobombas dos circuitos primário e secundário são também de caudal variável, o que possibilita a melhor adaptação da alimentação de água quente em função das reais necessidades de aquecimento, resultando em menores consumos energéticos e respetivos custos.

Outros projetos

Foram também desenvolvidos outros estudos e projetos inscritos no Plano de Investimentos, com perspetivas de execução das respetivas empreitadas no ano de 2021, e dos quais se destacam os seguintes:

- Recuperação dos lagos do Jardim das Oliveiras;
- Fornecimento de ecrãs de comunicação no Caminho Pedonal e Praça CCB;
- Aquecimento solar térmico das águas quentes sanitárias;
- Recuperação das coberturas do Centro de Espetáculos;
- Requalificação da Sala Sophia de Mello Breyner Andresen;
- Novo sistema de controlo de acessos no Centro de Congressos e Reuniões;
- Beneficiação das instalações sanitárias do Grande Auditório;
- Alteração da estrutura do palco do Grande Auditório para instalação de plataforma elevatória.

Manutenção e gestão técnica

O CCB é um edifício classificado e formado por 3 blocos designados por Centro de Congressos e Reuniões, Centro de Espetáculos e Centro de Exposições (ou módulos 1, 2 e 3 respetivamente). Em cada bloco existe uma organização intrincada de espaços e instalações técnicas que requerem uma equipa técnica pluridisciplinar atenta e qualificada, para oferecer o melhor conforto aos seus visitantes ou utilizadores, e em simultâneo conservar o importante património.

À semelhança dos anos anteriores, em 2020, o Departamento de Manutenção e Gestão Técnica (DMGT) organizou diariamente as diferentes equipas das áreas de construção civil, eletricidade, instrumentação/eletrónica, AVAC e serralharia, na intervenção corretiva e preventiva dos diversos equipamentos e instalações.

No seguimento de uma política de redução de custos de exploração da FCCB, era nosso propósito para o ano de 2020 não ultrapassar os 5 175 000 kWh (4 275 000 kWh em energia elétrica e 900 000 kWh em gás natural).

	2020		2019			
Fundação Centro Cultural de Belém	75 774 €	1 404 360 kWh	141 929 €	2 128 086 kWh	– 12,6%	– 34%
Museu Coleção Berardo	235 212 €	2 329 414 kWh	246 590 €	2 108 560 kWh	14,6%	10,5%
Restauração e lojas	85 534 €	432 002 kWh	142 077 €	697 027 kWh	– 2%	– 38%
	396 529 €	4 165 775 kWh	530 596 €	4 933 673 kWh	– 25,3%	– 15,6%

kWh = energia elétrica e gás

Ambiente, qualidade e acessibilidades

Em virtude da pandemia Covid-19 o ano 2020 foi completamente atípico no número de eventos corporativos em que este Departamento teve intervenção e participação direta comparativamente a 2019, passando de 392 realizados em 2019 para 241 em 2020 o que representa um decréscimo de 38%.

É de salientar que foi possível realizar intervenções de reparação e conservação do mobiliário das salas de reuniões e espaços públicos, o que reduziu consideravelmente os custos destas importantes manutenções que teriam forçosamente que ser realizadas externamente.

A renovação do contrato de prestação de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos com a Câmara Municipal de Lisboa permitiu dar continuidade e melhorar o processo de recolha seletiva dos resíduos produzidos

no CCB (papel/cartão, embalagens/plástico, vidro, orgânico e indiferenciado), nomeadamente, pelos lojistas, pessoal, empresas prestadoras de serviços, clientes e restauração.

Teve início a 1 de julho de 2018 o atual contrato de prestação de serviços de limpeza com a empresa Clece. Ao longo do ano de 2020, em virtude da situação pandémica, bem como pelo aluguer na totalidade dos espaços do Módulo 1 à Estrutura de Missão para a PPUE, foi necessário adaptar e implementar novas rotinas de limpeza e desinfeção das instalações, tais como, áreas de trabalho individual, salas de reunião, copas e instalações sanitárias, sem prejuízo das limpezas afetas ao contrato em vigor.

No dia 1 de janeiro de 2020 iniciou-se o contrato com a empresa Anticimex, que durante o ano de 2020 desenvolveu com sucesso todos

6.2

6.3

os trabalhos incluídos nas visitas programadas ao abrigo do contrato de prestação de serviços de Controlo de Pragas, impedindo e prevenindo o aparecimento de espécies infestantes blatóides (baratas), murídeos (ratos) e himenópteros (formigas) nos três módulos do CCB e também na Tenda.

Ao longo do ano de 2020, a empresa Sograma, ao abrigo do contrato de conservação e manutenção de todos os Jardins e Lagos do CCB, interveio diariamente estes espaços exteriores por forma a manter a configuração e as espécies consideradas no projeto inicial de arranjos exteriores do CCB, projetado pelo gabinete de arquitetura paisagista dos Arquitetos Francisco Caldeira Cabral e Elsa Severino.

6.4 Tecnologias de informação e comunicação

A TIC é uma área transversal, suportando os processos e visando dotar a FCCB com as ferramentas informáticas e de apoio à atividade, procurando permanentemente aproximar os sistemas, tecnologias de informação e comunicação à orientação estratégica da Fundação.

Durante este ano, grande parte dos colaboradores da Fundação CCB foi colocada em teletrabalho, sendo que foi necessário criar uma estrutura em tempo *record* para que fosse possível colocar o máximo de colaboradores operacionais, fora da estrutura física do CCB.

Os projetos foram reajustados e redirecionados para o teletrabalho, para corresponder a toda esta situação que surgiu com as restrições impostas pelo Governo para fazer face à pandemia da Covid-19.

Os projetos de 2020 possibilitaram ainda continuar a prosseguir o objetivo de modernizar a Fundação, com sistemas informáticos e infraestruturas de rede adequados à exigência de qualidade e funcionalidade necessários aos colaboradores e a quem nos visita.

Dos projetos realizados, destacam-se:

Transferência dos colaboradores FCCB para o Espaço Gregotti

No início do ano de 2020, foi necessário criar um espaço para reposicionamento de todos os colaboradores do CCB, no intuito de ceder todo o Módulo 1 para a PPUE. Foi necessária a reestruturação de toda a área agora designada Espaço Gregotti, de maneira a abarcar a maioria dos colaboradores

que se encontravam no Módulo 1. Esta estrutura foi criada de raiz, desde a infraestrutura de rede, às ligações elétricas.

Plano de Contingência Informático Covid-19

No início do primeiro confinamento, foi necessária a realocação de todos os portáteis disponíveis para eventos, cerca de 25, após nova configuração aos colaboradores. Foi necessária a instalação de dezenas de VPNs.

Foram adquiridas licenças Pro do Zoom, no sentido de criar uma estrutura de ligação e comunicação entre todos os colaboradores, permitindo a realização de reuniões por este meio.

Apoio TIC no âmbito da PPUE

A TIC, inserida na equipa global DEIT, apoiou regularmente todas as solicitações originadas pela PPUE.

Panda Patch Management

Foi implementado o novo *software* de gestão de vulnerabilidades para aplicativos de terceiros em estações de trabalho e servidores Windows. Esta plataforma de gestão centralizada abrange correções, incluindo identificação e implementação das instalações remotas para retificação de riscos e segurança.

Políticas para aumento da segurança dos Utilizadores e redução de superfície a ataques informáticos

O aumento exponencial de tentativas de ataques informáticos ao CCB levou a TIC a implementar políticas adicionais e mais restritivas de segurança,

nomeadamente:

- a) Controlo de acesso a dispositivos móveis;
- b) Política de *passwords* e boas práticas.

DIESE Apoio a Atividades Culturais e Eventos Comerciais

Na continuidade da transformação digital do CCB, foi terminada a implementação do sistema DIESE de apoio à gestão das atividades culturais. Este sistema permite tornar acessível a informação em formato digital às diversas direções do CCB.

Formações ministradas pela TIC

Para fazer face a todas as medidas implementadas pelo Governo no sentido de mitigar toda a situação provocada pela pandemia da Covid-19, a TIC teve de se reinventar e tentar ajudar todos os colaboradores, sendo que promoveu as seguintes ações de formação e sensibilização.

- a) Formação em Zoom;
- b) Ação de Sensibilização sobre Cibersegurança;
- c) Formação em Cloud.

Substituição de computadores com mais de 7 anos

Na sequência da aquisição de 26 computadores, no final do ano de 2019, foi possível substituir e melhorar cerca de 50 postos de trabalho.

Novo Site

A nova infraestrutura de ligação e suporte, a TIC tornou possível a base para que o novo *site* fosse uma realidade.

Mudança de operador de comunicações

No decorrer do fim do contrato com a Vodafone, após concurso público, o novo operador Altice executou uma complexa e alargada rede de comunicações.

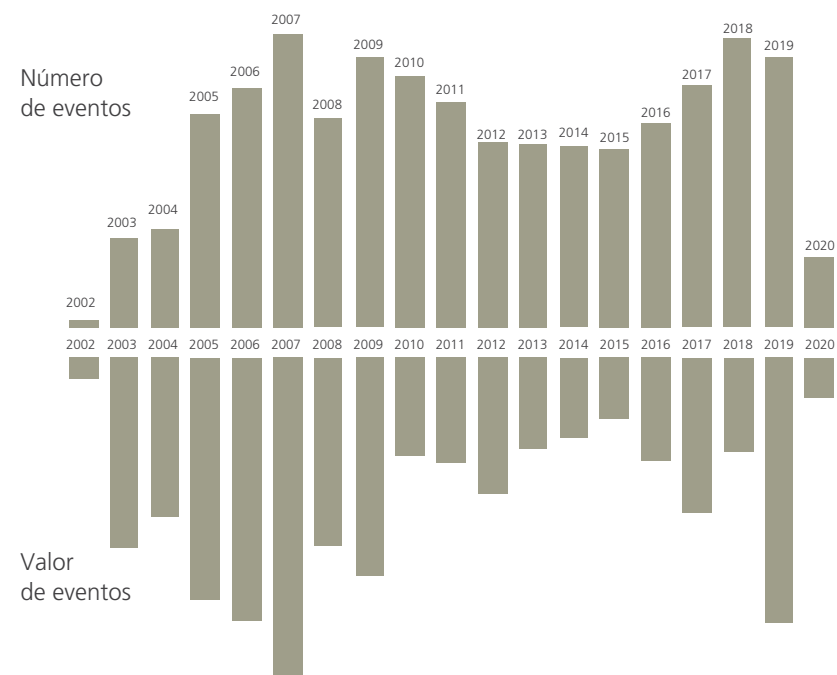
Assim a partir do mês de outubro todos os sistemas da FCCB (Comunicações Fixas, Comunicações Móveis, Wifi e Internet) são operados pela empresa Altice-MEO

Apoio a eventos internos e externos (TIC – Eventos)

A TIC – Eventos tem a seu cargo todas as montagens, acompanhamento, orçamentação, planeamento e desmontagens de eventos, no âmbito referido em epígrafe.

Durante 2020 continuámos a contratação de técnicos externos para o “dia-do-evento”, na maioria dos eventos.

De 2002 a 2020 observa-se um decréscimo de cerca de 75% relativamente ao ano anterior na quantidade de eventos comerciais. O valor recebido nos eventos externos foi abismalmente inferior ao ano anterior, tendo sido o mais baixo desde o ano inicial.



Segurança

O serviço desenvolvido visou, fundamentalmente o acompanhamento das diferentes atividades e a regular manutenção da segurança das instalações de todo Centro Cultural de Belém.

Procedeu-se também à adaptação à nova realidade no CCB, com a presença de mais uma entidade no espaço CCB, a Estrutura de Missão da PPUE 2021,

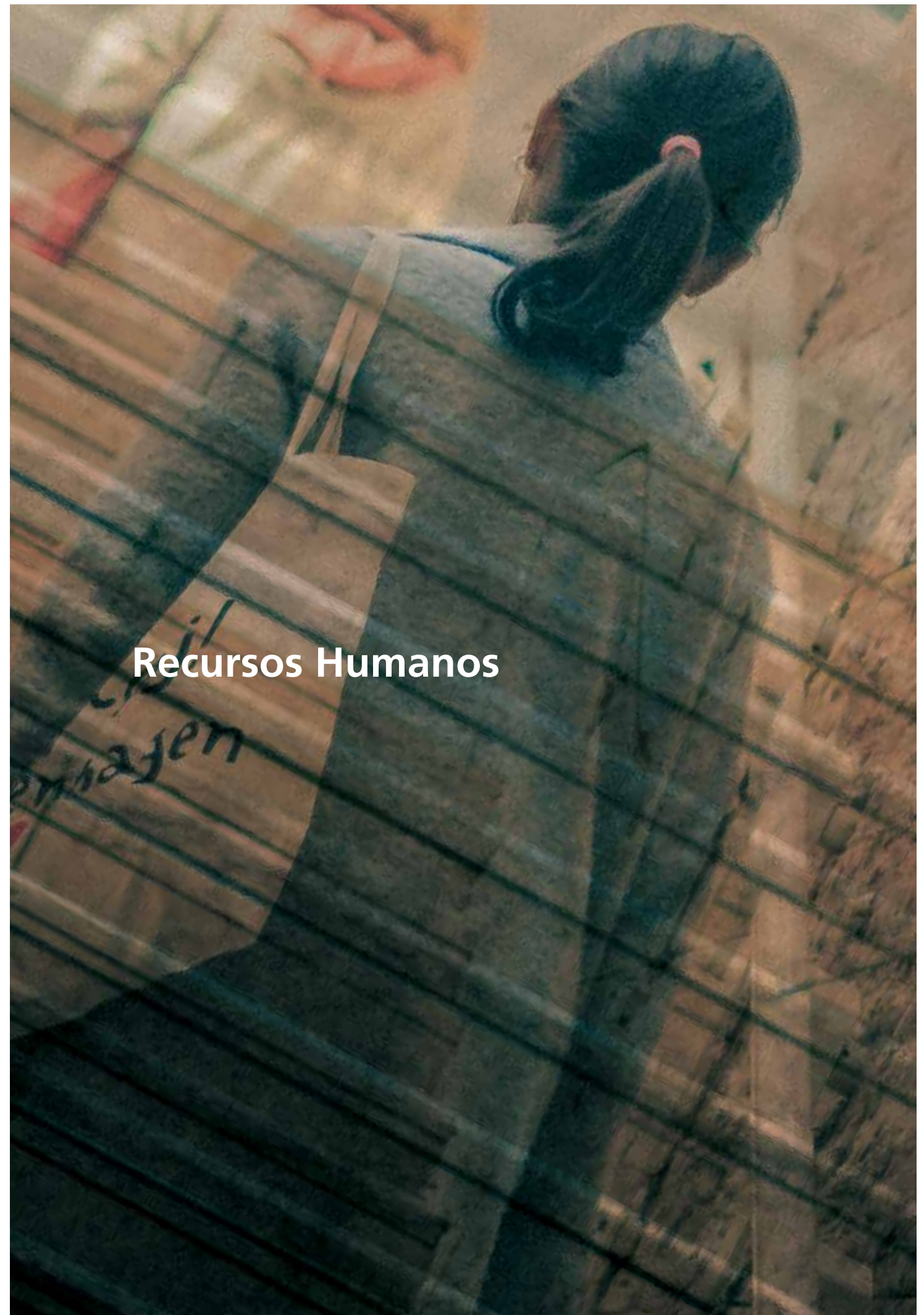
facto que obrigou à criação de novos procedimentos, novas formas de comunicar, novos modelos de trabalho.

Devido à pandemia por Covid-19 e à suspensão da atividade, em 2020 não foi realizado o habitual simulacro de evacuação.

6.5

7

Recursos Humanos



A pandemia Covid-19

Em consequência da pandemia Covid-19, o ano de 2020 viria a revelar-se um ano particularmente exigente para a gestão dos recursos humanos da Fundação, assim como para todas as equipas e colaboradores.

Com efeito, em meados de fevereiro foi necessário antecipar cenários e definir com antecedência o Plano de Contingência Interna (PCI) da Fundação, acompanhado da realização de sessões de esclarecimento para um amplo entendimento das fases do plano e das ações que seriam tomadas em caso de necessidade, em estreita articulação com todas as direções.

A necessidade de confinamento viria a verificar-se em meados de março, com o encerramento do CCB, a suspensão de toda a atividade e a manutenção de serviços mínimos, a par da coordenação do PCI. Posteriormente, já em maio, procedemos à definição de um plano de levantamento progressivo das medidas de contenção, também designado de Plano de Desconfinamento Geral, acompanhado posteriormente de medidas concretas de cada direção e área de atividade e respetiva comunicação interna e junto de artistas, agentes culturais, parceiros, fornecedores e clientes.

O acompanhamento continuado da retoma gradual da atividade exigiu uma articulação reforçada com as diferentes áreas tendo em vista o acompanhamento e apoio ao cumprimento de todas as medidas

de prevenção para uma reabertura em segurança. A monitorização constante de todas as suspeitas e casos de Covid-19 veio a revelar-se decisiva para a mitigação de situações, tendo o protocolo celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa sido também importante no restaurar da confiança e despistagem de situações suspeitas, a par da articulação com as autoridades de saúde.

Mais tarde, o acordo estabelecido com o ISQ para obtenção da certificação Covid-Out, mediante realização de diversas inspeções, testes e processos de validação em todos os espaços do CCB, veio a confirmar as medidas adotadas e os procedimentos seguidos, bem como a permitir melhorias importantes no reforço de algumas medidas.

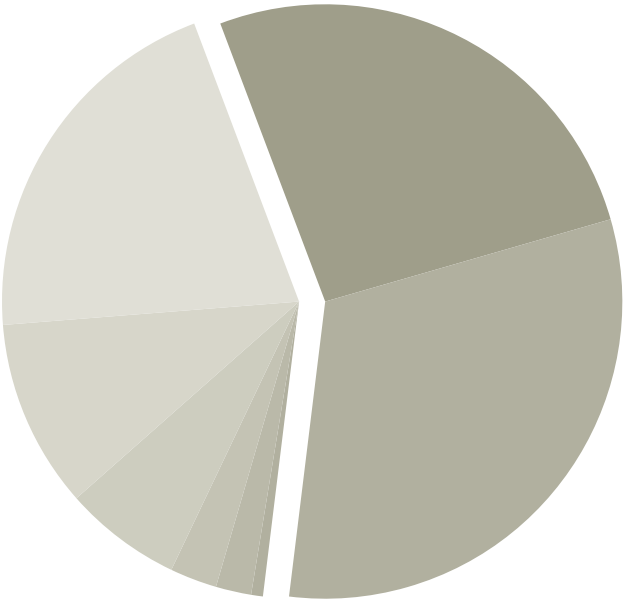
Esta certificação, a par da aplicação das medidas adotadas e dos procedimentos de prevenção cumpridos pela generalidade dos colaboradores, do público e dos clientes permitiu uma retoma quase plena no último trimestre do ano, a par de uma constante monitorização e acompanhamento das situações verificadas e dos rastreamentos e medidas preventivas suplementares que pontualmente se revelaram necessárias. A definição de cenários e a antecipação de situações possíveis, bem como a colaboração de todos na aplicação de medidas de prevenção rigorosas, viria a revelar-se determinante para a inexistência de surtos de Covid-19 no CCB e o decurso das atividades com a maior “normalidade” possível nas circunstâncias existentes até final do ano.

A estrutura

De um modo geral e em termos de cadeia de valor, podemos representar esquematicamente a estrutura dos recursos humanos da FCCB, no ano de 2020, do seguinte modo:

Atividades de suporte			Colaboradores
20,51%	Direção de Edifícios e Instalações Técnicas Inclui Segurança e TIC	32	
14,94%	Direção de Marketing e Desenvolvimento	24	
10,26%	Direção Financeira e Administrativa	16	
6,41%	Secretariado	10	
2,56%	Direção de Recursos Humanos	4	
1,92%	Administração	3	
0,64%	Assessoria Jurídica	1	
42,31%		66	

Atividades core			Colaboradores
31,41%	Direção de Artes Performativas Inclui Fábrica das Artes, Sala de Leitura e Conferências	49	
26,28%	Direção de Marketing e Desenvolvimento Inclui Comunicação, Relações com Públicos, Gestão de Eventos e Garagem Sul	41	
57,69%		90	



Rotatividade

A rotatividade, indicador também denominado por *turnover*, teve uma subida de 2% em comparação com 2019, muito devido às saídas voluntárias de colaboradores perto da idade da reforma, com repercussões pontuais no rejuvenescimento e desenvolvimento das equipas.

No universo de Colaboradores registaram-se 17 saídas em 2020 e 14 saídas em 2019 e 16 admissões em 2020 e 13 em 2019. Na decorrência destas movimentações, constata-se uma taxa de *turnover* na ordem dos 10,7% em 2020 e 8,7% em 2019, conforme tabela comparativa que a seguir se apresenta:

		2019
Admissões	16	13
Demissões	17	14
Número médio de trabalhadores	153	155
Turnover	10,7%	8,7%

No quadro seguinte podemos observar que houve um maior número de admissões no início do ano em virtude de saídas voluntárias. Os restantes meses do ano foram situações pontuais de substituições de “baixa” e licença de maternidade. As admissões reforçaram principalmente as equipas da DMD.

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	média mensal
Entradas	10	1	3	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1,41
Saídas	4	2	6	2	0	0	0	0	1	0	1	0	1,33

Recrutamento e seleção

O ano de 2020 teve mais admissões, proporcionando em termos de recrutamento a colocação de mais anúncios, apostando também na imagem do CCB como um recrutador de excelência. O número total de entrevistas continua a ser superior a anos transatos, dando mais robustez ao processo de recrutamento e seleção.

	2019	
Anúncios colocados	10	2
Resposta a anúncios	850	137
Seleção por base de dados	4	11
Processos estagiários	13	2
Concursos internos	0	0
Processos externos de colaboradores	14	13
Convocatórias	49	53
Total de entrevistas	47	41

Saúde no trabalho

Na área da medicina no trabalho, houve menos exames efetuados, por dois motivos. O primeiro está relacionado com a obrigatoriedade de a cada dois anos se realizarem os exames para os colaboradores com menos de 50 anos, sendo esta uma variação a que iremos sempre assistir. O segundo motivo está relacionado com a suspensão destes serviços, em virtude da pandemia relacionada com a Covid-19.

	2019	
Exames médicos de admissão	11	12
Exames médicos periódicos	45	128
Exames médicos ocasionais	7	5

Número de colaboradores

Da análise evolutiva por meses, podemos observar que não existem diferenças relevantes no número de colaboradores no ano de 2020 por comparação com 2019, terminando o ano de 2020 com

uma média mensal de apenas 0,1 colaborador inferior ao ano transato, como se pode observar, pormenorizadamente, no quadro que a seguir se apresenta:

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	média mensal
	151	153	158	156	156	156	156	155	156	156	156	156	155,5
2019	154	156	157	156	154	152	154	155	157	158	158	155	155,5

Situação contratual

No que diz respeito à situação contratual dos Colaboradores da FCCB, não há grande diferença de 2020 para 2019. Apenas se continua a verificar a redução dos contratos a termo, em consequência da necessidade permanente das funções existentes.

	2019	
Efetivos ao serviço	145	143
Nomeados	3	3
Comissão de serviço	3	3
Contratados a termo certo	1	4
Efetivos em licença sem vencimento	1	1
Efetivos em requisição	1	1
Contratados a termo incerto	0	0

Número de colaboradores por género

No que diz respeito à composição da equipa de colaboradores por género podemos constatar que o número de colaboradores do género masculino fixou-se em 86 colaboradores, constituindo 55% do universo dos colaboradores da FCCB. No que diz respeito ao género feminino, esta conta com 70 colaboradoras, correspondendo a 45% da população da FCCB. Na área técnica da DAP e na manutenção da DEIT é onde se concentra a maioria dos colaboradores masculinos. Nas áreas administrativas de suporte verifica-se um equilíbrio, e na área da DMD, a composição é predominantemente feminina.

	2019		
Homens	86	55%	87
Mulheres	70	45%	68

Estrutura etária

Em 2020 contrariando a subida normal da média de idades dos colaboradores, houve uma descida de 0,3 anos tendo-se situado nos 45,85 anos contra os 46,10 de 2019. A distribuição etária por género em 2020 é a seguinte:

	homens		mulheres	
18 – 24 anos	1	0	1	
25 – 29 anos	11	7	4	
30 – 34 anos	11	5	6	
35 – 39 anos	12	5	7	
40 – 44 anos	26	15	11	
45 – 49 anos	40	23	17	
50 – 54 anos	29	14	15	
55 – 59 anos	17	11	6	
60 – 64 anos	7	4	3	
+ 65 anos	2	2	0	

Remunerações e absentismo

O total de remunerações no ano de 2020 foi inferior aos valores de 2019 em 0,51%.

Apesar de ter havido um aumento salarial generalizado na Fundação em 6%, e o número médio de colaboradores ser praticamente igual ao ano anterior, verificou-se uma redução de 0,51% no total de remunerações, que se deveu principalmente aos seguintes fatores:

- A entrada de novos colaboradores em contrapartida das saídas de colaboradores com média superior a 23,5 anos no CCB;
- O valor de indemnizações de saída com impostos ser inferior em 67% que o ano anterior;
- Baixa prolongada (superior a 30 dias) sem substituição dos respetivos colaboradores num total 857 dias envolvendo 6 colaboradores.

- Menos horas extraordinárias e segundas refeições, em virtude do abrandamento da atividade do CCB em consequência da pandemia.

Em 2020 verificou-se um decréscimo da taxa de absentismo de 9,75 pontos percentuais. Houve uma grande redução do número de dias de doença e assistência à família, facto que não é alheio ao confinamento efetuado devido à pandemia. No sentido inverso temos a licença parental que praticamente duplicou relativamente a 2019.

Remunerações

	2019	2020/2019
	5 084 645	5 084 645
		- 25 953
Vencimentos base	2 994 223	2 974 707
Segurança Social	851 415	853 020
Subsídios de férias e Natal	563 086	557 831
IHT/SHI/ST	359 714	353 879
Subsídio de refeição	216 410	221 600
Acidentes de trabalho	34 204	33 477
Outros custos	22 824	72 834
Fundos de compensação	8 891	7 720
Horas extra	7 925	9 577

VALORES EM EUROS

Absentismo

	2019	2020/2019
	1 963,17	2 175,36
		- 212,19
Baixa / Segurança Social	984	958
Licença parental	450	232
Assistência à família	102,34	206,56
Doença	87,43	244,27
Licença parental (excl. pai)	80	26
Baixa / acidente de trabalho	78	158
Trabalhador estudante	36,23	88,66
Nojo	35,17	28,35
Casamento	30	10
Justificada	25,99	42,1
Baixa por internamento	22	65
Aleitação	17,04	29,09
Fins educativos	4,44	26,2
Crédito mensal de horas	2,39	14,05
Cumprimento de obrigações legais	2,12	29,71
Consulta pré-natal	2,02	1,37
Dispensa	2	0
Sem retribuição	2	0
Greve	0	11
Licença sem vencimento	0	5
Baixa por doença profissional	0	0
Falta Injustificada	0	0

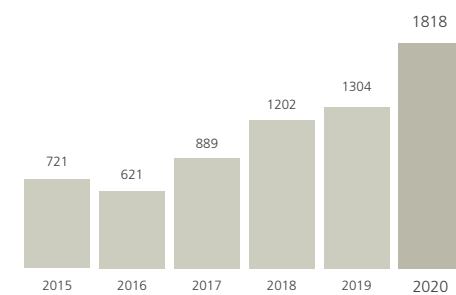
VALORES EM DIAS

Formação profissional

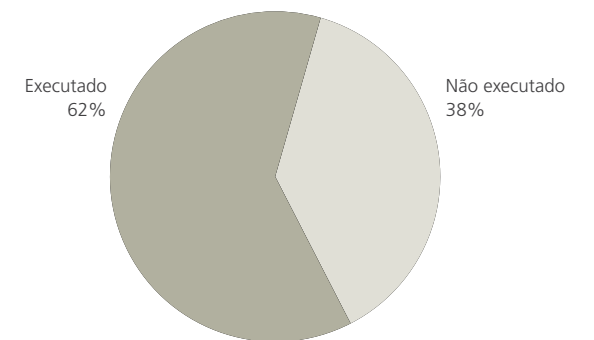
O planeamento das necessidades formativas e sua aplicação foi forte aposta durante o ano. Foi efetuado um plano que previa um aumento de horas formação relativamente a anos anteriores, estruturado tendo em conta as necessidades levantadas durante a avaliação de desempenho (SGD), pedidos pertinentes dos colaboradores, assim como sugestões partilhadas pela DRH.

No entanto, devido à fase pandémica que atravessámos, a execução do plano ficou aquém das expetativas, tendo apenas resultado a execução de 62% do mesmo, obrigando a desviar o formato da formação mais para o *e-learning* do que para a formação presencial.

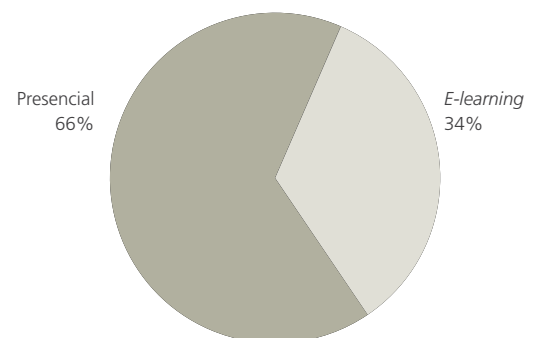
Todavia procurou dar-se cumprimento ao plano, destacando-se as ações formativas nos novos sistemas de gestão e aplicativos informáticos implementados no âmbito da candidatura SAMA, assim como a formação em Liderança (desenvolvimento pessoal – *soft skills*), que englobou todos os cargos diretivos e de coordenação da FCCB.



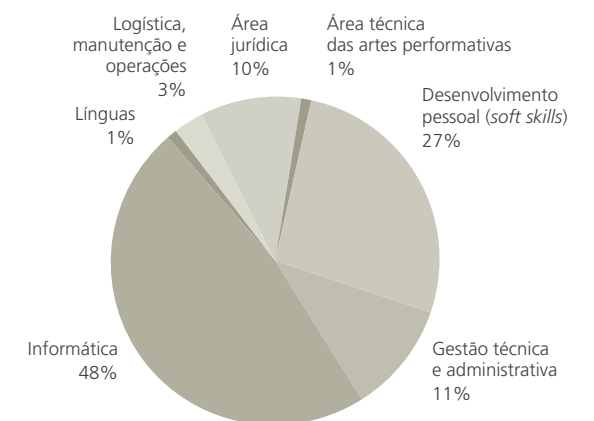
Horas de formação



Execução da formação



Formato da formação



Áreas de formação

8

Resultados Económicos e Financeiros

A pandemia Covid-19 teve um forte impacto nas atividades principais da Fundação CCB, vocacionadas para o contacto direto com o público. A nível nacional, foram decretados sucessivos estados de emergência durante o ano, por forma a travar a transmissão do vírus, que levaram ao encerramento ou limitação de horários dos espaços culturais, de comércio e dos restaurantes e ao encerramento de fronteiras. Tais medidas foram gradualmente ajustadas, principalmente a partir do segundo semestre, mas sempre condicionadas a normas que visaram a segurança e a redução de riscos de contágio,

de forma a garantir o distanciamento social, o que permitiu alguma retoma da atividade, ainda que abaixo do seu potencial normal.

Paradoxalmente, os resultados económicos da Fundação não sofreram na mesma medida, tendo-se mantido positivos, em resultado de circunstâncias diversas que se conjugaram e que abaixo se identificam. Por esse motivo, a Fundação não recorreu a qualquer apoio público diretamente vocacionado para mitigar os efeitos da pandemia nem à reestruturação da sua atividade.

Em 2020, o Resultado Líquido da Fundação foi positivo, de 255 m€, continuando a tendência dos últimos dois anos.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos resultados no período de 2016 a 2020:

	2016	2017	2018	2019	2020
Resultado antes de depreciações, amortizações e gastos de financiamento	1 825	729	2 143	1 859	2 078
Resultado operacional	(269)	(1 332)	63	(211)	103
Resultado líquido do período	(345)	(1 120)	189	370	255

Valores em m€

Como referido, houve várias circunstâncias, algumas positivas e outras negativas, que conjugadas, permitiram manter os resultados em terreno positivo em 2020 e que sucintamente se anunciam:

- o abrandamento da atividade cultural, que, por ser deficitária, contribuiu positivamente para o resultado;
- a redução da atividade comercial no aluguer de espaços para eventos a qual, no entanto, foi mitigada pelo início da ocupação de parte do CCB pelas equipas da Estrutura de Missão

para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021 (EMOLCP), a partir de outubro de 2020, no âmbito do contrato de arrendamento celebrado para o efeito com o Estado Português;

- o reforço do apoio ao funcionamento pelo Ministério da Cultura, previsto em orçamento;

- a redução dos rendimentos comerciais das rendas de lojas e espaços de restauração;

- a diminuição de gastos com o consumo de energia e outros diretamente relacionados com a redução das atividades presenciais nos espaços da Fundação.

No quadro da página seguinte, é destacado o resultado de exploração, o qual reúne apenas os rendimentos e os gastos relacionados diretamente com a gestão corrente da atividade¹.

Resultado líquido do exercício

	2016	2017	2018	2019	2020	Orçamento 2020
Vendas e serviços prestados	4 764	4 516	3 841	5 111	3 037	3 749
Subsídios à exploração (Ministério da Cultura) + POR Lisboa em 2018 + SAMA em 2020	7 352	7 055	7 386	7 392	7 809	7 900
Subsídios ao investimento (reconhecimento)	156	91	1 149	256	182	-
Outros rendimentos	286	276	495	392	337	570
Rendimentos de exploração	12 559	11 938	12 871	13 151	11 365	12 218
Fornecimento e serviços externos e CMV	(5 539)	(5 904)	(5 545)	(5 592)	(3 868)	(5 540)
Gastos com o pessoal	(5 223)	(5 329)	(5 052)	(5 628)	(5 318)	(5 546)
Gastos de depreciação / amortizações (exceto edifício)	(914)	(883)	(902)	(892)	(796)	(945)
Outros gastos	(40)	(59)	(136)	(59)	(166)	(19)
Gastos de exploração	(11 716)	(12 175)	(11 634)	(12 171)	(10 148)	(12 050)
Resultado de exploração	842	(236)	1 237	980	1 217	168
Rendimentos – gastos financeiros	(76)	212	125	582	152	109
Outros ganhos – outros gastos	(1)	-	5	18	11	-
Imparidades e provisões	69	82	()	(32)	54	-
Gastos de depreciação / amortizações (do edifício)	(1 179)	(1 178)	(1 178)	(1 178)	(1 178)	(1 178)
Resultado líquido do exercício	(345)	(1 120)	189	370	255	(901)

Valores em m€

Os subsídios à exploração continuam a ser a principal fonte de financiamento da fundação, tendo atingido em 2020, por força da pandemia e consequente redução das receitas próprias da fundação, 68% dos rendimentos de exploração e 76% dos gastos de exploração.

O quadro abaixo detalha a origem dos subsídios à exploração.

Em 2020, a Fundação recebeu verbas referentes ao financiamento previsto no âmbito de uma das duas candidaturas apresentadas ao sistema de apoio à transformação digital da Administração Pública (SAMA 2020).

Já em relação aos rendimentos próprios da Fundação (rendimentos de exploração, excluindo o apoio do Ministério da Cultura), foram de 3,6 M€, ou seja, 32% dos rendimentos de exploração, e 36% dos gastos de exploração, tendo sido fortemente afetados pela situação pandémica (o rácio de rendimentos próprios sobre os rendimentos de exploração, foi de 47% em 2019 e em 2018). O quadro seguinte apresenta a sua evolução desde 2016.

	2016	2017	2018	2019	2020
Subsídios à exploração	7 352	7 055	7 386	7 392	7 809
Ministério da Cultura	7 352	7 055	7 000	7 392	7 728
POR Lisboa	-	-	386	-	-
SAMA	-	-	-	-	81
Variação face ao ano anterior	64%	- 4%	5%	0%	6%

Valores em m€

	2016	2017	2018	2019	2020
Rendimentos próprios	5 207	4 883	5 485	5 759	3 637
Variação face ao ano anterior	7%	- 6%	12%	5%	- 37%

Valores em m€

¹ O resultado de exploração não inclui a amortização do edifício (tendo em conta que a Fundação não detém a sua propriedade, apenas o seu usufruto perpétuo e **gratuito**), mas inclui todos os encargos com a sua manutenção e com as depreciações e amortizações de investimentos efetuados após a constituição da Fundação. Não inclui também imparidades e provisões, correções de anos anteriores, rendimentos e gastos financeiros e outros rendimentos de carácter extraordinário.

Rendimentos

Nos rendimentos de exploração, verifica-se uma diminuição de 14% ou 1,8 M€, em relação ao ano anterior (11,4 M€ em 2020 *versus* 13,2 M€ em 2019), com maiores variações em vendas e serviços prestados (-41% ou 2,1 M€) e em subsídios à exploração (+5% ou 336 m€).

No primeiro caso, a variação encontra-se:

- na atividade cultural (-58% ou -551 m€) – pela diminuição da receita de bilheteira (-56% ou -392 m€), no aluguer de espaços para produções externas (-77% ou -135 m€), a redução dos outros rendimentos (-25% ou -13 m€) e nos patrocínios (-100% ou -10m€). A atividade cultural esteve interrompida entre a segunda quinzena de março e o mês de junho, e após a retoma a lotação dos espaços foi reduzida;

- na atividade comercial (-36% ou -1,5 M€) – na atividade de eventos (-24% ou 633 m€), em que o efeito da retração do mercado foi compensado parcialmente pela atividade da EMOLCP no CCB; na diminuição do rendimento

gerado nas rendas de lojas e espaços de restauração (-57% ou -659 m€) a par das iniciativas internas de apoio aos lojistas e da redução das rendas calculadas em função do volume de negócios na restauração e, também, à ocupação de um espaço, anteriormente arrendado, para alojar temporariamente (-121m€) as equipas da Fundação durante a estadia da EMOLCP no CCB; diminuição nas receitas de parque de estacionamento e outros serviços (-66% ou -194 m€).

No segundo caso deve-se a um aumento do apoio do Ministério da Cultura em +5% ou 336 m€, previsto em orçamento, em linha com a gradual reposição dos apoios públicos às fundações da cultura dos últimos anos.

Por último e já fora dos rendimentos de exploração, na gestão da carteira de títulos, composta por obrigações soberanas e corporativas, foi apurado um saldo positivo entre os rendimentos e gastos financeiros de 152 m€ (582 m€ em 2019, ano em que registou uma mais-valia na venda de títulos).

Gastos

Os gastos de exploração, 10,2 M€, foram inferiores aos de 2019 (12,2 M€ em -2 M€ (-17%)), com variações mais pronunciadas nos fornecimentos e serviços externos e custo das matérias vendidas (-31%, -1,7 M€) e nos outros gastos (+181%, 107 m€).

O quadro abaixo apresenta a evolução dos fornecimentos e serviços externos (FSE) e custo das matérias vendidas (CMV) nos últimos cinco anos, por tipologia.

Os FSE relacionados com a atividade cultural (*cachet* de artistas e todos os FSE diretamente relacionados com a produção cultural) representam cerca de 36% do total de FSE e CMV e os relacionados com a atividade comercial (serviços e equipamentos audiovisuais externos e outros) representam 2%. Estas percentagens refletem o impacto que a pandemia teve na atividade cultural e na atividade de eventos. Foram em 2019, respetivamente de 43% e 10%.

Os serviços externos ligados à atividade cultural diminuíram 43% (-1 M€), com a interrupção entre a segunda quinzena de março e junho. Nem sempre foi possível o reagendamento de todos os espetáculos e eventos culturais e o cancelamento dos mesmos implicou apenas o gasto em parte do *cachet*, não existindo todas as despesas associadas a um espetáculo cultural.

A diminuição de 20% (-148 m€) em gastos com água, eletricidade e combustíveis foi uma consequência direta dos meses de interrupção de atividade e do recurso ao teletrabalho.

Nos serviços externos de apoio à atividade comercial, a diminuição de 85% (-470 m€) acompanha a diminuição de rendimentos.

Nos trabalhos especializados também se verifica uma diminuição de -61 m€, continuando a tendência decrescente nos últimos cinco anos.

Vendas e prestações de serviços

	2020	2019	Variação %	Variação €
Vendas de mercadorias	7	22	- 66%	- 15
Da atividade cultural	393	944	- 58%	- 551
Bilheteira	312	704	- 56%	- 392
Aluguer de espaços	41	176	- 77%	- 135
Patrocínios ²	-	10	- 100%	- 10
Outros	40	54	- 25%	- 13
Da atividade comercial	2 607	4 097	- 36%	- 1 490
Aluguer de espaços	1 717	983	75%	734
Aluguer de equipamentos audiovisuais	233	1 341	- 83%	- 1 108
Outros alugueres e serviços acessórios	25	284	- 91%	- 259
Rendas e concessões	490	1 149	- 57%	- 659
Programas de fidelização ³	43	46	- 6%	-3
Estacionamento e outros serviços	100	293	- 66%	- 194
Outros rendimentos	29	47	-40%	-19
Total	3 029	5 089	- 40%	- 2 059

Valores em m€

Fornecimentos e serviços externos (FSE)

	2016	2017	2018	2019	2020
De apoio à atividade cultural	1 891	2 301	2 541	2 409	1 382
Água, eletricidade e combustíveis	660	701	716	737	589
Limpeza, higiene e conforto	417	411	416	432	447
Vigilância e segurança	434	427	431	416	433
Conservação e reparação	415	532	389	339	356
Trabalhos especializados	400	336	329	286	225
Outros	226	160	174	174	111
De apoio à atividade comercial	209	429	285	555	85
Seguros	140	139	72	73	70
Comunicações	91	74	74	56	59
Publicidade e propaganda	67	69	76	80	56
Honorários	55	17	5	7	35
FSE	5 005	5 596	5 508	5 564	3 847
Custo materiais vendidos (CMV)	534	308	37	28	20
FSE + CMV	5 539	5 904	5 545	5 592	3 868

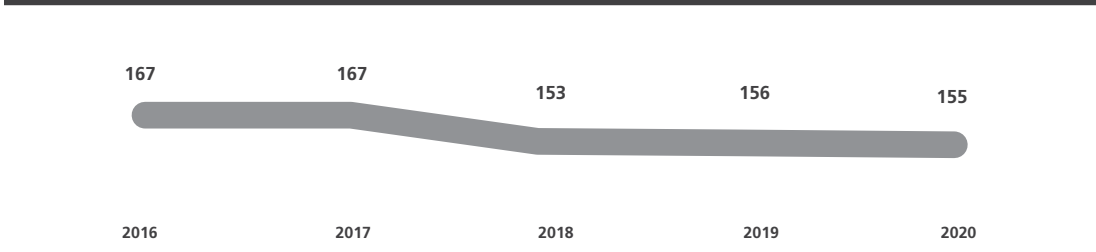
Valores em m€

² O total de apoios e patrocínios recebidos foi de 308 m€ em 2020 e 205 m€ em 2019. Para além de patrocínios, foram obtidos apoios à produção operacional em cada um dos anos, que no entanto não têm natureza de prestações de serviços pelo que não estão incluídos no quadro.

³ Cartão CCB, Empresa Amiga CCB e outras contrapartidas associadas a contratos.

	2016	2017	2018	2019	2020
Gastos com pessoal/Gastos de exploração	45%	44%	43%	46%	52%

Número médio anual de trabalhadores



Gastos com o pessoal

Em 2020, os Gastos com o pessoal totalizaram 5,3 M€ incluindo indemnizações no valor de 137 m€ pagas pela cessação de contratos de trabalho (506 m€ em 2019), uma diminuição de 6% (-310 m€) face ao ano anterior. Os Gastos com o pessoal representam 52% do total dos gastos de exploração (46% em 2019).

O gráfico ilustra a evolução do número médio de trabalhadores da fundação. A 31 de dezembro, o número de trabalhadores era de 156.

Encargos financeiros

A FCCB não tem recorrido a financiamentos bancários. Assim, os gastos financeiros registados em 2020, no montante aproximadamente de 9 m€ (13 m€ em 2019), referem-se apenas a encargos bancários correntes.

Gastos com depreciações / amortizações

Em 2020, o montante reconhecido na demonstração de resultados com depreciações e amortizações é de 2,0 M€ (2,1 M€ em 2019). É de realçar o facto de que, só por si, a amortização anual do edificado, de 1,2 M€, tem um peso de 60% no total de depreciações e amortizações.

Financiamento público

O subsídio público ao funcionamento continua a ser essencial para o financiamento da atividade da Fundação. Já os rendimentos próprios da Fundação (rendimentos de exploração deduzidos do subsídio do Ministério da Cultura) cobrem 36% dos gastos de exploração, percentagem que seria aumentada para 40% caso não se considerassem os encargos assumidos pela FCCB, com o funcionamento da Fundação de Arte Contemporânea Coleção Berardo (FAMC-CB) desde 2006 e por determinação legal, que ascenderam a 1 M€ em 2020.

No ano de 2020, com o aumento do subsídio à exploração e a diminuição dos rendimentos próprios (-37% que em 2019) os rácios diminuíram, contrariando a tendência crescente de 2017 a 2019 (ver quadro da página seguinte).

Resultado de exploração por áreas funcionais

No quadro procurou-se distribuir o resultado de exploração de 2020 por áreas funcionais (ver quadro da página seguinte). A Fundação utiliza o método de custeio variável e, por este motivo, não foi possível distribuir os subsídios ao investimento e os gastos de depreciação e amortizações pelas atividades. De referir ainda que os gastos com a manutenção servem todas as atividades da fundação.

	2016	2017	2018	2019	2020
Rendimentos próprios/Rendimentos de exploração	41%	41%	43%	44%	32%
Rendimentos próprios/Gastos de exploração	44%	40%	47%	47%	36%
Rendimentos próprios/Gastos de exploração excluindo os encargos com a FAMC-CB	49%	44%	52%	52%	40%

Resultados de exploração

	Comercial	Cultural	Gestão, manutenção e apoio	Total
Vendas e serviços prestados	2 611	393	33	3 037
Outros rendimentos	105	208	105	418
Subtotal	2 716	601	138	3 455
Subsídios à exploração (Ministério da Cultura)		7 728		7 728
Subsídios ao investimento (reconhecimento)		182		182
Rendimentos de exploração				11 365
Fornecimentos e serviços externos	136	1 471	2 261	3 868
Gastos de produção	85	1 382	0	1 467
Outros gastos	51	89	2 261	2 401
Gastos com o pessoal	373	1 921	3 024	5 318
Outros gastos	3	5	158	166
Subtotal	512	3 400	5 443	9 355
Gastos de depreciações / amortizações (exceto edifício)		796		796
Gastos de exploração				10 148
Resultado de exploração				1 217

Valores em m€

Situação patrimonial

8.2

A FCCB aplica o referencial contabilístico SNC-AP (sistema de normalização contabilística para administrações públicas) desde 2018, obrigação que advém da sua qualidade de Entidade Pública Reclassificada (EPR), integrada no perímetro do Orçamento de Estado desde 2015.

O quadro da página seguinte apresenta a composição do balanço da FCCB e a sua evolução no período de 2016 a 2020. A 31 de dezembro de 2020 o ativo é de 105 M€, constituído em 87% por ativos fixos tangíveis e intangíveis, e o passivo é de apenas 3,1 M€ destacando-se assim a autonomia financeira da Fundação, com o património líquido a financiar o ativo em 97%.

Estrutura do balanço

	2016	2017	2018	2019	2020
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (líquido)	92 161	90 694	89 476	87 920	91 437
Ativos financeiros	3 581	4 448	4.429	5 037	6 889
Ativo corrente					
Ativos financeiros	343	801	0	501	0
Ativo corrente exceto ativos financeiros	3 628	2 928	5 730	5 849	6 526
Total do ativo					
	99 714	98 872	99 636	99 307	104 852
Passivo não corrente	362	377	429	419	410
Passivo corrente	2 213	2 567	2 608	2 174	2 735
Fundos patrimoniais	97 139	95 928	96 599	96 713	101 707
Total dos fundos patrimoniais e passivo					
	99 714	98 872	99 636	99 307	104 852

Valores em m€

No final de 2020, o valor do património líquido era de 101,7 M€, ou seja 61,6% do património inicial, o que resulta principalmente dos resultados transitados negativos (-79 M€). A amortização anual acumulada do direito de usufruto do edificado (75,1 M€ até ao final de 2020) é a principal razão para a apresentação de tais resultados transitados negativos, sem a qual a percentagem aumentaria para 97,7%. É de notar que a FCCB detém o direito de usufruto gratuito dos terrenos e do edificado mas não a sua propriedade. Assim, na apreciação do Património Líquido da Fundação, é conveniente ter presente que o Estado Português criou a FCCB com a missão de promover a cultura e de assegurar a conservação, administração e desenvolvimento do CCB. Dada a missão singular e não lucrativa da FCCB não é razoável esperar,

e nada nos seus estatutos o indicia, que a sua atividade corrente deva gerar fluxos financeiros suficientes para a reposição do investimento inicial.

Em 2006, a FCCB contribuiu para a constituição do património inicial da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – Coleção Berardo (Decreto-Lei n.º 164/2006 de 9 de agosto), juntamente com outros instituidores (o Estado Português, o Sr. José Manuel Rodrigues Berardo e a Associação Coleção Berardo) sendo a forma de entrada da FCCB, o usufruto do espaço do centro de exposições do CCB (no Módulo 3). Para efeitos de apresentação de contas, a Fundação não isolou, contudo, do seu património, a parcela do imóvel ocupada pela Fundação Berardo, dada a dificuldade de mensuração desse direito temporário.

Património líquido

O património inicial da FCCB está valorizado em 165 M€ e inclui, por disposição dos seus estatutos iniciais (Decreto-Lei n.º 361/91 de 3 de outubro):

- contribuição inicial do Estado Português:

· direito de superfície perpétuo e gratuito dos imóveis que integram o Centro Cultural de Belém (designados por Módulos n.º 1, 2 e 3) e dos terrenos que constituem suas partes integrantes.
A valorização atribuída a este direito (164 M€, incluindo 5 M€ em equipamentos e mobiliário) coincide com o valor do auto de entrega de 1995 que veio a regularizar a cedência a título gratuito dos imóveis e de todo o equipamento móvel e mobiliário por parte do Estado Português à FCCB.

· direito de superfície perpétuo e gratuito dos terrenos afetos à construção dos Módulos n.º 4 e 5 do Centro Cultural de Belém (ativo só reconhecido contabilisticamente em 2020).

- As contribuições iniciais dos seus restantes fundadores (1 M€), valor que se tornou residual pois não foram realizadas novas contribuições desde a constituição da FCCB até à alteração posterior dos seus estatutos

(Decreto-Lei n.º 391/99 de 30 de setembro), alteração que veio suprimiu o conselho de mecenas que os representava e assumir a responsabilidade financiadora do Estado Português. Para além do Estado Português, os fundadores iniciais foram:

- Banco Comercial Português, S.A.;
- Banco Totta & Açores, S.A.;
- Caixa Geral de Depósitos;
- Crédito Predial Português;
- Companhia de Seguros Mundial Confiança, S.A.;
- Petróleos de Portugal – PETROGAL, S.A.;
- Siderurgia Nacional, E.P.;
- Tabaqueira – Empresa Industrial de Tabacos, E.P.;
- TAP – Air Portugal, E.P.;
- Telefones de Lisboa e Porto, S.A.;
- Lisnave, S.A.

A Fundação não reconheceu o direito de superfície dos terrenos dos Módulos 4 e 5 nos períodos de relato anteriores por inexistência de elementos fiáveis de mensuração. Contudo procedeu neste exercício de 2020 a esse reconhecimento e mensuração, cumprindo os três anos após a adoção pela primeira vez do referencial SNC-AP. Este reconhecimento aumentou os ativos fixos tangíveis em 4 788 M€, com igual reflexo no património líquido.

Ativo

A 31 de dezembro de 2020 o total do ativo era de 104,9 M€ (99,3 M€ em 2019). O ativo não corrente (98 M€) é constituído principalmente por ativos intangíveis (91 M€) onde está reconhecido o direito de superfície dos edifícios e outras construções que integram o complexo Centro Cultural de Belém. Os ativos financeiros registam aplicações em obrigações corporativas e títulos de dívida pública da República Portuguesa no total de 7 M€ (5,1 M€ em 2019).

A análise ao ativo fixo tangível evidencia um dos principais desafios enfrentados pela FCCB: a necessidade de encontrar financiamento para a requalificação dos espaços e equipamentos do CCB, cuja vida útil está em muitos casos ultrapassada. As depreciações acumuladas representam 80% do total do ativo fixo tangível (valor bruto de 37,3 M€ e depreciações de 29,9 M€), percentagem que aumenta para 96% no caso do equipamento básico e para quase 100% no equipamento administrativo.

A Fundação não reconheceu o direito de superfície dos terrenos dos Módulos 4 e 5 nos períodos de relato anteriores por inexistência de elementos

fiáveis de mensuração. Contudo procedeu neste exercício de 2020 a esse reconhecimento e mensuração, cumprindo os três anos após a adoção pela primeira vez do referencial SNC-AP. Este reconhecimento aumentou os ativos fixos tangíveis em 4 788 M€.

Em 2020, não considerando o direito de superfície referido no parágrafo anterior o investimento em ativos de investimento totalizou 801 m€. Os investimentos de maior valor incluem o material de iluminação e equipamentos de sonorização e audiovisual para apoio aos auditórios e outras salas (71 m€), o Jardim Vertical no âmbito da comemoração da Lisboa Capital Verde 2020 (66 m€), a remodelação do palco do grande auditório (60 m€), projetos no âmbito da candidatura ao Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública – SAMA 2020 (54 m€), a remodelação do sistema de gestão técnica (45 m€), diversos *software* e equipamento informático (45 m€), a transferência das equipas da Fundação do Módulo 1 para o Espaço Gregotti (45 m€) e a beneficiação de lanternins e claraboias do Pequeno Auditório e Sala Luís de Freitas Branco (35 m€).



Investimento

	2016	2017	2018	2019	2020
Investimento concluído no exercício	615	702	897	447	511
Investimento em curso	136	30	30	97	289
Total	751	732	927	544	801

Valores em m€

No quadro seguinte apresenta-se a composição do ativo corrente e a sua variação face ao ano anterior. A 31 de dezembro de 2020 era constituído maioritariamente por disponibilidades, onde se incluem investimentos financeiros com maturidade inferior a 12 meses, no valor de 4,2 M€. O valor líquido de inventários era 21 m€ em resultado da diferença entre o valor bruto de 172 m€ e as perdas

por imparidade constituídas de 151 m€. As perdas por imparidade estão constituídas para fazer face às perdas decorrentes da reduzida rotação de inventários, na sua maioria publicações. O saldo líquido de 276 m€ em dívidas de clientes equivale 33 dias de vendas e prestações de serviços, médias diárias de 2020 (30 dias em 2019 e 14 dias em 2018).

Ativo corrente

	2020	2019	2020 / 2019
Inventários	21	83	- 75%
Clientes	276	422	- 35%
Outras contas a receber	324	330	- 2%
Diferimentos	109	23	> 100%
Outros ativos financeiros	4 200	3 040	38%
Caixa, depósitos bancários	1 540	1 951	- 21%
Total do ativo corrente	6 469	5 849	11%

Valores em m€

Passivo

A 31 de dezembro de 2020, o total do passivo era de 3,1 M€ (2,6 M€ em 2019), não existindo recurso a financiamento bancário.

No processo de encerramento de contas foram ajustadas as imparidades pelos valores adequados ao custo dos ativos e constituídas provisões que a 31 de dezembro de 2020 permitem cobrir com razoabilidade as responsabilidades contingentes da Fundação.

O passivo não corrente manteve-se sensivelmente ao nível do ano anterior e é constituído apenas por provisões. As provisões no montante 410 m€, salvaguardam eventuais gastos provenientes de responsabilidades no âmbito de projetos cofinanciados (262 m€) e de responsabilidades com rescisões de contratos de trabalho (83 m€) e contratos onerosos (64 m€).

O passivo corrente e a sua composição nos últimos dois anos são evidenciados no quadro da página seguinte.

Passivo corrente

	2020	2019	2020 / 2019
Fornecedores	255	307	- 17%
Adiantamentos de clientes	3	1	> 100%
Estado e outros entes públicos	240	206	16%
Fornecedores de investimento	124	6	> 100%
Outras contas a pagar	1 350	1 290	5%
Diferimentos	763	364	> 100%
Total do passivo corrente	2 735	2 174	26%

Valores em m€

A Fundação não tem dívidas em atraso a fornecedores. Em “Outras contas a pagar”, incluem-se 719 m€ referentes a gastos com férias e subsídios de férias do pessoal (674 m€, em 2019), a liquidar em 2021, bem como a gastos com espetáculos (274 m€),

gastos incorridos com serviços de manutenção, consumos gerais, trabalhos especializados e outros gastos (271 m€) que aguardam documento de despesa. Nesta rubrica incluem-se ainda os valores à guarda da Fundação nomeadamente bilheteira e *catering* (86 m€).

8.3

Execução orçamental no perímetro do Orçamento de Estado

A FCCB integra desde 2015 a lista anual das entidades incluídas no setor público administrativo, publicada pelo INE (no âmbito do SEC 2010), o que se deve ao seu grau de dependência face ao Estado Português (quanto à nomeação dos seus órgãos sociais e à importância do financiamento público), sendo denominada por Entidade Pública Reclassificada (EPR). Assim, o orçamento anual da Fundação tem também que ser elaborado segundo as classificações económicas necessárias à sua integração no Orçamento de Estado (base de caixa) e a execução orçamental é reportada mensalmente à Direção-Geral do Orçamento.

Em 2020, o saldo global apurado foi positivo em 2,26 M€ (dados da execução orçamental na Conta de Gerência do Estado, sujeitos a verificação pela DGO). Na conta de gerência de 2019 o saldo apurado tinha sido de 636 m€.

A receita efetiva totalizou 12,87 M€. A receita de venda de bens e serviços correntes foi inferior à de 2019 em 1,44 M€ (-23%).

A despesa efetiva foi 10,62 M€, inferior em -19% (-2,53 M€) ao valor executado em 2019. A variação de -36% (-2,46 M€) em aquisição de bens e serviços resulta da diminuição de atividade cultural e de eventos comerciais entre março e dezembro.

O quadro da página seguinte apresenta a execução orçamental de 2020, a sua comparação com o orçamento disponível do ano e a execução de 2019.

Execução orçamental	Orçamento e execução			Execução em 2019
	Orçamento Inicial	Orçamento disponível	Execução em 2020	
Despesa (pagamentos)				
Despesas com pessoal	5 409	5 409	5 289	5 564
Aquisição bens e serviços correntes	6 624	5 389	4 417	6 873
Outras despesas correntes	388	141	235	133
Despesa de investimento	930	930	674	573
Despesa efetiva	13 351	11 869	10 615	13 143
Ativos financeiros	4 175	4 175	2 610	-
Despesa total	17 526	16 044	13 225	13 143
Receita (recebimentos)				
Rendimentos da propriedade (juros)	122	122	146	117
Transferências correntes (apoios do Fundo de Fomento Cultural)	7 728	7 728	7 728	7 392
Transferência (apoios do SAMA)	-	-	109	-
Vendas de bens e serviços correntes	5 600	5 600	4 827	6 270
Outras receitas			60	
Receita efetiva	13 450	13 450	12 870	13 779
Ativos financeiros	4 175	-	-	-
Receita total	17 625	13 450	12 870	13 779
Saldo global = receita efetiva – despesa efetiva			2 255	636

Valores em m€

Anexos

Demonstrações
financeiras
e anexo



Balanços

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

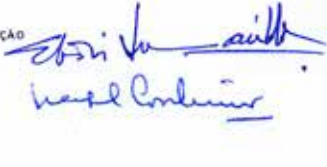
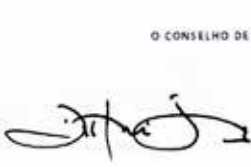
	Notas	2020	2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7 516 703	2 897 966
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	3	83 920 072	85 021 751
Clientes, contribuintes e utentes	-	-	-
Diferimentos	-	-	-
Outros ativos financeiros	18.1	6 888 635	5 537 562
Outras contas a receber	-	-	-
		98 325 410	93 457 279
Ativo corrente			
Inventários	10	20 678	82 594
Clientes, contribuintes e utentes	23.1.1	276 236	422 371
Estado e outros entes públicos	23.3	56 731	-
Outras contas a receber	23.1.2	323 588	330 101
Diferimentos	23.4	108 609	23 027
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Outros ativos financeiros	1.2.5	4 200 000	3 040 000
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-
Caixa e depósitos	1.2.5	1 540 334	1 951 205
		6 526 176	5 849 298
Total do Ativo		104 851 586	99 306 577
Património líquido			
Património / capital	2.7	179 570 374	179 570 374
Resultados transitados	2.7	(78 809 531)	(83 967 554)
Excedentes de revalorização	-	-	-
Outras variações no património líquido	-	690 752	740 010
Resultado líquido do exercício	-	255 459	370 413
Total do património líquido		101 707 054	96 713 243
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15.1	409 633	419 074
Outras contas a pagar	-	-	-
		409 633	419 074
Passivo corrente			
Fornecedores	23.2	254 733	307 412
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	23.2	3 485	620
Estado e outros entes públicos	23.3	239 583	205 860
Fornecedores de investimento	23.2	123 806	5 721
Outras contas a pagar	23.2	1 349 998	1 290 384
Diferimentos	23.4	763 294	364 263
Outros passivos financeiros	-	-	-
		2 734 899	2 174 260
Total do passivo		3 144 532	2 593 334
Total do património líquido e passivo		104 851 586	99 306 577

O ANEXO FAZ PARTE INTEGRANTE DO BALANÇO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstrações dos resultados por natureza dos exercícios

findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

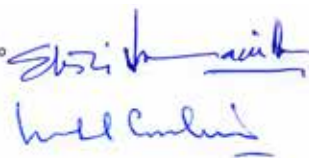
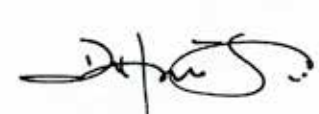
	Notas	2020	2019
Rendimentos e Gastos			
Vendas	13.1	7 356	21 936
Prestações de serviços e concessões	13.1	3 029 212	5 088 689
Transferências e subsídios correntes obtidos	14.1	7 993 272	7 551 749
Variações nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(20 433)	(27 803)
Fornecimentos e serviços externos	23.6	(3 847 343)	(5 563 913)
Gastos com o pessoal	19	(5 317 825)	(5 628 208)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas / reversões)	10	8 633	2 013
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	23.1.3	10 670	12 331
Provisões (aumentos / reduções)	15.1	9 441	9 441
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	18.2	24 803	(55 286)
Aumentos / reduções de justo valor	23.8	(62 711)	-
Outros rendimentos	13.2 e 14.3	346 521	983 677
Outros gastos	23.8	(104 062)	(59 972)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		2 077 534	2 334 654
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	23.7	(1 974 522)	(2 070 050)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		103 012	264 604
Juros e rendimentos similares obtidos	23.9	160 979	118 591
Juros e gastos similares suportados	23.9	(8 532)	(12 782)
Resultado antes de impostos		255 459	370 413
Imposto sobre o rendimento	-	-	-
Resultado líquido do exercício		255 459	370 413

O ANEXO FAZ PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração das alterações no património líquido dos exercícios

findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

	Notas	Património/ Capital realizável	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses não Controlados	Total Património líquido
Posição no início de período (janeiro 2019)	(1)	179 570 374	(84 156 143)	-	996 325	188 589	96 599 145	-	96 599 145
Alterações no exercício									
Efeito da primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de valorização		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de valorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas em património líquido		-	188 589	-	(256 315)	(188 589)	(256 315)	-	(256 315)
Aplicação do resultado no exercício findo a 31 de dezembro 2018		-	188 589	-	-	(188 589)	-	-	-
Aumentos de subsídios ao investimento no exercício	14	-	-	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento no período dos subsídios ao investimento	14	-	-	-	(256 315)	-	(256 315)	-	(256 315)
Outras	14	-	-	-	-	-	-	-	-
	(2)	-	188 589	-	(256 315)	(188 589)	(256 315)	-	(256 315)
Resultado líquido do exercício	(3)	-	-	-	-	370 413	370 413	-	370 413
Resultado integral	(4) = (2) + (3)	-	-	-	-	181 824	114 098	-	114 098
Outras operações no exercício									
Outras operações	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do exercício (dezembro 2019)	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	179 570 374	(83 967 554)	-	740 010	370 413	96 713 243	-	96 713 243
Posição no início do exercício (janeiro 2020)	(1)	179 570 374	(83 967 554)	-	740 010	370 413	96 713 243	-	96 713 243
Alterações no exercício									
Efeito da primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	4 768 467	-	-	-	4 768 467	-	4 768 467
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de valorização		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de valorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas em património líquido		-	389 556	-	(49 258)	(370 413)	(30 115)	-	(30 115)
Aplicação do resultado no exercício findo a 31 de dezembro 2019		-	370 413	-	-	(370 413)	-	-	-
Aumentos de subsídios ao investimento no exercício	14	-	-	-	122 470	-	122 470	-	122 470
Reconhecimento no período dos subsídios ao investimento	14	-	-	-	(181 762)	-	(181 762)	-	(181 762)
Outras	14	-	19 143	-	10 034	-	29 177	-	29 177
	(2)	-	5 158 023	-	(49 258)	(370 413)	4 738 352	-	4 738 352
Resultado líquido do exercício	(3)					255 459	255 459	-	255 459
Resultado integral	(4) = (2) + (3)					(114 954)	4 993 811	-	4 993 811
Outras operações no exercício									
Outras operações	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do exercício (dezembro 2020)	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	179 570 374	(78 809 531)	-	690 752	255 459	101 707 054	-	101 707 054

O ANEXO FAZ PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios

findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 458 878	5 820 792
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 979 484	7 504 661
Pagamentos a fornecedores		(4 484 921)	(6 935 657)
Pagamentos ao pessoal		(3 016 173)	(3 367 962)
Pagamentos de prestações sociais		(1 298 988)	(1 270 907)
Caixa gerada pelas operações		3 638 280	1 750 927
Pagamentos / recebimentos do Imposto sobre o Rendimento		(913 101)	(886 438)
Outros recebimentos / pagamentos		(833)	260 321
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 724 346	1 124 810
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(552 879)	(466 040)
Ativos intangíveis		(120 381)	(107 288)
Investimentos financeiros		(2 255 825)	(4 804 784)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		807 715	4 108 946
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		146 153	116 705
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(1 975 217)	(1 152 461)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		749 129	(27 651)
Efeitos das diferenças de câmbio			
		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.2.5	4 991 205	5 018 856
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.2.5	5 740 334	4 991 205
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		4 991 205	5 018 856
– Equivalentes a caixa no início do exercício		(3 040 000)	(3 800 000)
+ Saldo de gerência não constitui equivalentes de caixa		-	-
– Variações cambiais de caixa no início do exercício		-	-
= Saldo da gerência anterior		1 951 205	1 218 856
Da execução orçamental		1 828 426	1 128 918
De operações de tesouraria		122 779	89 938
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		5 740 334	4 991 205
– Equivalentes a caixa no fim do exercício		(4 200 000)	(3 040 000)
+ Saldo de gerência não constitui equivalentes de caixa		-	-
– Variações cambiais de caixa no fim do exercício		-	-
= Saldo para a gerência seguinte		1 540 334	1 951 205
Da execução orçamental		1 473 682	1 828 426
De operações de tesouraria		66 652	122 779

O ANEXO FAZ PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



0.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

Adoção pela primeira vez das NCP SNC-AP

A Fundação Centro Cultural de Belém (“Fundação”) não reconheceu o direito de superfície dos terrenos do Módulo 4 e 5 nos períodos de relato anteriores por inexistência de elementos fiáveis de mensuração. Contudo procedeu **neste exercício de 2020** a esse reconhecimento e mensuração, cumprindo os três anos após a adoção pela primeira vez do referencial SNC-AP, conforme admitido na IPSAS 33 – “*First-Time Adoption of Accrual Basis International Public Sector Accounting Standards*”, parágrafos 36 e seguintes.

O património da Fundação, de acordo com os estatutos, nomeadamente n.º 1 do art.º 5.º é constituído pelo direito de superfície perpétuo e gratuito dos imóveis designados por Módulos 1, 2 e 3 que integram o Centro Cultural de Belém e dos terrenos que constituem suas partes integrantes, bem como o direito de superfície perpétuo e gratuito dos terrenos que se encontram afetos à construção dos Módulos 4 e 5.

A construção do CCB foi decidida por Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/88, de 12 de janeiro, estando prevista a construção de cinco módulos. No entanto, apenas uma parte do projeto foi construída, designadamente os Módulos 1, 2 e 3, estando à data, por construir nos terrenos em questão um edifício destinado a Equipamento complementar para a valorização da zona, incluindo um auditório para iniciativas culturais, hotéis, comércio, galerias de arte, restaurantes e cafés, espaços de recreio e de espetáculos. (conforme alínea d) do ponto 4 da RCM n.º 3/88, de 12/1)».

Apesar do direito de usufruto sobre esses terrenos, estar atribuído à FCCB desde a sua criação, só a partir de 2013, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2013, de 18 de janeiro, no âmbito do Memorando de entendimento de 20 de julho de 2012, celebrado entre o Estado Português e o Município de Lisboa (que enquadró e decidiu um conjunto de questões que se encontravam pendentes entre o Estado Português e/ou algumas das empresas por ele detidas e o Município de Lisboa), que ratificou os termos da aquisição pelo Estado Português (por seis milhões de euros) da parte dos terrenos que ainda era detida pelo Município de Lisboa (e que incluíam diversas parcelas de terreno dos 5 módulos), ficaram reunidas as condições para o registo predial, em nome do Estado, de toda a área correspondente. Esse registo, porém, só se efetuou em 2018.

Em novembro de 2018, foi lançado um procedimento público internacional com o objetivo de celebrar um contrato de subcessão do direito de superfície dos terrenos dos Módulos 4 e 5, pelo período de 50 anos, tendo em vista «o desenvolvimento de projetos para a construção, instalação e exploração de unidade(s) hoteleira(s), retalho e serviços (lojas e escritórios) e respetivas valências associadas». Ao procedimento apresentou-se apenas um candidato, que se qualificou e que apresentou proposta, tendo decorrido até ao momento uma parte da fase de negociação nos termos do procedimento.

Atendendo aos usos possíveis do direito de superfície, seja por geração de rendimentos, seja por potencial de serviço, a Fundação considerou adequado, recorrer a duas abordagens distintas de mensuração, conforme previsto na IFRS 13 Mensuração ao Justo valor. Decorre desta norma que o justo valor em ativos não financeiros deve ter presente o maior

e melhor uso que possa ser dado aos mesmos (nas definições), prevendo três hierarquias para aferir o justo valor, a do custo e a do rendimento, ficando excluída a abordagem de mercado por não se aplicar.

Em relação à abordagem do rendimento, sublinha-se a indeterminação quanto à concreta apresentação de uma proposta pelo único concorrente ao procedimento e a eventual implicação que a pandemia pode ter tido no interesse comercial do projeto. Quanto à abordagem do custo, pareceu à Fundação ser possível de aplicar, dada a existência do custo por metro quadrado em transações registadas recentemente (entre o Estado Português e o Município de Lisboa) e ainda do valor patrimonial tributário, ainda que os dados inscritos na caderneta predial obriguem ao recurso de serviços especializados para os tentar determinar.

Sublinha-se, tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/88 de 12 de janeiro, os Módulos 4 e 5 têm como objetivo conjunto a geração de rendimentos que contribuam para a sustentabilidade global do projeto CCB.

Sobre esta matéria, a Fundação para aferir o justo valor dos terrenos afetos ao Módulo 4 e 5 solicitou esclarecimentos à CNC sobre a mensuração mais fiável e adequada face aos dados disponíveis.

Foi entendimento da CNC que a atribuição do direito de superfície perpétuo aos terrenos dos Módulos 4 e 5 do CCB, numa perspetiva de substância sobre a forma, dado a inexistência de qualquer direito executório de reversibilidade detido por parte da Fundação, este deveria ser reconhecido como um ativo fixo tangível na medida em que a Fundação passou a deter o controlo sobre esse ativo.

Como fundamentação apresentou os seguintes considerandos:

“A *Estrutura Concetual do SNC-AP estabelece que um “ativo é um recurso presentemente controlado pela entidade pública como resultado de um evento passado”. O recurso pode ou não assumir substância física e o mesmo contém em si a capacidade de proporcionar um influxo de potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros*”.

“Tendo presente que nos termos do artigo 1524.º do Código Civil (CC), “o direito de superfície consiste na faculdade de construir ou manter, perpétua ou temporariamente, uma obra em terreno alheio, ou de nele fazer ou manter plantações”, conclui-se que apesar do direito de superfície constituir um direito real menor por oposição ao direito de propriedade, não deixa de constituir um ativo da entidade superficiária.”

“Nas situações de atribuição de direitos de superfície para um determinado período limitado no tempo, o ativo a reconhecer na entidade superficiária corresponde, em regra, a um ativo intangível”.

“Contudo, considerando a atribuição do direito de superfície perpétuo referenciado, numa perspetiva de substância sobre a forma, e salvo a existência de qualquer direito executório de reversibilidade detido por parte da entidade cedente, deve ser registado um ativo fixo tangível na medida em que a Fundação passou a deter o controlo sobre esse ativo.”

No que respeita à mensuração a Fundação, atendendo ao facto de que o valor patrimonial tributário inscrito na caderneta predial não ser delimitado por módulo, o que obrigaria ao recurso de serviços especializados para o tentar deter-

minar, teve como base o “Memorando de entendimento” ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2013 de 18 de Janeiro, onde está mencionado o valor pago ao Município de Lisboa pelo Estado Português no montante de 6 000 000 euros (seis milhões de euros) pela aquisição dos dois prédios urbanos com área total de terrenos 21 806,50m². Atendendo que os Módulos 4 e 5 têm uma área de subcessão de 17 400m², o valor reconhecido pela Fundação como ativo fixo tangível foi de 4 787 610 euros.

Em 2018, aquando da adoção pela primeira vez das NCP SNC-AP, a Fundação reconheceu os seguintes impactos:

• Mensuração dos Ativos financeiros ao custo amortizado

A NCP 18 – Instrumentos Financeiros define que a mensuração dos ativos financeiros deve ser feita pelo justo valor ou pelo método do custo amortizado, dependendo das características do ativo financeiro. Os ativos financeiros que a Fundação detém à data do relato enquadram-se nas condições descritas na referida norma como sendo mensurados ao custo amortizado, nomeadamente por se tratar de obrigações não convertíveis.

A Fundação procedeu ao ajustamento dos seus ativos financeiros, passando estes a serem valorizados ao custo amortizado tendo gerado uma variação negativa na rubrica “Resultados Transitados – Ajustamentos de transição”, no montante de 19 143 euros.

• Reclassificação do Edifício

De acordo com os estatutos da Fundação, é seu património o direito de superfície perpétuo e gratuito dos imóveis designados por Módulos 1, 2 e 3 que integram o Centro Cultural de Belém e dos terrenos que constituem suas partes integrantes, bem como o direito de superfície perpétuo e gratuito dos terrenos que se encontram afetos à construção dos Módulos 4 e 5. Estes ativos fixos encontravam-se reconhecidos como ativos fixos tangíveis.

Perante o novo referencial contabilístico “SNC-AP” houve a necessidade de aferir a definição e o âmbito do ativo “edifício”.

A norma NCP 3 – Ativos Intangíveis determina que os ativos descritos como património histórico, devido ao seu significado histórico, artístico, cultural ou ambiental, possam ser reconhecidos como ativos intangíveis. Para tal devem evidenciar algumas características, nomeadamente:

- que o seu valor intrínseco não possa ser refletido num valor financeiro baseado num preço de mercado;
- a interdição de alienação do bem, por razões estatutárias e/ou legais (ponto 1 do artigo 7 dos estatutos da Fundação);
- serem insubstituíveis e o seu valor poder aumentar ao longo do tempo;
- dificuldade em estimar a vida útil (em alguns casos podem ser várias centenas de anos);
- inexistência do elemento “controlo” que pode ser aferida na forma jurídica em que se traduz a sua posse legal (ponto 1 do artigo 5 dos estatutos da Fundação – Direito de superfície perpétuo e gratuito).

Tendo por base os parágrafos 8 ao 19 da NCP 3 – Ativos Intangíveis conjugado com o capítulo II dos Estatutos da Fundação, o edifício foi reclassificado de ativo fixo tangível para ativo intangível, mantendo o valor escriturado e valorizado ao custo de 158 781 mil euros.

Balanço de abertura

Rubricas (1)	Valores conforme normativo anterior SNC-ESNL (2)	Reconhecimento (3)	Desreconhecimento (4)	Crítério mensuração (5)	Imparidades/ Reversões (6)	Outros (7)	Erros (8)	Reclassificações (9)	SNC-AP (10)= (2)+...+(9)
Ativo									
Ativo não corrente									
Ativos fixos tangíveis	84 619 780	4 787 610	-	-	-	-	-	(86 079 464)	3 327 926
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	68 834	-	-	-	-	-	-	86 079 464	86 148 298
Clientes, contribuintes e utentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	4 448 230	-	-	(19 143)	-	-	-	-	4 429 087
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	89 136 844	4 787 610	-	(19 143)	-	-	-	-	93 905 311
Ativo corrente									
Inventários	97 074	-	-	-	-	-	-	-	97 074
Clientes, contribuintes e utentes	148 894	-	-	-	-	-	-	-	148 894
Estado e outros entes públicos	35 191	-	-	-	-	-	-	-	35 191
Outras contas a receber	299 516	-	-	-	-	-	-	-	299 516
Diferimentos	130 907	-	-	-	-	-	-	-	130 907
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	3 800 000	-	-	-	-	-	-	-	3 800 000
Caixa e depósitos	1 218 856	-	-	-	-	-	-	-	1 218 856
	5 730 438	-	-	-	-	-	-	-	5 730 438
Total do Ativo	94 867 282	4 787 610	-	(19 143)	-	-	-	-	99 635 749
Património líquido									
Património / capital	179 570 374	-	-	-	-	-	-	-	179 570 374
Resultados transitados	(88 924 610)	4 787 610	-	(19 143)	-	-	-	-	(84 156 143)
Ajustamentos em ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações no património líquido	996 325	-	-	-	-	-	-	-	996 325
Resultado líquido do exercício	188 589	-	-	-	-	-	-	-	188 589
	91 830 678	4 787 610	-	(19 143)	-	-	-	-	96 599 145
Total do património líquido	91 830 678	4 787 610	-	(19 143)	-	-	-	-	96 599 145
Passivo									
Passivo não corrente									
Provisões	428 515	-	-	-	-	-	-	-	428 515
Fornecedores de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	428 515	-	-	-	-	-	-	-	428 515
Passivo corrente									
Fornecedores	767 493	-	-	-	-	-	-	-	767 493
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	5 534	-	-	-	-	-	-	-	5 534
Estado e outros entes públicos	153 820	-	-	-	-	-	-	-	153 820
Fornecedores de investimento	1 821	-	-	-	-	-	-	-	1 821
Outras contas a pagar	1 202 694	-	-	-	-	-	-	-	1 202 694
Diferimentos	476 727	-	-	-	-	-	-	-	476 727
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2 608 089	-	-	-	-	-	-	-	2 608 089
Total do passivo	3 036 604	-	-	-	-	-	-	-	3 036 604
Total do património líquido e passivo	94 867 282	4 787 610	-	(19 143)	-	-	-	-	99 635 749

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

A Fundação é uma instituição de direito privado e utilida-de pública, com sede na Praça do Império – Belém, em Lis-boa e tem como código de classificação orgânica geral o 111900400 e para projetos o 118900700, sendo tutelada pelo Ministério de Cultura.

A Fundação foi criada pelo Decreto-Lei n.º 361/91 de 3 de outubro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 391/99 de 30 de setembro, tendo por fins a promoção da cultura, em particular a portuguesa, no domínio de todas as artes, e assegurar a conservação, administração e desen-volvimento do património designado de Centro Cultural de Belém. A Fundação iniciou a sua atividade em 31 de maio de 1992.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 391/99 de 30 de setembro, acima referido, foi alterada a denominação da Fundação, de Fundação das Descobertas para Fundação Centro Cultural de Belém, e alterados os seus estatutos. Com esta altera-ção, ampliaram-se os fins e as atividades do Centro Cultu-ral de Belém, modificou-se o elenco e as competências dos órgãos sociais da Fundação, nomeadamente suprimindo-se o conselho de mecenas que não correspondia a nenhuma corresponsabilização das empresas fundadoras na vida da Fundação, harmonizando-se a responsabilidade financiada-ra do Estado com o seu empenho na definição e condução da política cultural do Centro Cultural de Belém.

Neste sentido, a Fundação Centro Cultural de Belém passou a aplicar o regime previsto nos artigos 61.º e 62.º dos Esta-tutos dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de junho, sem sujeição ao reconhecimento do regime patrimonial e financeiro por parte da Adminis-tração Fiscal.

O artigo 2.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alte-rada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto (2.ª alteração à Lei de Enquadramento Orçamental), define o universo das entidades que integram o setor das administrações públicas, nelas se incluindo (n.º 4 do artigo 2.º) as que independente-mente da sua natureza e forma, tenham sido incluídas em cada subsetor no âmbito do Sistema Europeu de Contas Na-cionais e Regionais, na última lista das entidades que com-põem o sector das administrações públicas divulgada até 30 de junho, pela autoridade estatística nacional designadas por entidades públicas reclassificadas.

De acordo com a informação prestada pelo Instituto Na-cional de Estatística, a Fundação Centro Cultural de Belém passou a constar na lista das entidades que integram o se-tor institucional das Administrações Públicas para efeitos de Orçamento de Estado de 2015 (OE2015). Esta informação foi recebida em abril de 2014, através do ofício processo n.º P3469/2014 da Direção-Geral do Orçamento (DGO), onde constam as principais consequências desta integração, nomeadamente ao nível da preparação do Orçamento do Estado (OE), obrigações de reporte e a adaptação de pro-cedimentos internos e dos sistemas de informação tendo em consideração aos normativos legais definidos na Lei do

Orçamento do Estado e Execução Orçamental. Face a esta alteração, a Fundação passou a ser uma Entidade Pública Reclassificada em Contas Nacionais integrada no perímetro do setor público administrativo e subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos, coordenada pela Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros – Programa Orçamen-tal 012.

Enquanto Entidade Pública Reclassificada e como previsto no art.º 54.º da Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro (Lei de Enquadramento Orçamental), a Fundação passou a cum-prir o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE). Para o exercício de 2020 e 2021, foi concedida autorização de exceção do cumprimento da UTE para alguns serviços bancários (ofício do IGCP n.º SGC 2020/1548 de 07 de se-tembro de 2020), nomeadamente operações não efetuadas pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (IGCP), como sejam:

- Custódia de Títulos que não sejam de dívida pública;
- Cobrança de receita pelo sistema de débitos diretos;
- Operações de financiamento bancário;
- Operações de *Leasing*;
- Carregamento de cartões pré-pagos e de refeição;
- Transferências efetuadas pela Via Verde.

O Conselho de Administração entende que estas demons-trações financeiras refletem de forma verdadeira e apropria-da as operações da Fundação, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras dizem respeito ao período de 2020 e 2019 e são apresentadas em euros, sendo esta divisa igualmente a moeda funcional da Fundação, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económi-co em que a Fundação opera.

A Fundação não apresenta demonstrações consolidadas, apenas individuais, pelo que todos os documentos se en-contram disponíveis na sede e *online* na página oficial www.ccb.pt.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

1.2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2020, em confor-midade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designada por “SNC-AP” integrando a estrutura conceptual da informação finan-ceira pública, normas de contabilidade pública e o Plano de Contas Multidimensional.

Instrumentos legais do SNC-AP:

- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Adminis-trações Públicas;
- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho – Notas de enqua-dramento ao Plano de Contas Multidimensional – SNC-AP – “PCM”.

1.2.2 Comparabilidade

De acordo com o Manual de implementação do SNC-AP elaborado pela CNC, as demonstrações financeiras de uma entidade preparadas nos termos do normativo aplicado, devem incluir o exercício anterior como informação comparativa.

No decorrer do exercício de 2020, não ocorreram situações cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período de 2019 e que coloquem em causa o conceito de comparabilidade entre os períodos.

1.2.3 Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício de 2020, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de quaisquer disposições previstas pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

1.2.4 Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Não se verificou a existência de saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

1.2.5 Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e em depósitos bancários”

A desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era como se segue:

	2020	2019
Caixa	8 201	6 651
Depósitos à ordem		
No tesouro	1 502 828	1 878 275
Outros	29 305	66 279
	1 532 133	1 944 554
	1 540 334	1 951 205
Outros ativos financeiros correntes	4 200 000	3 040 000
	5 740 334	4 991 205

Os valores inscritos nesta rubrica incluem numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria correntes no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação com base nas Normas Contabilísticas Públicas – “SNC-AP” e em caso de informação aí omissa, de acordo com as normas internacionais de contabilidade pública em vigor, pelo SNC, pelas normas internacionais de contabilidade da UE e por fim de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accouting Standards Board*.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, fatos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. A dotação pública proveniente do Ministério da Cultura prevista em sede de orçamento de 2021 para a Fundação é superior em 336 mil euros face ao recebido no exercício de 2020.

Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação global do novo coronavírus (Covid-19) e várias vezes decretado pela Presidência da República o estado de emergência em Portugal, com restrições severas à mobilidade das populações e à atividade das empresas e outras instituições, à semelhança do ocorrido num elevado número de países. Esta pandemia teve e terá necessariamente um impacto global negativo na economia em geral, nos mercados financeiros, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes agentes económicos.

A Fundação CCB implementou um conjunto de medidas de contingência, na sequência das recomendações da Direção-Geral de Saúde, com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores, bem como assegurar a manutenção das suas operações. Todas as atividades presenciais do foro cultural – espetáculos, exposições, ciclos – e do foro comercial – eventos, conferências e seminários, concessões da área de restauração – foram suspensas ou reduzidas nos estados de emergência decretados, não sendo ainda possível estimar com razoável grau de segurança eventuais impactos na atividade nem prever a data definitiva de retoma das mesmas.

Contudo, o plano de contingência elaborado, nos diversos cenários construídos, permite assegurar que a situação de li-

quidez à data é suficiente para assegurar o prosseguimento das atividades da Fundação CCB não estando em causa o princípio da continuidade das operações.

2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado (“*deemed cost*”), ao abrigo da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das NCRF, o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado ao abrigo de diplomas legais, ou no caso dos bens cedidos pelo Estado Português em 1 de janeiro de 1995, com base em avaliação efetuada por uma entidade especializada naquela data, deduzida das depreciações acumuladas até 1 de janeiro de 2009. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após a data de transição (1 de janeiro de 2009) encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, não tendo havido qualquer impacto com a adoção das NCP – SNC-AP.

Em 2020, a Fundação, reconheceu no seu ativo fixo tangível o direito de superfície dos terrenos dos Módulos 4 e 5 se encontrava por reconhecer e mensurar. Este ativo não é depreciável.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes lineares, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual, pelas taxas mínimas, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro e em consonância com o Classificador Complementar 2, a partir de 1 de Janeiro de 2018, por se considerar que refletem a vida útil dos ativos.

Na rubrica equipamento administrativo, as obras de arte incluídas, cujo valor em 31 de dezembro de 2020 ascendia a 117 mil euros, não são sujeitas a depreciações e os elementos de valor inferior a 1 000 euros são depreciados integralmente no período em que são incursos, excetuando-se os elementos cuja vida útil se preveja superiores a um ano e que justificadamente sejam depreciados em mais do que um período contabilístico.

Os valores residuais dos ativos, as respetivas vidas úteis e o método de depreciação utilizado são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido na demonstração dos resultados por natureza prospectivamente.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações, melhoramentos e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente e que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são reconhecidos como gastos do período em que são ocorridos.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas e perdas por imparidade, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições para iniciar a sua utilização/funcionamento. Passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam nas condições necessárias para operar.

2.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

2.3.1 Locações em que a Fundação age como locatária

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são registadas no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos do período na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, da demonstração dos resultados por natureza, de forma linear durante o período do contrato de locação.

2.3.2 Locações em que a Fundação age como locadora

As situações em que a Fundação age como locadora respeitam aos contratos com terceiros nos espaços cedidos para exploração pela Fundação.

O rendimento relacionado com recebimentos de locações operacionais é reconhecido no período em que ocorre a locação.

2.4 Ativos intangíveis

De acordo com os estatutos da Fundação, é seu património o direito de superfície perpétuo e gratuito dos imóveis designados por Módulos 1, 2 e 3 que integram o Centro Cultural de Belém e dos terrenos que constituem suas partes integrantes, bem como o direito de superfície perpétuo e gratuito dos terrenos que se encontram afetos à construção dos Módulos 4 e 5.

No decurso do exercício de 1995, a Fundação procedeu ao registo como ativo fixo do valor do direito de utilização relativo aos Módulos 1, 2 e 3. Embora este ativo já estivesse a ser utilizado em exercícios anteriores, apenas no exercício de 1995 foi possível obter os autos de entrega e o auto de alienação que veio regularizar a cedência a título gratuito dos imóveis e de todo o equipamento móvel e mobiliário dos Módulos 1, 2 e 3, por parte do Estado Português à Funda-

2.6

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – SNC-AP.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- ao justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados por natureza.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

• Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

• Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, mensurados ao custo, correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo e outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

• Fornecedores e outros passivos

Os saldos de fornecedores e de outros passivos são registados ao custo amortizado.

• Outros Ativos Financeiros

A carteira de investimentos da Fundação a 31 de dezembro de 2020 é composta essencialmente por obrigações, que se encontram registadas ao custo amortizado. Os títulos que compõem a carteira são adquiridos numa perspetiva de manutenção até à maturidade. O eventual diferencial negativo existente entre o valor escriturado e o valor de mercado é registado na rubrica de “Perdas por imparidade acumuladas” por contrapartida da rubrica de “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)” da demonstração dos resultados por natureza.

Sempre que a Administração da Fundação decida proceder à venda antecipada de títulos da carteira de investimentos, estes são reconhecidos na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação” valorizados ao justo valor.

Numa perspetiva de utilização das suas disponibilidades, a Fundação constitui Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo – CEDIC que se encontram registados em “Outros ativos financeiros correntes”.

2.6.1

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados por natureza

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “Ao custo amortizado” são classificados na categoria “Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados por natureza”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

A Fundação designa, no seu reconhecimento, certos investimentos em ativos financeiros detidos para negociação quando são geridos, avaliados e analisados internamente com base no justo valor, por referência ao seu valor de

mercado à data de balanço, sendo as variações dos mesmos registadas em Resultados nas rúbricas de “Ganhos por aumentos de justo valor” ou “Perdas por redução de justo valor”.

2.6.2

Imparidade de ativos financeiros (geralmente créditos a receber)

Sempre que existam indicadores objetivos de que a Fundação não irá receber os montantes a que tinha direito de acordo com o estabelecido entre as partes, é registada uma perda por imparidade na demonstração dos resultados por natureza. Os indicadores utilizados pela Fundação na identificação de indícios de imparidade são os seguintes:

- Incumprimento de prazo de vencimento e/ou de outras cláusulas acordadas entre as partes;

- Dificuldades financeiras do devedor;

- Probabilidade de falência do devedor.

Sempre que se verifiquem estes indícios, é analisada a existência de perdas por imparidade, que é determinada pela diferença entre a quantia escriturada do ativo e o seu correspondente valor recuperável.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica de “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui, esta é revertida por resultados e registada na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”.

2.6.3

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

2.7

Património Líquido / Capital

A Fundação regista diretamente na rubrica de “Património Líquido / Capital”, o seguinte:

- As contribuições dos mecenas no exercício em que estes se comprometem à respetiva entrega;

- O valor atribuído ao património doado pelo Estado de acordo com o artigo 5.º dos Estatutos da Fundação Centro Cultural de Belém;

- As dotações do Estado ao abrigo do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), até 31 de dezembro de 1995 (data da regularização da cedência pelo Estado Português, do direito de utilização).

Na rubrica “Património Líquido / Capital” estão incluídas as dotações iniciais, conforme se segue:

Dotação inicial – Instituidores	
Banco Comercial Português, SA	99 760
Banco Totta & Açores, SA	99 760
Caixa Geral de Depósitos	99 760
Companhia de Seguros Mundial Confiança, SA	99 760
Crédito Predial Português	99 760
Petróleos de Portugal – Petrogal, SA	99 760
Siderúrgia Nacional, EP	49 879
Tabaqueira – Empresa Industrial de Tabacos, EP	99 760
TAP – Air Portugal, EP	99 759
Telefones de Lisboa e Porto, SA	99 759
Lisnave, SA	99 759
Instituidores iniciais	1 047 476
Dotação inicial – Estado Português	164 139 997

2.8

Rendimentos de transações sem contraprestação – Transferências

Os subsídios provenientes do Estado ou de outras entidades só são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com todas as condições para a sua atribuição e de que os mesmos serão recebidos.

Os subsídios ao investimento (relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis) atribuídos à Fundação, a fundo perdido, associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são registados, inicialmente no balanço, na rubrica de outras variações no património líquido, e são consequentemente imputados numa base sistemática na demonstração dos resultados por natureza proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes como rendimentos do período durante a vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Por decisão da Fundação e como política contabilística, sempre que o recebimento de um subsídio ao investimento ocorra em períodos posteriores à aquisição ou produção de ativos não correntes é reconhecido em rendimento do ano do recebimento, a proporção das depreciações já reconhecidas em anos transatos e no exercício de relato.

Caso os ativos não sejam depreciados, os subsídios ficam apenas registados no balanço, na rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que todos os critérios de reconhecimento sejam satisfeitos.

2.9 Rendimentos de transações com contraprestação

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito da Fundação corresponde essencialmente aos rendimentos obtidos provenientes da receita de bilheteira, da exploração do seu Centro de Reuniões com a organização de eventos e pela utilização e exploração de espaços por terceiros, da exploração do parque de estacionamento, e do reconhecimento em resultados dos subsídios. Os rendimentos provenientes relacionados com os contratos de cedência de utilização de espaços celebrados com terceiros, são imputados em resultados numa base linear durante o prazo do contrato de locação respetivo.

O rédito resultante da venda de bens é reconhecido, líquido de impostos, quando se encontrarem satisfeitas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Fundação não mantenha qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito resultante das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber e com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.10 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas encontram-se, quando aplicável, descritos nas notas correspondentes deste anexo.

2.11 Imposto sobre o rendimento

À Fundação foi reconhecido o estatuto de isenção fiscal em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), decorrente das atividades previstas nos seus estatutos.

2.12 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Fundação) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio dessa data. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados por natureza do período em que são geradas.

2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de uma entrada de recursos futuros.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Fundação é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associado gastos que não são possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

2.14 Regime contabilístico do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como “Devedores por acréscimo de rendimentos” ou “Credores por acréscimo de gastos”.

2.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Variações								Quantia escriturada final (10)= (1)+...+(9)
		Adições (2)	Transferências internas à entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Amortizações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	Diminuições (9)	

2020

Ativos intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	84 900 425	-	-	-	-	-	(1 179 039)	-	-	83 721 386
Programas de computador e sistemas de informação	61 506	59 932	15 540	-	-	-	(64 912)	-	-	72 066
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	59 820	82 340	(15 540)	-	-	-	-	-	-	126 620
	85 021 751	142 272	-	-	-	-	(1 243 951)	-	-	83 920 072

2019

Ativos intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	86 079 464	-	-	-	-	-	(1 179 039)	-	-	84 900 425
Programas de computador e sistemas de informação	38 884	40 865	29 950	-	-	-	(48 193)	-	-	61 506
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	29 950	59 820	(29 950)	-	-	-	-	-	-	59 820
	86 148 298	100 685	-	-	-	-	(1 227 232)	-	-	85 021 751

2.16 Alteração em estimativas contabilísticas

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram efetuadas alterações na metodologia de cálculo das estimativas.

2.17 Correção de erros

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram efetuadas correções decorrentes de erros materiais de períodos anteriores.

3. Ativos intangíveis

3.1 Variações na quantia escriturada, amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos ocorridos na rubrica de ativos intangíveis foram os seguintes:

Nos mesmos períodos, os movimentos ocorridos das respetivas amortizações e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta (1)	Amortizações acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia bruta (5)	Amortizações acumuladas (6)	Perdas por imparidade acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
2020								
Ativos intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	158 781 311	73 880 886	-	84 900 425	158 781 311	75 059 925	-	83 721 386
Programas de computador e sistemas de informação	1 246 363	1 184 857	-	61 506	1 321 835	1 249 769	-	72 066
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	59 820	-	-	59 820	126 620	-	-	126 620
Total	160 087 494	75 065 743	-	85 021 751	160 229 766	76 309 694	-	83 920 072
2019								
Ativos intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	158 781 311	72 701 848	-	86 079 463	158 781 311	73 880 886	-	84 900 425
Programas de computador e sistemas de informação	1 175 548	1 136 663	-	38 885	1 246 363	1 184 857	-	61 506
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	29 950	-	-	29 950	59 820	-	-	59 820
Total	159 986 809	73 838 511	-	86 148 298	160 087 494	75 065 743	-	85 021 751

Por força da alteração do referencial contabilístico para SNC--AP, no decorrer do exercício de 2018, foi reclassificado o direito de utilização do “Edifício CCB” de Ativo Fixo Tangível para Ativo Intangível no montante de 87 259 mil euros (líquido de amortizações acumuladas no montante de 71 523 milhares de euros).

3.2 Métodos de amortizações usados

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes lineares, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual, pelas taxas mínimas, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro e em consonância com o Classificador Complementar 2 a partir de 1 de janeiro de 2018, por se considerar que refletem a vida útil dos ativos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classes de bens	Anos	
Ativos intangíveis de domínio público e património histórico	97	
Outros ativos intangíveis	1 a 3	
O movimento das amortizações do exercício de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:		
	2020	2019
Ativos intangíveis NOTA 3	1 243 951	1 227 232

3.3 Ativos intangíveis – adições e diminuições

Durante o exercício de 2020 e 2019 ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Adições				Diminuições			
	Compra	Transferência ou troca	Outras	Total	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Outras	Total
2020								
Ativos intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	59 932	15 540	-	75 472	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	82 340	-	-	82 340	-	15 540	-	15 540
Total	142 272	15 540	-	157 812	-	15 540	-	15 540
2019								
Ativos intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	40 865	29 950	-	70 815	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	59 820	-	-	59 820	-	29 950	-	29 950
Total	100 685	29 950	-	130 635	-	29 950	-	29 950

Os aumentos do ano referem-se, essencialmente, ao sistema de informação de gestão de recursos humanos, aquisição de *software* e licenças, *site* CCB, antivírus e *hubspot marketing* e infraestruturas Microsoft.

3.4 Compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

Dos compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis assumidos, destaca-se o *software* de gestão da produção da área cultural e comercial, o Sistema de Gestão Documental a implementar em todas as áreas administrativas e operacionais da Fundação e a Construção e desenvolvimentos do *site* corporativo.

	31/12/2020	31/12/2019
Software de gestão de espetáculos e de eventos	75 780	29 520
Sistema de gestão documental	47 970	-
Construção de PWA CCB / Cartão CCB	21 451	-
Desenvolvimentos no <i>site</i> do CCB	12 054	-
Construção do novo <i>site</i> www.ccb.pt	11 808	24 551
Software de gestão de recursos humanos	5 168	-
	174 231	54 071

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

No período findo a 31 de dezembro de 2020 a Fundação não deteve quaisquer acordos de concessão de serviços.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Variações na quantia escriturada, depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos ocorridos na rubrica de ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Adições (2)	Transferências internas à entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	Variações	Quantia escriturada final (10)= (1)+...+(9)
									Diminuições (9)	
2020										
Ativos fixos tangíveis										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	-	4 787 610	-	-	-	-	-	-	-	4 787 610
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	614 159	224 733	-	-	-	-	(265 647)	-	-	573 245
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	16 388	51 625	-	-	-	-	(49 004)	-	-	19 009
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2 230 535	125 164	34 364	-	-	-	(415 920)	-	-	1 974 143
Ativos fixos tangíveis em curso	36 884	160 176	(34 364)	-	-	-	-	-	-	162 696
Total	2 897 966	5 349 308	-	-	-	-	(730 571)	-	-	7 516 703
2019										
Ativos fixos tangíveis										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	869 062	171 913	-	-	-	-	(426 816)	-	-	614 159
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	23 912	23 769	-	-	-	-	(31 075)	-	(218)	16 388
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2 434 952	180 510	-	-	-	-	(384 927)	-	-	2 230 535
Ativos fixos tangíveis em curso	-	36 884	-	-	-	-	-	-	-	36 884
Total	3 327 926	413 076	-	-	-	-	(842 818)	-	(218)	2 897 966

Nos mesmos períodos, os movimentos ocorridos nas respetivas depreciações e perdas por imparidade foram os seguintes:

	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
2020								
Ativos fixos tangíveis								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	4 787 610	-	-	4 787 610
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	15 448 815	14 834 656	-	614 159	15 671 887	15 098 642	-	573 245
Equipamento de transporte	66 439	66 439	-	-	66 439	66 439	-	-
Equipamento administrativo	6 189 296	6 172 908	-	16 388	6 188 382	6 169 373	-	19 009
Outros	10 393 861	8 163 326	-	2 230 535	10 549 485	8 575 342	-	1 974 143
Ativos fixos tangíveis em curso	36 884	-	-	36 884	162 696	-	-	162 696
Total	32 135 295	29 237 329	-	2 897 966	37 426 499	29 909 796	-	7 516 703

2019

Ativos fixos tangíveis								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	15 309 427	14 440 365	-	869 062	15 448 815	14 834 656	-	614 159
Equipamento de transporte	66 439	66 439	-	-	66 439	66 439	-	-
Equipamento administrativo	6 173 689	6 149 777	-	23 912	6 189 296	6 172 908	-	16 388
Outros	10 213 715	7 778 763	-	2 434 952	10 393 861	8 163 326	-	2 230 535
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	36 884	-	-	36 884
Total	31 763 270	28 435 344	-	3 327 926	32 135 295	29 237 329	-	2 897 966

Conforme indicado na Nota 3.2, no exercício de 1995 foram registadas nas rubricas de “Edifícios e outras construções” e “Equipamento administrativo”, os montantes de 158 808 mil euros e 5 332 mil euros respetivamente, relativos aos direitos de utilização dos ativos fixos cedidos pelo Estado Português.

De acordo com os estatutos da Fundação, o ativo cedido relativo aos Módulos 1, 2 e 3 encontra-se afeto à realização de atividades de relevante interesse nacional, sendo causa especial de extinção destes direitos a mudança de fins da Fundação. Por força da alteração do referencial contabilístico para SNC-AP, no decorrer do exercício de 2018, foi reclassificado o direito de utilização do “Edifício CCB” de Ativo Fixo Tangível para Ativo Intangível no montante de 87 259 mil euros (líquido de amortizações acumuladas no montante de 71 523 milhares de euros).

Em 2020, a Fundação, reconheceu no seu ativo fixo tangível o direito de superfície dos terrenos dos módulos 4 e 5 que se encontrava por valorizar.

A mensuração deste ativo teve como base o “Memorando de entendimento” ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2013 de 18 de janeiro, onde se menciona o valor pago ao Município de Lisboa pelo Estado Português no montante de 6 000 000 euros (seis milhões de euros)

pela aquisição dos dois prédios urbanos com área total de terrenos 21 806,50 m². Atendendo que os Módulos 4 e 5 têm uma área de subcessão de 17 400m², o valor reconhecido como ativo fixo tangível foi de 4 787 610 euros.

Este ativo “Direito de superfície dos terrenos dos Módulos 4 e 5”, não é depreciablel.

5.2 Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes lineares, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual, pelas taxas mínimas, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro e em consonância com o Classificador Complementar 2, a partir de 1 de janeiro de 2018, por se considerar que refletem a vida útil dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	20 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

O movimento das depreciações do exercício de ativos fixos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Ativos fixos tangíveis NOTA 5	730 571	842 818

5.3 Ativos fixos tangíveis – adições e diminuições

Durante o exercício de 2020 e 2019 ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Adições				Diminuições			
	Compra	Transferência ou troca	Doação herança, legado ou perdido a favor do Estado	Outras	Total	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Outras
2020								
Ativos fixos tangíveis								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	-	-	4 787 610	-	4 787 610	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	224 733	-	-	-	224 733	-	-	1 661
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	51 625	-	-	-	51 625	-	-	52 540
Outros	125 164	34 364	-	-	159 528	-	-	3 904
Ativos fixos tangíveis em curso	160 176	-	-	-	160 176	-	34 364	-
Total	561 698	34 364	4 787 610	-	5 383 672	-	34 364	58 105
2019								
Ativos fixos tangíveis								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	171 913	-	-	-	171 913	-	-	32 525
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	23 769	-	-	-	23 769	40	-	8 122
Outros	180 510	-	-	-	180 510	-	-	364
Ativos fixos tangíveis em curso	36 884	-	-	-	36 884	-	-	-
Total	413 076	-	-	-	413 076	40	-	41 011

Durante o exercício de 2020, a Fundação adquiriu bens do ativo fixo tangível no estado usado no montante total de 33 829 euros, constituídos por equipamentos de cozinha, artigos de conforto e equipamentos de ar condicionado. Em relação às depreciações, foram utilizadas as taxas correspondentes à vida útil de cada bem.

Os abates de equipamento básico, administrativo e outros investimentos, nomeadamente equipamento informático – *hardware*, mobiliário danificado e outros bens obsoletos e algumas obras de beneficiação absorvidas no tempo pela sua utilização totalmente depreciados, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os aumentos do ano referem-se, essencialmente, ao reconhecimento do direito de superfície dos terrenos dos Módulos 4 e 5, às obras de remodelação dos jardins e lagos, na beneficiação de lanternins e claraboias do Pequeno Auditório e Sala Luís de Freitas Branco, remodelação do palco do Grande Auditório, sistema de gestão técnica, material de iluminação e equipamentos de sonorização e audiovisual para apoio aos auditórios e outras salas, equipamento informático e diverso mobiliário.

5.4 Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixo tangíveis

Compromissos contratuais	31/12/2020	31/12/2019
Ecrãs de comunicação	53 539	-
Equipamento de informática/servidores	52 487	-
Sistema de suporte de ficheiros de multimédia	51 499	-
Impermeabilização dos lagos do Jardim das Oliveiras	27 167	-
Projeto de alteração da estrutura metálica do palco do GA	4 982	-
Beneficiação de tubagens da central técnica	-	7 332
Plataforma elevatória para o Jardim Vertical	-	3 872
Panejamento preto para palco	-	49 185
Motorização da vara do pano de boca	-	23 148
Outros	7 719	2 447
	197 393	85 984

Dos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis assumidos, destaca-se: Ecrãs de comunicação, Equipamentos informáticos, Sistema de suporte de ficheiros multimédia e Obras de impermeabilização dos lagos do Jardim das Oliveiras.

6. Locações

6.1

Locações em que a Fundação age como locatária

Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras, os quais se encontram denominados em euros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os pagamentos dos contratos de locação operacional da Fundação ascenderam a 4 mil euros, aproximadamente, e foram registados na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”. Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme se segue:

Pagamentos mínimos	2020	2019
Até 1 ano	-	4 296
Entre 1 ano e 5 anos	-	-
	-	4 296

6.2

Locações em que a Fundação age como locadora

Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação é locadora de contratos com terceiros referentes a espaços cedidos para exploração comercial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os recebimentos mínimos dos contratos com terceiros ascenderam a 493 mil euros aproximadamente, e foram registados na rubrica de “Prestação de serviços” (nota 13.1).

Os recebimentos mínimos dos contratos com terceiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme se segue:

Recebimentos mínimos	2020	2019
Até 1 ano	240 357	529 682
Entre 1 ano e 5 anos	217 784	650 578
	458 141	1 180 260

7. Custos de empréstimos obtidos

A FCCB não tem contratualizado qualquer operação de financiamento e, consequentemente não tem o reconhecimento de custos com empréstimos bancários.

8. Propriedades de investimento

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a Fundação não é detentora de qualquer propriedade de investimento. A ESPAP não é detentora de qualquer propriedade de investimento.

9. Imparidade de ativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram detetados acontecimentos e circunstâncias que conduzissem ao reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade em ativos.

10. Inventários

10.1

Valorização

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os inventários da Fundação eram detalhados conforme se segue:

	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
2020			
Mercadorias	171 413	(151 148)	20 265
Materiais diversos	413	-	413
	171 826	(151 148)	20 678
2019			
Mercadorias	192 960	(159 780)	33 179
Materiais diversos	49 415	-	49 415
	242 375	(159 780)	82 594

Os inventários de mercadorias da Fundação são essencialmente constituídos pelas mercadorias que se encontram à venda na loja e por catálogos de eventos passados.

No exercício de 2020, a Fundação procedeu à reclassificação dos materiais diversos. Estes materiais passaram a ser reconhecidos na rubrica de “Gastos diferidos” pela sua natureza, materiais de consumo/consumíveis (nota 23.4). Em 31 de dezembro de 2020, o valor reclassificado foi de 37 616 euros. Em 31 de dezembro de 2019, o valor destes materiais incluídos nesta rubrica era de 48 905 euros.

10.2

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

	2020	2019
Saldo inicial	192 960	212 239
Compras	3 230	8 524
Regularizações	(4 344)	-
Saldo final	(171 413)	(192 960)
Custo das mercadorias vendidas	20 433	27 803

No exercício de 2020, ocorreu um abate de artigos obsoletos e monos da loja CCB no montante de 4 344 euros. Sobre estas mercadorias foram constituídas perdas por imparidade de inventários na sua totalidade, em anos anteriores.

10.3

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
2020				
Loja	27 889	-	(5 723)	22 166
Armazém principal	131 892	-	(2 910)	128 982
	159 781	-	(8 633)	151 148
2019				
Loja	30 697	-	(2 808)	27 889
Armazém principal	131 097	795	-	131 892
	161 794	795	(2 808)	159 781

As perdas por imparidade em inventários foram registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados por natureza:

	2020	2019
Reversões de perdas por imparidade		
Perdas por imparidade em inventários	(8 633)	(2 808)
Aumento de perdas por imparidade		
Perdas por imparidade em inventários	-	795
	(8 633)	(2 013)

11. Agricultura

A Fundação não detém ativos biológicos, tanto neste exercício como nos anteriores.

12. Contratos de construção

A atividade desenvolvida pela Fundação neste exercício, tal como nos anteriores, não originou contratos de construção.

13. Rendimentos de transações com contraprestação

13.1

Vendas e prestações de serviços

As políticas contabilísticas relativas a rendimentos de transações com contraprestação no período de 2020 e 2019 dizem respeito a vendas de artigos e a prestações de serviços, sendo o rendimento reconhecido na demonstração de resultados dos exercícios.

Os rendimentos reconhecidos desta natureza pela Fundação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme se segue:

	2020	2019
Vendas de mercadorias	7 356	21 936
Prestações de serviços		
Alugueres de espaços e outros	2 176 698	3 174 577
Vendas de bilhetes	311 531	703 873
Cedência de espaços comerciais	493 048	1 149 236
Patrocínios	43 353	56 695
Comissões recebidas	4 582	4 308
	3 029 212	5 088 689
	3 036 568	5 110 625

As prestações de serviços da Fundação estão associadas essencialmente aos alugueres e cedência de espaços comerciais afeto à atividade comercial e à atividade cultural a venda de bilheteira.

13.2

Outros rendimentos e ganhos

Os rendimentos suplementares reconhecidos desta natureza pela Fundação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme se segue:

	2020	2019
Cedências		
Cedências energia	62 780	116 865
Cedências gás	3 215	4 348
Cedências ar condicionado	13 284	25 501
Cedências água	13 924	26 190
Outras cedências	12 357	30 133
	105 560	203 037

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1

Subsídios à exploração

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	2020	2019
Subsídios à exploração		
Fundo Fomento Cultural		
Apoio corrente	7 728 000	7 392 000
Apoio à atividade operacional	264 421	147 905
Outros	851	11 844
	7 993 272	7 551 749

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 e 2019 refere-se, essencialmente a subsídios públicos concedidos pelo Ministério da Cultura destinados ao financiamento corrente das operações da Fundação.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de 264 421 euros (147 905 euros em 31 de dezembro de 2019) registado na rubrica de “Subsídios – apoio à atividade operacional” diz respeito a subsídios concedidos a título gratuito recebidos durante o exercício findo naquela data, conforme se detalha:

	2020	2019
Outros subsídios/apoios		
Zonzo Compagnie Vzw	-	42 500
Câmara Municipal de Lisboa	175 300	100 000
Pro Helvetia	-	5 405
Unidade Nacional de Gestão	7 981	-
Agência Desenvolvimento Coesão	81 140	-
	264 421	147 905
Doações/mecenato		
Deloitte e Associados SROC, SA	-	9 988
Jofebar, SA	-	1 000
Outros	851	856
	851	11 844
	265 272	159 749

14.2

Subsídios ao investimento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento dos subsídios ao investimento foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Reconhecimento no exercício NOTA 14	Saldo final
2020	695 677	122 470	(181 762)	636 385
2019	951 992	-	(256 315)	695 677

No exercício de 2020, a Fundação recebeu um montante total de 122 470 de subsídios ao investimento, sendo 62 470 euros referentes à candidatura ao Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (SAMA 2020) e 60 000 euros referente ao apoio da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa Capital Verde 2020.

Esta natureza de subsídios é apresentada no património líquido.

	2020	2019
Subsídios ao investimento	181 762	256 315

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de 181 762 euros (256 315 euros em 31 de dezembro de 2019) corresponde à parcela da amortização destes subsídios no período findo naquela data, sendo reconhecida na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” da demonstração dos resultados por natureza.

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Tranferências	Utilizações	Saldo final
2020						
Contratos onerosos	73 596	-	(9 441)	-	-	64 155
Processos judiciais em curso	262 333	-	-	-	-	262 333
Acordos laborais	83 145	-	-	-	-	83 145
	419 074	-	(9 441)	-	-	409 633
2019						
Contratos onerosos	83 037	-	(9 441)	-	-	73 596
Processos judiciais em curso	262 333	-	-	-	-	262 333
Acordos laborais	83 145	-	-	-	-	83 145
	428 515	-	(9 441)	-	-	419 074

14.3

Outros rendimentos e ganhos

Os rendimentos reconhecidos desta natureza pela Fundação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme se segue:

	2020	2019
Subsídios ao investimento	181 762	256 315
Ganhos em investimentos	-	475 901
Outros	59 199	48 424
	240 961	780 640

15. Provisões, passivos e ativos contingentes

15.1

Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

A 31 de dezembro de 2020, procedeu-se à reversão da provisão constituída nos exercícios anteriores no montante de 9 441 euros na rubrica “Provisões – Contratos onerosos”. Esta provisão foi constituída para fazer face a uma eventual indemnização ou compensação a pagar pelas benfeitorias efetuadas pelo arrendatário na Sala Vitorino Nemésio, por término do contrato de arrendamento de espaços para fins não habitacionais e será revertida anualmente tendo por base a duração do contrato vincendo.

A 31 de dezembro de 2020 foi mantida a provisão no montante de 262 333 euros para fazer face eventuais gastos resultantes do processo judicial em curso referente à Candidatura “CCB Digital”, referente a recebimentos ocorridos em exercícios anteriores. Foi revogado em maio de 2013, o Acórdão favorável do Tribunal Administrativo de 2009. A Fundação, suportada pelo parecer favorável dos seus consultores jurídicos, interpôs recurso ao Supremo Tribunal Administrativo (STA). No decorrer do exercício de 2017, subiu finalmente ao STA onde foi proferido a admissão de revista e feitas formulações pertinentes e com eventual desfecho favorável à Fundação. Em 2020, poucos desenvolvimentos existiram sobre este processo, tendo sido apresentadas contra-alegações pelo Requerido e encontra-se pendente no STA o recurso de revista, o qual foi admitido por acórdão e corre como Proc. 415/17 na 1.ª Secção. O processo foi concluso ao relator, onde ainda se encontra a aguardar agendamento em tabela.

A 31 de dezembro de 2020 foi mantida a provisão no montante de 83 145 euros da rubrica “Provisões – acordos laborais”, para fazer face a acordos de rescisão futuros de contratos de trabalho.

Os aumentos e reversões foram registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na rubrica de “Provisões (aumentos/reduções)” da demonstração dos resultados por natureza dos exercícios findos naquelas datas.

15.2

Passivos contingentes

Processo sobre lançamento concurso público para prestação de serviços de segurança e vigilância

A Fundação, no decorrer do exercício 2018 lançou um concurso público para a prestação de serviços de segurança e vigilância no CCB, ao qual foram apresentadas diversas propostas. Foi adjudicada a prestação de serviços à empresa Anthea – Segurança Privada, Lda., excluindo os restantes concorrentes. Um dos concorrentes excluídos, a Sociedade Strong Charon intentou uma ação no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa contra a Fundação, peticionando a anulação do ato de que o excluiu deste concurso público alegando ilegalidade no Programa do Concurso Público.

Foi proferida sentença que considerou totalmente procedente a ação movida pela Sociedade Strong Charon. A contrainteressada, Anthea – Segurança Privada interpôs recurso, sobre o qual, o Ministério Público se pronunciou no sentido da manutenção da decisão recorrida. O Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), em abril de 2020, negou provimento ao recurso, mantendo-se a sentença recorrida.

Como a obrigação possível existente deste processo carece de confirmação se a Fundação tem ou não uma obrigação presente que possa ser traduzida em saída de recursos financeiros futuros e não ser possível fazer uma estimativa fiável dessa obrigação, este processo apenas foi divulgado, não sendo reconhecido no exercício de 2020 qualquer montante na demonstração de resultados por natureza.

Outros passivos contingentes

Decorre uma ação administrativa comum nos tribunais portugueses contra a FCCB e outras instituições públicas cuja decisão se aguarda.

15.3

Ativos contingentes

A Fundação não apresenta quaisquer ativos contingentes para o exercício de 2020.

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o efeito de alterações em taxas de câmbio é apresentado no quadro que se segue:

	2020	2019
Gastos incorridos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis operacionais	66	1 699
Rendimentos incorridos		
Diferenças de câmbio favoráveis operacionais	(8)	(3)
	58	1 696

17. Acontecimentos após a data de relato

Covid-19

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação global do novo coronavírus (Covid-19) e várias vezes decretado pela Presidência da República o estado de emergência em Portugal, com restrições severas à mobilidade das populações e à atividade das empresas e outras instituições, à semelhança do ocorrido num elevado número de países. Esta pandemia teve e terá necessariamente um impacto global negativo na economia em geral, nos mercados financeiros, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes agentes económicos.

A Fundação CCB implementou um conjunto de medidas de contingência, na sequência das recomendações da Direção-Geral da Saúde, com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores, bem como assegurar a manutenção das suas operações. Todas as atividades presenciais do foro cultural – espetáculos, exposições, ciclos – e do foro comercial – eventos, conferências e seminários, concessões da área de restauração – foram suspensas ou reduzidas nos estados de emergência decretados, não sendo ainda possível estimar com razoável grau de segurança eventuais impactos na atividade nem prever a data definitiva de retoma das mesmas.

Contudo, o plano de contingência elaborado, nos diversos cenários construídos, permite assegurar que a situação de liquidez à data é suficiente para assegurar o prosseguimento das atividades da Fundação CCB não estando em causa o princípio da continuidade das operações.

Processos judiciais em curso

Processo sobre lançamento Concurso Público para prestação de serviços de segurança e vigilância

A Fundação, no decorrer do exercício 2018 lançou um concurso público para a prestação de serviços de segurança e vigilância no CCB, ao qual foram apresentadas diversas propostas. Foi adjudicada a prestação de serviços à empresa Anthea – Segurança Privada, Lda., excluindo os restantes concorrentes. Um dos concorrentes excluídos, a Sociedade Strong Charon intentou uma ação no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa contra a Fundação, peticionando a anulação do ato de que o excluiu deste concurso público alegando ilegalidade no Programa do Concurso Público.

Foi proferida sentença que considerou totalmente procedente a ação movida pela Sociedade Strong Charon. A contrainteressada, Anthea – Segurança Privada interpôs recurso, sobre o qual, o Ministério Público se pronunciou no sentido da manutenção da decisão recorrida.

A sentença do processo de recurso foi conhecida pela Fundação no decorrer de abril 2020, tendo sido esta notificada do acórdão do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa interposto pela Anthea, referente ao processo supra, com a manutenção da decisão do Tribunal de primeira instân-

cia, peticionando na anulação do ato de que excluiu deste concurso público o concorrente a Sociedade Strong Charon, alegando ilegalidade no Programa do Concurso Público.

O conhecimento da sentença do recurso interposto pela Anthea, desfavorável à Fundação é um acontecimento não ajustável em relação às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020.

A Fundação aguarda pelo termo do prazo da execução espontânea e pela eventual interposição de execução judicial por parte da Sociedade Strong Charon.

Data de aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 6 de maio de 2021.

18. Instrumentos financeiros

18.1

Ativos Financeiros

As categorias da rubrica "Investimentos Financeiros", em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhadas conforme segue:

	Quantia escriturada inicial				Aumentos				Diminuições		Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros		
2020											
Ativos financeiros detidos para negociação											
No Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	332 000	-	-	-	-	-	332 000
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado											
No Tesouro	3 193 191	-	-	9 436	-	-	-	-	40 947	3 161 681	
Outros	2 323 447	2 255 824	-	22 480	17 940	809 426	62 711	7 113	371 364	3 369 077	
Outros ativos financeiros											
Fundos capitalização da IGFCSS	20 924	6 865	-	-	103	2 015	-	-	-	25 877	
Total ativos financeiros	5 537 562	2 262 689	-	31 916	350 043	811 441	62 711	7 113	412 311	6 888 635	
2019											
Ativos financeiros detidos para negociação											
No Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado											
No Tesouro	3 927 163	2 881 843	-	-	2 974	3 581 329	-	9 436	28 023	3 193 191	
Outros	501 925	1 871 225	-	-	-	-	-	45 850	3 852	2 323 447	
Outros ativos financeiros											
Fundos capitalização da IGFCSS	-	7 008	-	-	13 916	-	-	-	-	20 924	
Total ativos financeiros	4 429 088	4 760 076	-	-	16 889	3 581 329	-	55 286	31 876	5 537 562	

A Fundação designa, no seu reconhecimento, certos investimentos em ativos financeiros detidos para negociação quando são geridos, avaliados e analisados internamente com base no justo valor, por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sendo as variações dos mesmos registadas em Resultados nas rubricas de "Ganhos por aumentos de justo valor" ou "Perdas por redução de justo valor".

A Fundação deliberou internamente que os títulos valorizados ao justo valor deverão ser alienados quando atingirem o valor nominal de aquisição, não sendo necessário aguardar que atinjam a maturidade, considera-se que os mesmos passam a estar disponíveis para alienação, sendo desta forma reconhecidos em ativos financeiros detidos para negociação. A reclassificação deriva da alteração do propósito de detenção do título. A nova classificação do mesmo obriga ao ajustamento da mensuração, tendo gerado uma perda de justo valor no montante de 62 711 euros (nota 23.8), de acordo com os critérios da NCP 18.

O valor de 25 877 euros incluído na rubrica Fundos, refere-se a fundos de compensação de trabalho capitalizável e sujeito a reembolsos, correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador, com duração ilimitada e que se extingue aquando da saída do trabalhador para contratos de trabalho desde outubro 2013 (Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto).

18.2

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
2020	55 286	7 113	(31 916)	(17 940)	12 543
2019	-	55 286	-	-	55 286

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Perdas por imparidades acumuladas” apresenta um saldo de 12 546 euros, respeita à diferença entre o valor de aquisição escriturado dos investimentos financeiros da Fundação e o seu valor de mercado. Os aumentos efetuados nesta rubrica foram registados por contrapartida da rubrica de “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)” da demonstração dos resultados por natureza.

Os títulos que compõem a carteira de investimentos são obrigações convertíveis adquiridas numa perspectiva de manutenção até à maturidade. Nesta perspectiva, a 31 de dezembro de 2020, encontram-se registadas ao custo amortizado.

A Fundação deliberou internamente que os títulos valorizados ao justo valor deverão ser alienados quando atingirem o valor nominal de aquisição, sendo desta forma reconhecidos em ativos financeiros detidos para negociação valorizados ao justo valor.

19. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem ordenados, subsídio de isenção de horário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, seguro de saúde e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pelo Conselho de Administração da Fundação.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Fundação, quer por mútuo acordo, são reconhecidos no período em que ocorrem.

Todo o pessoal ao serviço da Fundação foi remunerado de acordo com as suas funções durante 2020. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação aplicável em matéria laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir obrigatoriamente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como acréscimos de gastos nesse período. Em 31 de dezembro de 2020, todos os benefícios de curto prazo encontram-se devidamente reconhecidos como gastos no exercício.

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Remunerações do pessoal	3 912 940	3 824 696
Remunerações dos órgãos sociais	275 769	258 702
Encargos sobre remunerações	863 106	856 657
Indemnizações ao pessoal	136 746	505 717
Gastos com formação	14 521	27 166
Outros	114 743	155 270
	5 317 825	5 628 208

O número de empregados a 31 de dezembro de 2020 era de 156 e a 31 de dezembro de 2019 de 155. O valor médio do número de empregados foi de 155 em 2020 e de 156 em 2019.

20. Divulgação de partes relacionadas

20.1

Pessoas chaves de gestão

A remuneração agregada de pessoas chave da gestão, bem como o número de indivíduos, apresenta-se para o Conselho de Administração em 2020 e 2019, conforme a seguinte tabela:

	Remuneração base	Subsídio de férias / Natal	Despesas de representação	Total ilíquido
2020				
Conselho de Administração				
Presidente	79 584	13 264	6 765	99 613
Vogal	69 180	11 530	4 497	85 207
Vogal	57 650	9 589	3 747	70 986
	206 414	34 383	15 009	255 806
2019				
Conselho de Administração				
Presidente	79 584	13 264	6 765	99 613
Vogal	69 180	11 530	4 497	85 207
Vogal	61 787	9 157	4 522	75 466
	210 551	33 951	15 784	260 286

20.2

Membros próximos da família (Pessoas chaves da gestão)

Não existiram quantias relacionadas com membros próximos da família do pessoal chave da gestão da Fundação, não tendo também contraído empréstimos da Fundação às pessoas chave da gestão ou a qualquer outro elemento a título individual ou coletivo.

21. Relato por segmentos

NCP não aplicável à Fundação.

22. Interesses em outras entidades

NCP não aplicável à Fundação.

23. Outras divulgações

23.1 Créditos a receber

23.1.1

Cientes

Os créditos a receber em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme se segue:

	2020			2019		
	Valor Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Valor Líquido	Valor Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Valor Líquido
Cientes	279 851	(3 615)	276 236	429 756	(7 385)	422 371
Cientes de cobrança duvidosa	96 399	(96 399)	-	103 299	(103 299)	-
	376 250	(100 014)	276 236	533 055	(110 684)	422 371
Outras contas a receber						
Adiantamentos a fornecedores	1 968	-	1 968	-	-	-
Outros devedores	153 913	(1 182)	152 731	132 451	(1 182)	131 269
Devedores por acréscimos de rendimento						
Subsídios acordados	145 817	(62 281)	83 536	110 822	(62 281)	48 541
Juros decorridos a receber	51 357	-	51 357	36 531	-	36 531
Outros	51 042	(17 046)	33 996	130 806	(17 046)	113 760
	248 216	(79 327)	168 889	278 159	(79 327)	198 832
	404 097	(80 509)	323 588	410 610	(80 509)	330 101
Créditos a receber						
	780 347	(180 523)	599 824	943 665	(191 193)	752 472

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

	2020			2019		
Cientes	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido
Conta corrente						
Não vencido	96 722	-	96 722	4 669	-	4 669
Vencido						
0 – 30 dias	123 738	-	123 738	271 331	-	271 331
31 – 60 dias	19 445	-	19 445	103 878	-	103 878
61 – 90 dias	9 948	-	9 948	38 612	-	38 612
91 – 180 dias	4 564	-	4 564	6 409	(2 528)	3 881
+ 181 dias	25 434	(3 615)	21 819	4 857	(4 857)	-
	183 129	(3 615)	179 514	425 087	(7 385)	417 702
	279 851	(3 615)	276 236	429 756	(7 385)	422 371
Cobrança duvidosa						
Não vencido	-	-	-	-	-	-
Vencido	96 399	(96 399)	-	103 299	(103 299)	-
	96 399	(96 399)	-	103 299	(103 299)	-
	376 250	(100 014)	276 236	533 055	(110 684)	422 371

Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação tinha constituído perdas por imparidade para a dívida vencida há mais de 181 dias no montante de 3615 euros (4857 euros em 31 de dezembro de 2019).

23.1.2

Outras contas a receber

23.1.2.1

Devedores por acréscimos de rendimento – Subsídios acordados

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos – Subsídios acordados”, no montante de 145 817 euros, é composta essencialmente pelo subsídio a receber do POSI referente à candidatura “CCB Digital”, pelo subsídio da candidatura “Big Bang” (Programa Europa Criativa) e pelo subsídio da candidatura SAMA 2020.

Em face da pandemia Covid-19, o Festival “Big Bang” foi adiado para o ano 2021, adiantamento a nível europeu, implicando o término desta candidatura em 2022 e não em 2021 como inicialmente previsto

Em 31 de dezembro de 2020, foi mantida a perda por imparidade constituída em exercícios anteriores no valor total do subsídio “CCB Digital”, a receber do POSI para fazer face ao incumprimento das entidades competentes, dada a antiguidade da candidatura.

23.1.2.2

Juros decorridos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos – juros decorridos a receber” é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Juros decorridos a receber:		
Juros de obrigações não convertíveis	51 252	36 531
Juros de aplicações financeiras	105	-
	51 357	36 531

23.1.2.3

Devedores por acréscimos de rendimento – Outros

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos – Outros”, no montante de 51 042 euros, é composta essencialmente pelo montante a receber de clientes de eventos comerciais no valor de 25 495 euros e por alegadas “quotizações em atraso” sem fundamento, pagas ao Instituto da Gestão Financeira e Segurança Social (IGFSS).

Na rubrica de “Perda de Imparidade de dívidas a receber mantêm-se constituída uma perda de imparidade no montante de 17 046 euros para fazer face a eventuais gastos, resultantes do processo em aberto com a IGFSS.

23.1.3

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de clientes e outras contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada conforme segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	Utilizações	Saldo final
2020						
Imparidades de dívidas a receber						
Clientes, conta corrente	7 385	1 398	(5 168)	-	-	3 615
Clientes cobrança duvidosa	103 299	-	(6 900)	-	-	96 399
Outras contas a receber	80 509	-	-	-	-	80 509
	191 193	1 398	(12 068)	-	-	180 523
2019						
Imparidades de dívidas a receber						
Clientes, conta corrente	54 326	2 289	(49 230)	-	-	7 385
Clientes cobrança duvidosa	84 116	36 850	(2 240)	-	(15 427)	103 299
Outras contas a receber	81 186	-	-	-	(677)	80 509
	219 628	39 139	(51 470)	-	(16 104)	191 193

As perdas por imparidade em clientes e outras contas a receber e as respetivas reversões foram registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados por natureza:

	2020	2019
Gastos		
Imparidades em dívidas de clientes	1 398	39 139
Rendimentos		
Reversão de imparidades em dívidas de clientes	(12 068)	(51 470)
	(10 670)	(12 331)

23.2

Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as rubricas de contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	254 343	302 674
Fornecedores, faturas em receção e conferência	390	4 738
	254 733	307 412
Adiantamentos de clientes		
	3 485	620
Fornecedores de investimentos		
	123 806	5 721
Outras contas a pagar		
Outros credores		
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	719 057	674 303
Indemnizações a pagar ao pessoal	-	-
Gastos incorridos com espetáculos/eventos	273 591	175 926
Gastos incorridos com manutenção e reparação	15 825	3 012
Gastos incorridos com consumos gerais	70 184	71 273
Gastos incorridos com honorários e trabalhos especializados	70 991	41 445
Outros gastos incorridos	114 119	154 186
	1 263 767	1 120 145
	1 349 998	1 290 384
Contas a pagar		
	1 732 022	1 604 137

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” respeita, essencialmente, a encargos com férias e subsídio de férias com colaboradores da Fundação a pagar no exercício subsequente, bem como a gastos incorridos com serviços de manutenção, consumos gerais, trabalhos especializados e gastos com espetáculos que aguardam documento de despesa.

A antiguidade do saldo da rubrica de contas a pagar em 31 de dezembro de 2020 e 2019 tem a seguinte composição:

	2020	2019
Fornecedores		
Não vencido	251 475	274 843
+ 30 dias	3 258	32 569
	254 733	307 412
Adiantamentos de clientes		
Não vencido	3 485	620
Fornecedores de investimentos		
Não vencido	123 806	5 721
Outras contas a pagar		
Não vencido	1 349 998	1 290 384
	1 732 022	1 604 137

23.3

Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) a revisão e correção por parte das autoridades fiscais exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais e tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Fundação entende que as eventuais correções resultantes de revisões e/ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

À Fundação foi reconhecido o estatuto de isenção fiscal em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), decorrente das atividades previstas nos seus estatutos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	56 731	79 107	-	17 888
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	-	64 919	-	81 120
Contribuições para a Segurança Social (SS)	-	90 811	-	104 359
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	-	1 971	-	-
Outros impostos	-	2 775	-	2 493
	56 731	239 583	-	205 860

Em 31 de dezembro de 2020, não se encontrava em mora qualquer pagamento de dívidas ao Estado ou a Outros Entes Públicos.

23.4

Diferimentos ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as rubricas de ativo e passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Ativo corrente – Diferimentos		
Seguros	18 732	3 144
Gastos espetáculos	32 270	14 603
Gastos gerais funcionamento	1 047	2 522
Material de economato	37 616	-
Outros	18 944	2 758
	108 609	23 027
Passivo corrente – Diferimentos		
Rendimentos de eventos	731 614	215 179
Rendimentos de espetáculos	23 864	141 539
Apoios e patrocínios	7 816	6 995
Outros	-	550
	763 294	364 263

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Ativo corrente – Diferimentos” no montante de 108 609 euros é composta, essencialmente, pelos gastos de material de economato no montante de 37 616 euros, gastos com espetáculos e a sua publicidade a ocorrer no exercício de 2021 no montante de 32 270 euros e pelos seguros de responsabilidade civil e acidentes pessoais no montante de 18 732 euros (diferido para o primeiro semestre de 2021).

No exercício de 2020, a Fundação procedeu à reclassificação dos materiais diversos incluídos da rubrica de Inventários. Estes materiais passaram a ser reconhecidos na rubrica de “Gastos diferidos” pela sua natureza, materiais de consumo / consumíveis (nota 10.1) no montante de 37 616 euros. Em 31 de Dezembro de 2019, o valor destes materiais incluídos na rubrica de inventários era de 48 905 euros.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Passivo corrente – Diferimentos – Rendimentos de eventos”, no montante de 731 614 euros é composta essencialmente por eventos comerciais e/ou culturais a realizar-se no exercício seguinte.

23.5

Património Líquido / Capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Património Líquido / Capital” registou uma variação significativa face a 31 de dezembro de 2019, que resultou essencialmente pelo reconhecimento do direito de superfície dos terrenos dos Módulos 4 e 5 que se encontrava por valorizar, por contrapartida do “Ativo fixo tangível – Terrenos e recursos naturais”, no montante total de 4 787 610 euros.

23.6

Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Serviços externos de apoio à atividade cultural	1 381 635	2 409 215
Água, eletricidade, combustíveis e outros fluidos	589 454	736 802
Limpeza, higiene e conforto	447 400	432 170
Vigilância e segurança	433 171	415 546
Conservação e reparação	355 508	339 131
Trabalhos especializados	224 995	286 051
Serviços externos de apoio à atividade comercial	84 667	554 507
Seguros	69 670	73 442
Comunicações	58 998	56 333
Publicidade e propaganda	56 077	80 048
Honorários	34 968	6 717
Material de escritório e livros	26 388	52 508
Alugueres	13 412	500
Rendas	4 216	26 972
Deslocações e estadas	3 762	8 367
Despesas de representação	1 543	686
Outros serviços	61 479	84 918
	3 847 343	5 563 913

O saldo da rubrica de “Serviços externos de apoio à Atividade Cultural” no montante de 1 381 635 euros em 2020 (2 409 215 euros em 2019) respeita a gastos diretos relacionados com as atividades culturais, nomeadamente nas áreas de espetáculos e exposições, como sejam *cachets*, viagens e alojamentos de artistas, transporte e afinações de instrumentos, serviços de carregadores e frente casa e publicidade relacionados com estes eventos.

O saldo da rubrica de “Serviços externos de apoio à Atividade Comercial”, no montante de 84 667 euros em 2020 (554 507 em 2019) respeita a gastos diretos relacionados com a atividade comercial, nomeadamente nas áreas de audiovisuais, hospedeiras de apoio, segurança adicional, decoração floral, etc.

Em 2020, o montante de 355 508 euros registado na rubrica de “Conservação e reparação” (339 131 euros em 31 de dezembro de 2019) respeita, principalmente, a gastos com reparação e manutenção do edifício e espaços exteriores do Centro Cultural de Belém.

Em 2020, o gasto suportado pela Fundação com o Protocolo celebrado com a Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – Coleção Berardo é de 1 028 638 euros (1 055 459 euros em 31 de dezembro de 2019) do qual, 738 062 euros em “Fornecimentos e Serviços Externos” (759 617 euros em 31 de dezembro de 2019), como a seguir se detalham:

Protocolo FCCB – FAMC-CB	2020	2019
Água, eletricidade, combustíveis e outros fluidos	295 597	319 027
Vigilância e segurança	199 597	189 869
Conservação e reparação	114 825	118 960
Limpeza, higiene e conforto	107 346	106 424
Seguros	20 029	21 128
Comunicações	668	4 209
	738 062	759 617

23.7

Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Ativos fixos tangíveis NOTA 5	730 571	842 818
Ativos intangíveis NOTA 3	1 243 951	1 227 232
	1 974 522	2 070 050

23.8

Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 conforme se segue:

	2020	2019
Ofertas e amostras	574	909
Perdas por justo valor em investimentos financeiros	62 711	-
Outros gastos de investimentos financeiros	62 371	31 876
Outros	41 117	27 187
	166 773	59 972

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Outros” inclui essencialmente o valor de quotizações no montante de 17 836 euros, abates de inventários no montante de 16 259 euros e diversas taxas no montante de 986 euros.

A rubrica de “Ofertas e amostras” no montante de 574 euros (909 euros em 2019) diz respeito a ofertas de livros, catálogos e bilhetes de espetáculos realizados nas instalações do Centro Cultural de Belém.

23.9

Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme se segue:

	2019	2019
Juros suportados e gastos similares		
Outros financiamentos	8 532	12 782
Juros obtidos e rendimentos similares		
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	(160 979)	(115 617)
	(160 979)	(118 591)

Em 2020, a rubrica de “Outras aplicações em meios financeiros líquidos”, no montante de 160 679 euros (em 2019 o valor de 115 617 euros), diz respeito aos juros obtidos relativos a aplicações financeiras e a depósitos bancários.

23.10

Outras informações complementares

A Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, aprovou a Lei-Quadro das Fundações, estabelecendo a necessidade de adequação dos estatutos das fundações ao novo enquadramento legal, num prazo de seis meses. Por sua vez, a publicação do despacho n.º 684/2013 de 11 de janeiro determinou a prorrogação por 6 meses, do prazo previsto no n.º 4 do art.º 6 da referida Lei.

Foi publicada a 10 de setembro a Lei n.º 150/2015, que altera o Código Civil e procede à primeira alteração à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012 de 9 de julho.

No âmbito da adequação imposta pela Lei-Quadro das Fundações, em julho de 2013, a Fundação remeteu ao Gabinete do Secretário de Estado da Cultura a proposta de alterações aos estatutos da Fundação CCB, aprovada em Conselho de Administração.

A alteração dos estatutos da Fundação depende única e exclusivamente da tutela do Ministério da Cultura, sendo que a Fundação aguarda a publicação dos novos estatutos em Diário da República.

Com a integração no setor institucional das Administrações Públicas, a Fundação Centro Cultural de Belém aplicou a partir do exercício de 2018 o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (“SNC-AP”), constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

A aplicação deste normativo implicou profundas alterações ao nível da preparação do Orçamento do Estado (OE), obrigações de reporte, a adaptação de procedimentos internos e dos sistemas de informação, sendo para tal necessário criar equipas multidisciplinares e transversais a toda a Fundação para a implementação destes subsistemas.

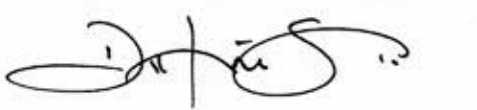
23.11

Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Fundação, conforme assinaturas infra.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO



O CONTABILISTA CERTIFICADO





Demonstrações Orçamentais e anexo

Demonstração do desempenho orçamental

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

		Fontes de financiamento				
Rubrica	Recebimentos	Receitas próprias	União Europeia	Fundos alheios	Total	n-1
Saldo da gerência anterior				1 951 204,87	1 218 855,66	
	Operações orçamentais [1]	901 107,70	927 318,57	0	1 828 426,27	1 128 917,61
	Operações de tesouraria [A]			122 778,60	122 778,60	89 938,05
Receita corrente						
R 1	Receita fiscal					
R 1.1	Impostos diretos	0	0	0	0	0
R 1.2	Impostos indiretos	0	0	0	0	0
R 2	Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	0	0	0	0	0
R 3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0
R 4	Rendimentos de propriedade	146 152,87	0	0	146 152,87	116 704,79
R 5	Transferências e subsídios correntes					
R 5.1	Transferências correntes					
R 5.1.1	Administrações públicas					
R 5.1.1.1	Administração central – Estado	0	0	0	0	0
R 5.1.1.2	Administração central – outras entidades	7 728 000,00	0	0	7 728 000,00	7 392 000,00
R 5.1.1.3	Segurança Social	478,95	0	0	478,95	0
R 5.1.1.4	Administração regional	0	0	0	0	0
R 5.1.1.5	Administração local	0	0	0	0	0
R 5.1.2	Exterior – União Europeia	0	46 144,14	0	46 144,14	0
R 5.1.3	Outras	0	0	0	0	0
R 5.2	Subsídios correntes	0	0	0	0	0
R 6	Venda de bens e serviços	4 827 131,25	0	0	4 827 131,25	6 270 152,18
R 7	Outras receitas correntes	0	0	0	0	0
Receita de capital						
R 8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0
R 9	Transferências e subsídios de capital					
R 9.1	Transferências de capital					
R 9.1.1	Administrações públicas					
R 9.1.1.1	Administração central – Estado	0	0	0	0	0
R 9.1.1.2	Administração central – outras entidades	0	0	0	0	0
R 9.1.1.3	Segurança Social	0	0	0	0	0
R 9.1.1.4	Administração regional	0	0	0	0	0
R 9.1.1.5	Administração local	60 000,00	0	0	60 000,00	0
R 9.1.2	Exterior – União Europeia	0	62 470,49	0	62 470,49	0
R 9.1.3	Outras	0	0	0	0	0
R 9.2	Subsídios de capital	0	0	0	0	0
R 10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
R 11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0	0	0	0	0
Receita efetiva [2]		12 761 763	108 614,63	0	12 870 377,70	13 778 856,97
Receita não efetiva [3]		-	0	0	0	64 161,91
R 12	Receita com ativos financeiros	-	0	0	0	64 161,91
R 13	Receita com passivos financeiros	-	0	0	0	0
Soma [4] = [1] + [2] +[3]		13 662 871	1 035 933,20	0	14 698 803,97	14 971 936,49
Operações de tesouraria [B]				210 812,98	210 812,98	1 178 356,19

		Fontes de financiamento				
Rubrica	Pagamentos	Receitas próprias	União Europeia	Fundos alheios	Total	n-1
Despesa corrente						
D 1	Despesas com pessoal					
D 1.1	Remunerações certas e permanentes	3 767 615,25	25 188,00	0	3 792 803,25	3 663 232,60
D 1.2	Abonos variáveis ou eventuais	527 307,15	0	0	527 307,15	972 757,60
D 1.3	Segurança Social	962 222,17	6 672,89	0	968 895,06	928 158,36
D 2	Aquisição de bens e serviços	4390744,4	25 955,00	0	4 416 699,40	6 873 354,25
D 3	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0
D 4	Transferências e subsídios correntes					
D 4.1	Transferências correntes					
D 4.1.1	Administrações públicas					
D 4.1.1.1	Administração central – Estado	0	0	0	0	0
D 4.1.1.2	Administração central – outras entidades	0	0	0	0	0
D 4.1.1.3	Segurança Social	0	0	0	0	0
D 4.1.1.4	Administração regional	0	0	0	0	0
D 4.1.1.5	Administração local	0	0	0	0	0
D 4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0	0	0	0	0
D 4.1.3	Famílias	0	0	0	0	0
D 4.1.4	Outras	0	0	0	0	0
D 4.2	Subsídios	0	0	0	0	0
D 5	Outras despesas correntes	235 352,85	0	0	235 352,85	132 679,12
Despesa de capital						
D 6	Aquisição de bens de capital	626153,87	47 785,89	0	673 939,76	573 328,29
D 7	Transferências e subsídios de capital					
D 7.1	Transferências de capital					
D 7.1.1	Administrações públicas					
D 7.1.1.1	Administração central – Estado	0	0	0	0	0
D 7.1.1.2	Administração central – outras entidades	0	0	0	0	0
D 7.1.1.3	Segurança Social	0	0	0	0	0
D 7.1.1.4	Administração regional	0	0	0	0	0
D 7.1.1.5	Administração local	0	0	0	0	0
D 7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0	0	0	0	0
D 7.1.3	Famílias	0	0	0	0	0
D 7.1.4	Outras	0	0	0	0	0
D 7.2	Subsídios de capital	0	0	0	0	0
D 8	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Despesa efetiva [5]						
		10509395,69	105 601,78	0	10 614 997,47	13 143 510,22
Despesa não efetiva [6]						
		2 610 124,98	0	0	2 610 124,98	0
D 9	Despesa com ativos financeiros	2 610 124,98	0	0	2 610 124,98	0
D 10	Despesa com passivos financeiros	0	0	0	0	0
Soma [7] = [5] + [6]						
		13 063 778,06	105 601,78	0	13 225 122,45	13 143 510,22
Operações de tesouraria [C]						
				266 939,30	266 939,30	1 055 577,59
Saldo para a gerência seguinte						
					1 540 333,80	1 951 204,87
	Operações orçamentais [8] = [4] – [7]	519 265,61	930 331,42	0	1 473 681,52	1 828 426,27
	Operações de tesouraria [9] = [A] + [B] – [C]			66 652,28	66 652,28	122 778,60
Saldo global [2] – [5]						
		2 228 282,89	3 012,85	0	2 255 380,23	635 346,75
	Despesa primária	10 453 653,08	105 601,78	0	10 614 997,47	13 143 510,22
	Saldo corrente	2 168 282,89	-59 457,64	0	2 132 909,74	635 346,75
	Saldo de capital	-530 031,26	14 684,60	0	-551 469,27	-573 328,29
	Saldo primário	2 228 282,89	3 012,85	0	2 255 380,23	635 346,75
	Receita total [1] + [2] + [3]	13 583 043,67	1 035 933,20	0	14 698 803,97	14 971 936,49
	Despesa total [5] + [6]	13 063 778,06	105 601,78	0	13 225 122,45	13 143 510,22

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Naumidindist

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. João S.

Dr. João S.

Dr. João S.

Demonstração da execução orçamental da receita

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas	Provisões por liquidar	Receitas por cobrar de periodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de periodos futuros				
								Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Periodo corrente	Total		(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Seguintes
Receita corrente																		
R050201	Bancos e outras instituições financeiras	90 428,00	0,86	0	90 427,14	0	90 427,14	0	0	0	90 427,14	90 427,14	0	0	0	0	0	0
R050301	Administração central – Estado	55 726,00	0,27	0	55 725,73	0	55 725,73	0	0	0	55 725,73	55 725,73	0	0	0	0	0	0
R060307	Serviços e fundos autónomos	7 728 000,00	0	0	7 728 000,00	0	7 728 000,00	0	0	0	7 728 000,00	7 728 000,00	0	0	0	0	0	0
R060603	Financiamento comunitário Proj.C.	42 330,00	- 0,77	0	42 330,77	0	42 330,77	0	0	0	42 330,77	42 330,77	0	0	0	0	0	0
R060604	Segurança Social outros	479	0,05	0	478,95	0	478,95	0	0	0	478,95	478,95	0	0	0	0	0	0
R060901	União Europeia	3 814,00	0,63	0	3 813,37	0	3 813,37	0	0	0	3 813,37	3 813,37	0	0	0	0	0	0
R070299	Outros	5 515 367,00	449 582,46	248 287,23	4 817 497,31	0	4 827 131,25	0	0	248 287,23	4 578 844,02	4 827 131,25	238 653,29	0	0	0	0	0
Receita de capital																		
R100501	Continente	60 000,00	0	0	60 000,00	0	60 000,00	0	0	0	60 000,00	60 000,00	0	0	0	0	0	0
R100901	União Europeia	62 471,00	0,51	0	62 470,49	0	62 470,49	0	0	0	62 470,49	62 470,49	0	0	0	0	0	0
R110203	Administração central – Estado	2 087 500,00	2 087 500,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R110303	Administração central – Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R111102	Sociedades financeiras	2 087 500,00	2 087 500,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R160101	Na posse do serviço	1 828 426,00	0	0	1 828 426,00	0	1 828 426,00	0	0	0	1 828 426,00	1 828 426,00	0	0	0	0	0	0
Total																		
Total		19 562 041,00	4 624 584,01	248 287,23	14 689 169,76	0	14 698 803,70	0	0	248 287,23	14 450 516,47	14 698 803,70	238 653,29	0	0	0	0	0

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Handwritten signature

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten signatures

Demonstração da execução orçamental da despesa

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

>

Continua na página seguinte

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos (3)	Descativos (4)	Dotações disponíveis (5)	Cabimentos (6)	Compromissos (7)	Obrigações (8)	Despesas pagas brutas (9)	Reposições abatidas		Períodos anteriores (12)	Despesas pagas líquidas		Compromissos a transitar (15) = (7) – (8)	Obrigações por pagar (16) = (8) – (14)
											Emitidas (10)	Recebidas (11)		Período Corrente (13)	Total (14) = (12) + (13)		
Despesa corrente																	
010104	Pessoal do quadro	113 315,81	3 105 892,00	0	0	3,3	3 105 888,70	3 105 888,70	3 105 888,70	3 013 313,68	0	0	113 315,81	2 899 997,87	3 013 313,68	0	92 575,02
010113	Subsídio de refeição	0	216 404,00	0	0	0,46	216 403,54	216 403,54	216 403,54	216 403,54	0	0	0	216 403,54	216 403,54	0	0
010114SF	Subsídio de férias	0	282 727,00	0	0	0,64	282 726,36	282 726,36	282 726,36	282 726,36	0	0	0	282 726,36	282 726,36	0	0
010114SN	Subsídio de Natal	0	280 361,00	0	0	1,33	280 359,67	280 359,67	280 359,67	280 359,67	0	0	0	280 359,67	280 359,67	0	0
010212	Indemnizações cessação de funções	0	136 747,00	0	0	0,8	136 746,20	136 746,20	136 746,20	136 746,20	0	0	0	136 746,20	136 746,20	0	0
010214	Outros abonos	0	390 561,00	0	0	0,05	390 560,95	390 560,95	390 560,95	390 560,95	0	0	0	390 560,95	390 560,95	0	0
010305A0A0	Caixa geral de aposentações	1 267,78	23 349,00	0	0	1 311,94	22 037,06	22 037,06	22 037,06	20 655,08	0	0	1 267,78	19 387,30	20 655,08	0	1 381,98
010305A0B0	Segurança social	69 541,93	1 010 176,00	0	0	109 820,50	900 355,50	900 355,50	900 355,50	839 760,12	0	0	69 541,93	770 218,19	839 760,12	0	60 595,38
010305A0C0	Fundo de compensação	641,5	8 577,00	0	0	958,85	7 618,15	7 618,15	7 618,15	6 865,03	0	0	641,5	6 223,53	6 865,03	0	753,12
010305A0D0	Fundo compensação de trabalho	0	1 911,00	0	0	0,27	1 910,73	1 910,73	1 910,73	1 910,73	0	0	0	1 910,73	1 910,73	0	0
010309	Seguros	0	99 705,00	0	0	0,9	99 704,10	99 704,10	99 704,10	99 704,10	0	0	0	99 704,10	99 704,10	0	0
020121	Outros bens	3 809,16	82 288,00	27 000,00	0	14 078,59	41 209,41	41 209,41	40 839,40	40 614,26	0	0	3 809,16	36 805,10	40 614,26	370,01	225,14
020201A0	Agência p/ Modernização Administrativa	11 758,42	807 381,00	133 092,00	0	17 332,76	656 956,24	656 956,24	640 698,71	586 456,92	0	0	11 758,42	574 698,50	586 456,92	16 257,53	54 241,79
020202	Limpeza e higiene	44 829,24	671 214,00	97 500,00	0	12 205,19	561 508,81	561 508,81	559 911,34	519 047,89	0	0	44 829,24	474 218,65	519 047,89	1 597,47	40 863,45
020203	Conservação de bens	15 265,14	378 610,00	52 500,00	0	45 459,31	280 650,69	280 650,69	244 633,67	235 377,04	0	0	15 265,14	220 111,90	235 377,04	36 017,02	9 256,63
020209F0	Outros serviços de comunicação	27 290,56	140 000,00	18 000,00	0	8 021,99	113 978,01	113 978,01	102 890,48	94 549,87	0	0	27 290,56	67 259,31	94 549,87	11 087,53	8 340,61
020212B0	Outras	0	120 905,00	19 950,00	0	11 700,62	89 254,38	89 254,38	88 393,86	73 264,11	0	0	0	73 264,11	73 264,11	860,52	15 129,75
020213	Deslocações e estadas	321,36	9 308,00	5 000,00	0	0,14	4 307,86	4 307,86	4 307,86	4 307,86	0	0	321,36	3 986,50	4 307,86	0	0
020214D0	Outros	14 884,48	182 012,00	35 000,00	0	324,08	146 687,92	146 687,92	145 826,92	139 727,26	0	0	14 884,48	124 842,78	139 727,26	861	6 099,66
020215B0	Outras	0	18 818,00	4 500,00	0	33,66	14 284,34	14 284,34	12 617,64	12 617,64	0	0	0	12 617,64	12 617,64	1 666,70	0
020217	Publicidade	17 078,23	274 522,00	37 500,00	0	15 664,58	221 357,42	221 357,42	207 012,33	189 146,62	0	0	17 078,23	172 068,39	189 146,62	14 345,09	17 865,71
020218	Vigilância e segurança	2 865,46	644 976,00	97 500,00	0	7 620,58	539 855,42	539 855,42	492 962,94	492 962,94	0	0	2 865,46	490 097,48	492 962,94	46 892,48	0
020219C0	Outros	73,8	215 723,00	43 500,00	0	33 025,89	139 197,11	139 197,11	139 197,11	73,8	0	0	73,8	129 154,19	129 227,99	0	9 969,12
020220A0A0	Desenvolvimento de <i>software</i>	1 729,38	119 778,00	41 250,00	0	19 816,62	58 711,38	58 711,38	49 010,43	45 364,71	0	0	1 729,38	43 635,33	45 364,71	9 700,95	3 645,72
020220E0	Outros	93 011,54	2 202 230,00	521 650,00	145 676,00	29 691,24	1 796 537,76	1 796 537,76	1 582 119,18	1 521 801,40	0	0	93 006,58	1 428 794,82	1 521 801,40	214 418,58	60 317,78
020225	Outros Serviços	27 968,38	523 545,00	100 762,00	0	27 519,84	395 263,16	395 263,16	357 707,31	332 232,89	0	0	27 968,22	304 264,67	332 232,89	37 555,85	25 474,42
06020310	Outras	0	237 024,00	0	0	1 597,65	235 426,35	235 426,35	235 352,85	235 352,85	0	0	0	235 352,85	235 352,85	73,5	0
060203R0	Reserva	0	247 425,00	247 425,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa de capital																	
070108B0B0	Outros	0	227 168,00	0	0	36 730,84	190 437,16	190 437,16	162 036,77	116 174,22	0	0	0	116 174,22	116 174,22	28 400,39	45 862,55
070109B0B0	Outros	680,76	67 558,00	0	0	893,32	66 664,68	66 664,68	66 664,68	65 907,34	0	0	680,76	65 226,58	65 907,34	0	757,34
070110B0B0	Outros	3 491,83	362 888,00	0	0	1,76	362 886,24	362 886,24	288 817,73	211 883,86	0	0	3 491,83	208 392,03	211 883,86	74 068,51	76 933,87
070115	Outros investimentos	1 548,57	323 183,00	0	0	7 923,38	315 259,62	315 259,62	280 226,49	279 974,34	0	0	1 548,57	278 425,77	279 974,34	35 033,13	252,15
090205	Administração central – Estado	0	3 134 283,00	0	0	1 974 283,00	1 160 000,00	1 160 000,00	1 160 000,00	1 160 000,00	0	0	0	1 160 000,00	1 160 000,00	0	0
090305	Administração central – Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
090903	Sociedades financeiras	0	2 087 500,00	0	0	637 375,02	1 450 124,98	1 450 124,98	1 450 124,98	1 450 124,98	0	0	0	1 450 124,98	1 450 124,98	0	0
Total		451 373,33	17 733 615,00	1 482 129,00	145 676,00	1 966 616,10	14 284 869,90	14 284 869,90	13 755 663,64	13 225 122,45	0	0	451 368,21	12 773 754,24	13 225 122,45	529 206,26	530 541,19

Rubrica	Descrição	Compromissos para períodos futuros					Compromissos para períodos futuros				
		(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	seguintes	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	seguintes
Despesa corrente											
010104	Pessoal do quadro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010113	Subsídio de refeição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010114SF	Subsídio de férias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010114SN	Subsídio de Natal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010212	Indemnizações cessação de funções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010214	Outros abonos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010305A0A0	Caixa geral de aposentações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010305A0B0	Segurança social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010305A0C0	Fundo de compensação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010305A0D0	Fundo compensação de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
010309	Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020121	Outros bens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020201A0	Agência p/ Modernização Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020202	Limpeza e higiene	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020203	Conservação de bens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020209F0	Outros serviços de comunicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020212B0	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020213	Deslocações e estadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020214D0	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020215B0	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020217	Publicidade	-7 656,75	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020218	Vigilância e segurança	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020219C0	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020220A0A0	Desenvolvimento de <i>software</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020220E0	Outros	-33 906,88	0	0	0	0	0	0	0	0	0
020225	Outros Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
06020310	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
060203R0	Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa de capital											
070108B0B0	Outros	-111 630,96	-34 200,00	0	0	0	0	0	0	0	0
070109B0B0	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
070110B0B0	Outros	-88 290,38	0	0	0	0	0	0	0	0	0
070115	Outros investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
090205	Administração central – Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
090305	Administração central – Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
090903	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total											
		-241 484,97	-34 200,00	0	0	0	0	0	0	0	0

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Anexo às demonstrações orçamentais

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS



Nota introdutória

A Fundação Centro Cultural de Belém é, desde 2015, uma entidade pública reclassificada. As entidades públicas reclassificadas (EPR) são, segundo o glossário de termos das finanças públicas do Conselho de Finanças Públicas «... entidades que na sua génese jurídica não constituíam uma entidade do sector público administrativo, mas que, por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, é objeto de reclassificação no sector das Administrações Públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas. A listagem das entidades que constituem o sector das Administrações Públicas é divulgada pelo INE no contexto do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais / Procedimento dos Défices Excessivos».

De facto, no normativo legal nacional, a Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 41/2020 de 18 de agosto) dispõe no n.º 4 do artigo 2.º que «Integram ainda o setor das administrações públicas as entidades que, independentemente da sua natureza e forma, tenham sido incluídas em cada sub-setor no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, na última lista das entidades que compõem o setor das administrações públicas divulgada até 30 de junho, pela autoridade estatística nacional, designadas por entidades públicas reclassificadas.»

Assim, a par da preparação das peças do orçamento anual numa base de acréscimo, a Fundação também elabora a sua proposta de orçamento numa base de caixa e expressa segundo a classificação económica das receitas e despesas públicas (Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro), observando as regras emanadas da Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças) a que se associam obrigações várias de reporte ao longo do exercício, previstas na Lei do Orçamento do Estado e no Decreto-lei de Execução Orçamental de cada ano.

As demonstrações orçamentais foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2020, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e que por sua vez integra a NCP 26 específica à contabilidade e ao relato orçamental.

Os valores são apresentados em euros, sendo esta divisa igualmente a moeda funcional da Fundação, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

O quadro seguinte resume a composição do orçamento aprovado para 2020 e a sua execução:

		Orçamento aprovado	Execução
Despesa			
D1	Despesas com pessoal	5 507 950	5 289 005
D2	Aquisição bens e serviços correntes	6 623 625	4 416 699
D6	Outras despesas correntes	388 425	235 353
D7	Despesa de investimento	930 000	673 940
Despesa efetiva		13 450 000	10 614 997
D10	Ativos financeiros	4 175 000	2 610 125
Despesa total		17 625 000	13 225 122
Receita			
R4	Rendimentos da propriedade	122 000	146 153
R5112	Transferência correntes (Fundo Fomento Cultural)	7 728 000	7 728 000
R5113	Transferência correntes (Segurança Social)	-	479
R512	Transferência correntes (União Europeia – SAMA)	-	46 144
R6	Vendas de Bens e Serviços Correntes	5 600 000	4 827 131
R9115	Transferência capital (CML)	-	60 000
R912	Transferência capital (União Europeia – SAMA)	-	62 470
Receita efetiva		13 450 000	12 870 378
R12	Ativos financeiros	4 175 000	-
Receita total		17 625 000	12 870 378
Saldo global = receita efetiva – despesa efetiva		-	2 255 380

1. Alterações orçamentais da receita

As alterações orçamentais permitem a adequação do orçamento à execução orçamental no decorrer do exercício, na eventualidade de existirem receitas ou despesas que não estavam previstas no momento da elaboração da proposta de orçamento.

Estas alterações podem ser modificativas ou permutativas, consoante o seu efeito no orçamento. As alterações orçamentais modificativas (“M” no quadro apresentado) são as que, após a inscrição da verba, causam uma alteração no montante global da receita ou da despesa face ao orçamento aprovado. Por sua vez, as alterações permutativas (“P” no quadro apresentado) mantêm constante o valor global da receita ou despesa procedendo a alterações na composição do orçamento.

O saldo da gerência anterior (SGA) foi integrado no orçamento mediante crédito especial, originando uma alteração do tipo modificativa.

A alteração orçamental do tipo permutativa registada verificou-se nas rubricas R4 Rendimentos de propriedade, R5113 Transferências correntes da Segurança Social e R9115 Transferências de capital da Câmara Municipal de Lisboa por contrapartida de transferência da rubrica R6 Vendas de bens e serviços correntes.

A alteração orçamental na receita do tipo modificativa deu-se ao crédito especial pelo recebimento do reembolso de um pedido de pagamento apresentado no âmbito da Candidatura SAMA, que não estava previsto em orçamento em 2020.

Receita						
Rubricas	Tipo	Provisões iniciais (1)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (5) = (1)+(2)-(3)+(4)
			Inscrições/ Reforços (2)	Diminuições/ Alterações (3)	Créditos especiais (4)	
R4	P	122 000	29 428	5 274	0	146 154
R5112	-	7 728 000	0	0	0	7 728 000
R5113	P	0	479	0	0	479
R512	M / P	0	42 330	104 801	108 615	46 144
R6	P	5 600 000	117 007	201 640	0	5 515 367
R9115	P	0	60 000	0	0	60 000
R912	P	0	62 471	0	0	62 471
R12	P	4 175 000	0	0	0	4 175 000
SGA	M	0	0	0	1 828 426	1 828 426
Total		17 625 000	311 715	311 715	1 937 041	19 562 041

2. Alterações orçamentais da despesa

A Lei do Orçamento de Estado para 2020, publicada no Decreto-Lei n.º 2/2020 de 31 de março determinou no seu artigo 3.º as cativações iniciais para o ano de 2020, que no caso da Fundação ascenderam a 1 482 129 euros e cujo registo originou uma alteração modificativa de redução do orçamento disponível (rubricas D2 Aquisição de bens e serviços e D6 Outras despesas correntes).

Existiram alterações modificativas nas rubricas D11 Remunerações, D13 Segurança social e D7 Investimento acompanhado o crédito especial em receita explicado no ponto anterior.

Ao longo do ano, foram ainda registadas alterações permutativas na despesa para distribuição pelas diversas rubricas conforme as necessidades orçamentais.

Em dezembro para aquisição de CEDIC foi utilizado parcialmente o saldo da gerência anterior e parte de verba cativa da fonte de financiamento de transferências de outras entidades, originando uma alteração modificativa no orçamento.

O quadro seguinte espelha o resultado das alterações orçamentais acima identificadas.

		Despesa					
Rubricas	Tipo	Dotações iniciais (1)	Alterações orçamentais			Créditos especiais (4)	Dotações corrigidas (5) = (1)+(2)-(3)+(4)
			Inscrições/ Reforços (2)	Diminuições/ Alterações (3)			
D11	Remunerações certas e permanentes	P / M	4 041 601	119 473	295 360	19 670	3 885 384
D12	Abonos variáveis ou eventuais	P	424 780	136 747	34 219	0	527 308
D13	Segurança Social	P / M	1 041 569	235 615	138 001	4 535	1 143 718
D2	Aquisição de bens e serviços	P	6 623 625	2 201 390	2 288 056	0	6 536 959
D6	Outras despesas correntes	P / M	388 425	96 024	0	0	484 449
D7	Investimento	P / M	930 000	963 646	997 259	84 410	980 797
D10	Ativos financeiros	M	4 175 000	4 252 608	3 205 825	0	5 221 783
Total			17 625 000	8 005 503	6 958 720	108 615	18 780 398

3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é um mapa previsto no Sistema de Normalização Contabilística, mas cuja obrigatoriedade encontra-se condicionada à entrada em funcionamento integral da Lei de Enquadramento Orçamental.

O plano de investimentos da Fundação, aprovado anualmente com o Plano de Atividades e Orçamento, retrata as necessidades de investimento imperativas, estando a sua execução dependente da cobrança da receita prevista.

No âmbito da preparação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020, foram identificadas necessidades de investimento de 1 367 900 euros (mais IVA) para 2020. Porém, em sede de Orçamento de Estado de 2020, o valor do orçamento do agrupamento 07 (despesas de capital) foi de apenas 930 mil euros (IVA incluído), em função das receitas e despesas previstas. O valor executado foi de 673 940 euros (IVA incluído), sendo a taxa de execução orçamental de 72%.

4. Operações de tesouraria

As operações de tesouraria são aquelas que geram entradas ou saídas de fluxos de caixa mas que não representam operações de execução orçamental, não afetando por isso o saldo global do ano. No caso da Fundação, as operações deste tipo estão associadas a verbas recebidas (ou devolvidas) que não lhe pertencem, nomeadamente cauções de contratos celebrados, receitas de bilheteira de produções

externas realizadas nas salas de espetáculos do CCB e também recebimentos por conta do arrendatário dos espaços de restauração, no que diz respeito a serviços de *catering* prestados no âmbito de eventos realizados no CCB por clientes.

O quadro seguinte reflete as operações de tesouraria de 2020:

Códigos das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	64 649,32	205 638,98	-	270 288,30
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	58 129,28	5 174,00	-	63 303,28
0719	Outras receitas de operações de tesouraria	-	63 196,82	63 196,82	-
0722	Entrega de receita cobrada por conta de outrem	-	-	252 265,30	- 252 265,30
0723	Devolução de cauções e garantias	-	-	14 674,00	-14 674,00
0729	Outras despesas de aoperações de tesouraria	-	270 957,59	270 957,59	-
Total		122 778,60	544 967,39	601 093,71	66 652,28

5. Contratação administrativa

A Fundação integra a tipologia das fundações públicas de direito privado à luz da Lei-Quadro das Fundações (aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro). Assim, e como dispõe o artigo 2.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos (CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) é qualificada como uma entidade adjudicante, sujeitando-se integralmente ao CCP, nomeadamente no que se refere ao regime substantivo dos contratos administrativos, salvo quanto aos procedimentos que este expressamente exce-

5.1 Situação dos contratos

A NCP 26 dispõe, a propósito da informação relativa à situação dos contratos que «deve ser prestada informação sobre todos os contratos celebrados no período de relato ou em períodos anteriores e que foram objeto de execução financeira no período de relato, de acordo com o modelo a seguir apresentado.»

Os contratos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas celebrados pela Fundação são, nos termos da lei, publicitados no portal dos contratos públicos (Portal BASE GOV), incluindo a sua execução financeira. No trabalho de recolha da informação a apresentar no âmbito na presente nota, foram contados 138 contratos com execução financeira em 2020, com pagamentos que totalizam 7 228 646,05 euros e cujo preço contratual atinge 13 652 622,31 euros.

Entidade	Contrato				Data primeiro pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos acumulados	
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
1.ª Arte	Produção de espetáculos <i>Amália</i>	24/11/2020	8 610,00	8 610,00	18/12/2020	8 610,00	8 610,00	-	
Akram Khan Company	Produção de espetáculos <i>Xenos</i>	30/11/2019	37 850,00	37 850,00	13/01/2020	36 910,00	36 910,00	-	
Alartécnica	Serviços/equipamentos técnicos Plataformas elevatórias	01/04/2017	3 587,21	3 587,21	05/12/2017	326,11	2 934,99	-	
Alfabeto padrão	Produção de espetáculos Produção de textos	14/10/2020	7 347,00	7 347,00	14/12/2020	2 049,00	2 049,00	-	
Alkantara	Produção de espetáculos <i>Glottis</i>	24/11/2020	10 147,50	10 147,50	04/12/2020	10 147,50	10 147,50	-	
AMEC	Produção de espetáculos Concertos OML	23/02/2020	24 600,00	24 600,00	01/04/2020	12 300,00	12 300,00	-	
AMEC	Produção de espetáculos Concertos OML	20/09/2020	49 200,00	49 200,00	10/11/2020	49 200,00	49 200,00	-	
André C. Tavaves	Produção de exposições Programação Garagem Sul	02/03/2020	17 712,00	17 712,00	17/07/2020	7 200,00	7 200,00	-	
Anthea	Serviços de segurança	01/02/2019	1 401 388,50	1 401 388,50	17/04/2019	80 928,31	505 842,68	-	
Anthea	Serviços de segurança	01/02/2020	1 465 668,00	1 465 668,00	17/04/2020	409 205,63	409 205,63	-	
Anticimex	Serviços/equipamentos técnicos Controlo de pragas	01/01/2020	10 332,00	10 332,00	17/04/2020	3 157,00	3 157,00	-	
Aprestos	Serviços de audiovisuais Registo áudio e vídeo	14/07/2020	41 801,55	41 801,55	21/10/2020	35 639,25	35 639,25	-	
Arte das Musas	Produção de espetáculos <i>Sete Lágrimas Conviva</i>	02/08/2020	16 482,00	16 482,00	02/09/2020	16 482,00	16 482,00	-	
Artistas Unidos	Produção de espetáculos <i>Vidas Íntimas</i>	01/02/2020	39 360,00	39 360,00	02/03/2020	40 637,95	40 637,95	-	

Entidade	Contrato				Data primeiro pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos acumulados	
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
Associação Cultural Músicos do Tejo	Produção de espetáculos <i>Do Barroco ao Fado</i>	24/07/2020	15 500,00	15 500,00	19/08/2020	15 500,00	15 500,00	-	
Associação Cultural A Caravana Passa	Produção de espetáculos <i>A Menina do Mar</i>	291/10/2020	8 400,00	8 400,00	18/11/2020	8 400,00	8 400,00	-	
Associação Cultural A Caravana Passa	Produção de espetáculos <i>Mininu</i>	01/11/2019	13 000,00	13 000,00	02/03/2020	11 850,00	11 850,00	-	
Audiomatrix	Serviços de audiovisuais Sonorização <i>CCB de Verão</i>	15/07/2020	40 938,74	40 938,74	18/11/2020	40 938,74	40 938,74	-	
Audiomatrix	Produção de espetáculos Aluguer de <i>truss</i>	15/07/2020	8 601,51	8 601,51	04/12/2020	8 601,51	8 601,51	-	
Batuta e Canivete	Produção de espetáculos Concertos OSP	11/12/2019	14 760,00	14 760,00	18/03/2020	12 000,00	12 000,00	-	
Carpintauto	Produção de exposição <i>O Mar é a Nossa Terra</i>	16/02/2020	24 667,65	24 667,65	20/05/2020	24 667,65	24 667,65	-	
Casa do Marquês	Serviços de <i>catering</i>	01/01/2020	61 500,00	61 500,00	04/11/2020	2 281,12	2 281,12	-	
Casa do Marquês	Serviços de <i>catering</i>	01/04/2019	49 200,00	49 200,00	22/07/2019	9 438,28	46 405,02	-	
Clearspot	Publicidade e <i>Marketing</i> Cartazes digitais	01/01/2020	11 992,50	11 992,50	01/04/2020	11 070,00	11 070,00	-	
Clece	Serviços de limpeza	01/07/2018	1 455 803,30	1 455 803,30	03/10/2018	488 365,18	1 206 276,92	-	
Clube Viajar	Aquisição de viagens	14/02/2019	75 000,00	75 000,00	03/05/2019	614,69	14 867,63	-	
Teatro de Almada	Produção de espetáculos <i>Viagem de Inverno</i>	07/07/2020	15 375,00	15 375,00	16/09/2020	15 375,00	15 375,00	-	
Contimetra	Serviços/equipamentos técnicos Atualização SGT / Mód. 1	22/06/2020	45 756,00	45 756,00	04/11/2020	4 893,40	4 893,40	-	
Deloitte & Associados	Consultadoria financeira Auditoria / Exercício 2019	12/11/2019	24 569,25	24 569,25	19/02/2020	24 569,25	24 569,25	-	
Diferentes Ritmos	Produção de espetáculos Cais do Sodré Funk Connection	29/08/2020	6 389,85	6 389,85	25/09/2020	6 389,85	6 389,85	-	
Digibéria	Equipamentos Informáticos <i>Software</i> antivírus	16/06/2020	17 509,05	17 509,05	02/09/2020	17 509,05	17 509,05	-	
DSCH	Produção de espetáculos <i>Verão Clássico</i>	14/08/2020	24 600,00	24 600,00	01/10/2020	24 600,00	24 600,00	-	
DSCH	Produção de espetáculos Shostakovich Ensemble	07/10/2020	12 300,00	12 300,00	04/11/2020	12 300,00	12 300,00	-	
E. Dias Serras	Serviços/equipamentos técnicos Reconversão de lâmpadas	01/04/2020	7 084,80	7 084,80	04/06/2020	7 084,80	7 084,80	-	
Ébano e Marfim	Produção de espetáculos Afinação de pianos	01/01/2020	27 675,00	27 675,00	07/05/2020	4 833,90	4 833,90	-	
Ébano e Marfim	Produção de espetáculos Afinação de pianos	01/01/2019	27 675,00	27 675,00	16/05/2019	4 046,70	12 029,40	-	
EDNI	Equipamentos informáticos	18/11/2020	46 438,65	46 438,65	30/12/2020	18 007,20	18 007,20	-	
Eficácia Livre	Produção de espetáculos Apoio logístico	01/01/2018	88 560,00	88 560,00	04/04/2018	9 349,24	90 022,53	-	
Eficácia Livre	Produção de espetáculos Apoio logístico	05/08/2020	184 500,00	184 500,00	18/12/2020	521,52	521,52	-	

Entidade	Contrato				Data primeiro pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos acumulados	
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
Endesa	Fornecimento de energia	01/01/2020	619 920,00	619 920,00	01/04/2020	370 447,13	370 447,13	-	
Endesa	Fornecimento de energia Média tensão	01/01/2018	1 214 783,74	1 214 783,74	05/12/2018	48 619,35	798 973,15	-	
Enkrott	Serviços/equipamentos técnicos Tratamento de águas	15/04/2020	6 919,00	6 919,00	01/07/2020	4 695,90	4 695,90	-	
Esegur	Serviços de segurança Transporte valores	01/01/2020	3 813,00	3 813,00	05/02/2020	760,37	760,37	-	
Euroservice	Serviços de audiovisuais	31/03/2017	763 830,00	763 830,00	06/06/2017	90 560,47	854 390,47	153 521,30	
Filipe Moncada	Serviços de curadoria Garagem Sul / Conferências	08/07/2020	7 500,00	7 500,00	21/09/2020	2 500,00	2 500,00	-	
Fidelidade Seguros	Seguro <i>all risks</i>	01/01/2020	163 247,16	163 247,16	01/04/2020	54 415,70	54 415,70	-	
Finlog	Aluguer de veículos	04/12/2015	81 335,87	81 335,87	14/01/2016	1 444,19	58 290,47	-	
Conductus	Produção de espetáculos Ensemble Palhetas Duplas	16/08/2020	12 000,00	12 000,00	16/09/2020	12 000,00	12 000,00	-	
Galp Power	Fornecimento de gás	01/01/2020	89 790,00	89 790,00	18/03/2020	31 736,39	31 736,39	-	
Galp Power	Fornecimento de gás	01/01/2019	74 994,43	74 994,43	16/05/2019	9 818,02	55 709,34	-	
Genuine Selection	Serviços/equipamentos técnicos Lanternins e claraboias	13/04/2020	39 713,00	39 713,00	19/08/2020	39 713,00	39 713,00	-	
Gestisoft	Sistemas Informáticos Recursos humanos	26/05/2020	28 643,01	28 643,01	25/09/2020	14 321,51	14 321,51	-	
GFI Portugal	Sistemas Informáticos	16/06/2020	24 600,00	24 600,00	16/09/2020	14 760,00	14 760,00	-	
GFI Portugal	Sistemas Informáticos Gestão documental	02/02/2020	79 950,00	79 950,00	30/12/2020	31 980,00	31 980,00	-	
Globaz	Serviços de publicidade Produção <i>website</i>	23/10/2019	43 665,00	43 665,00	18/12/2019	12 742,80	31 857,00	-	
Gold Energy	Fornecimento de gás	01/07/2018	24 599,96	24 599,96	21/11/2018	20,87	23 179,34	-	
Horizonte Auspicioso	Publicidade e <i>Marketing</i> Desdobráveis 2020	02/12/2019	11 598,90	11 598,90	20/02/2020	6 471,03	6 471,03	-	
Hotel Vila Galé	Produção de espetáculos Serviços de alojamento	01/02/2019	79 500,00	79 500,00	03/05/2019	71,75	23 643,35	-	
Hotel Vila Galé	Produção de espetáculos Serviços de alojamento	26/02/2020	68 900,00	68 900,00	08/10/2020	1 432,00	1 432,00	-	
Iberogal	Sistemas Informáticos Unidades de armazenamento	03/01/2020	8 443,95	8 443,95	18/06/2020	8 443,95	8 443,95	-	
Iberogal	Sistemas Informáticos Serviços especializados	01/06/2020	68 637,69	68 637,69	02/09/2020	15 389,76	15 389,76	-	
Inetum España	Equipamentos informáticos	16/06/2020	20 436,07	20 436,07	08/10/2020	20 436,07	20 436,07	-	
Integrapadrão	Serviços/equipamentos técnicos Iluminação cénica	27/11/2020	8 299,18	8 299,18	30/12/2020	8 299,18	8 299,18	-	

Entidade	Contrato				Data primeiro pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos acumulados	
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
Interescritório	Mobiliário de escritório	03/06/2020	22 014,91	22 014,91	16/09/2020	22 014,91	22 014,91	-	
Intervoz	Publicidade e <i>Marketing</i> Renascença	01/06/2019	9 225,00	9 225,00	04/03/2020	1 535,04	1 535,04	-	
Intervoz	Publicidade e <i>Marketing</i> Renascença	23/01/2020	9 225,00	9 225,00	01/04/2020	9 225,00	9 225,00	-	
IT4culture	Produção de espetáculos <i>Software</i> de espetáculos	23/10/2019	73 800,00	73 800,00	24/12/2019	22 140,00	66 420,00	-	
Jet Cooler	Serviços/equipamentos técnicos Purificadores de água	23/10/2019	8 988,84	8 988,84	18/12/2019	2 372,49	2 390,33	-	
José Tomás Cunha & Filhos	Produção de exposições Garagem Sul / televisores	19/03/2020	9 225,00	9 225,00	17/04/2020	9 225,00	9 225,00	-	
Limial	Publicidade e <i>Marketing Software hubspot</i>	20/08/2020	23 247,00	23 247,00	28/08/2020	8 487,00	8 487,00	-	
Limial	Publicidade e <i>Marketing Software hubspot</i>	09/08/2019	21 028,08	21 028,08	06/11/2019	2 706,00	13 648,08	-	
Linklaters LLP	Consultadoria jurídica Mód. 4 / 5	18/04/2019	35 670,00	35 670,00	06/06/2019	11 685,00	23 370,00	-	
Linklaters LLP	Consultadoria jurídica Mód. 4 / 5	03/08/2020	36 900,00	36 900,00	21/10/2020	36 900,00	36 900,00	-	
Luso canal	Produção de espetáculos	01/02/2020	10 824,00	10 824,00	01/04/2020	7 872,00	7 872,00	-	
Luz y Paz	Produção de espetáculos <i>Amália</i>	25/11/2020	10 000,00	10 000,00	25/11/2020	10 000,00	10 000,00	-	
Luzeiro	Serviços/equipamentos técnicos Panejamento palco GA	27/11/2019	49 185,24	49 185,24	01/04/2020	49 185,24	49 185,24	-	
Manvia	Serviços/equipamentos técnicos Instalações elétricas	01/01/2020	10 443,00	10 443,00	02/09/2020	1 740,50	1 740,50	-	
Manvia	Serviços/equipamentos técnicos Serviços de manutenção	01/01/2019	266 638,22	266 638,22	03/04/2019	81 472,82	170 352,26	-	
Meo	Serviços multimédia	01/01/2017	40 306,72	40 306,72	18/10/2017	3 758,97	22 392,60	-	
Meo	Serviços multimédia	03/03/2020	4 478,38	4 478,38	27/04/2020	7 837,41	7 837,41	-	
Mestria	Serviços/equipamentos técnicos Cacifos / Centro de Exposições	17/02/2020	16 113,00	16 113,00	01/07/2020	16 113,00	16 113,00	-	
Midas Filmes	Produção de espetáculos Programação 2020	26/01/2020	13 991,25	13 991,25	04/03/2020	7 426,13	7 426,13	-	
Midas Filmes	Produção de espetáculos <i>Belém Cinema</i> 2019	29/08/2019	11 346,75	11 346,75	06/11/2019	3 751,50	11 346,75	-	
Minimal	Serviços/equipamentos técnicos Sistema minimal	01/01/2020	25 627,05	25 627,05	18/03/2020	8 542,36	8 542,36	-	
Mop	Publicidade e <i>Marketing</i> Cartazes <i>outdoors</i>	01/01/2020	43 292,56	43 292,56	01/04/2020	29 520,00	29 520,00	-	
Mop	Publicidade e <i>Marketing</i> Cartazes <i>outdoors</i>	01/02/2019	58 425,00	58 425,00	03/05/2019	7 404,53	58 424,93	-	
Movyng	<i>Renting</i> veículos	26/05/2020	16 629,60	16 629,60	19/08/2020	10 393,50	10 393,50	-	
Navaltik Manegement	Serviços/equipamentos técnicos Sistema <i>Manwinwin</i>	01/01/2020	14 760,00	14 760,00	01/04/2020	4 920,00	4 920,00	-	

Entidade	Contrato				Data primeiro pagamento	Pagamentos no período	Pagamentos acumulados	
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais	Trabalhos a mais
Ohmtécnica	Produtos de economato	15/01/2019	9 358,21	9 358,21	11/02/2019	1 286,58	3 544,61	-
Olmar	Produtos de economato	15/01/2019	7 066,69	7 066,69	03/05/2019	747,43	2 577,75	-
OCP	Produção de espetáculos Concerto OCP	04/12/2020	12 000,00	12 000,00	30/12/2020	12 000,00	12 000,00	-
Peixotos informática	Serviços/equipamentos técnicos Materiais de proteção Covid-19	02/06/2020	287,82	287,82	02/09/2020	287,82	287,82	-
Petrogal	Aquisição de combustíveis	01/01/2020	1 287,81	1 287,81	04/06/2020	2 576,81	2 576,81	-
Petrogal	Aquisição de combustíveis	01/01/2017	68 704,41	68 704,41	20/02/2019	611,48	7 017,50	-
Petrogal	Aquisição de combustíveis	01/01/2020	8 657,23	8 657,23	18/03/2020	5 254,50	5 254,50	-
Pinguim Púrpura	Produção de espetáculos <i>A Confissão de Lúcio</i>	04/11/2020	15 000,00	15 000,00	09/11/2020	15 000,00	15 000,00	-
Pinto & Cruz	Serviços/equipamentos técnicos Manutenção de elevadores	01/01/2020	13 151,16	13 151,16	18/03/2020	4 383,72	4 383,72	-
Pinto & Cruz	Serviços/equipamentos técnicos Elevador E113	02/10/2019	1 328,40	1 328,40	18/12/2019	479,70	516,60	-
PLMJ	Consultadoria jurídica	30/12/2019	36 900,00	36 900,00	19/08/2020	9 249,60	9 249,60	-
PLMJ	Consultadoria jurídica	24/02/2020	55 350,00	55 350,00	20/05/2020	33 210,00	33 210,00	-
Polyarts	Produção de espetáculos	27/04/2019	6 843,00	6 843,00	21/10/2020	6 843,00	6 843,00	-
Pro Nobis	Produção de espetáculos <i>A Tartaruga e o Menino do Mar</i>	20/10/2020	12 127,80	12 127,80	18/12/2020	12 127,80	12 127,80	-
Público	Publicidade e <i>Marketing</i> Jornal <i>Público</i>	01/01/2020	15 473,40	15 473,40	18/03/2020	6 715,80	6 715,80	-
Público	Publicidade e <i>Marketing</i> Jornal <i>Público</i>	07/03/2019	24 575,40	24 575,40	16/05/2019	2 399,41	24 573,47	-
Quatenaire	Produção de espetáculos	29/01/2020	28 720,00	28 720,00	30/01/2020	28 720,00	28 720,00	-
Raquel Cardeira Varela	Produção de conferências <i>Conversas com Histórias</i>	01/11/2019	7 380,00	7 380,00	18/11/2019	6 150,00	7 380,00	-
Red Portuguesa	Publicidade e <i>Marketing</i>	16/01/2020	11 189,52	11 189,52	18/03/2020	11 189,56	11 189,56	-
Red Portuguesa	Publicidade e <i>Marketing</i>	01/01/2019	11 186,85	11 186,85	06/06/2019	879,45	11 186,85	-
Resopre	Serviços/equipamentos técnicos Parques estacionamento	01/01/2020	23 985,00	23 985,00	17/04/2020	7 995,00	7 995,00	-
Ruela Music	Produção de espetáculos Tito Paris e banda	12/09/2020	9 464,85	9 464,85	25/09/2020	9 464,85	9 464,85	-
Rui M. N. Silva Horta	Consultadoria Artes Performormativas	26/05/2020	39 360,00	39 360,00	28/09/2020	19 679,95	19 679,95	-
Run & Slide	Produção de espetáculos Serviços de frente de casa	24/03/2018	461 250,00	461 250,00	07/06/2018	45 914,92	153 176,27	-
Schneider Electric	Serviços/equipamentos técnicos Posto de transformação	01/08/2018	92 250,00	92 250,00	21/11/2018	28 187,54	71 750,08	-

Entidade	Contrato				Data primeiro pagamento	Pagamentos no período	Pagamentos acumulados	
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais	Trabalhos a mais
Servisan	Serviços/equipamentos técnicos Consumíveis WC	01/05/2017	26 453,61	26 453,61	20/02/2019	2 112,65	9 997,98	-
Smart Choice	Serviços de audiovisuais	16/06/2020	1 291 500,00	1 291 500,00	04/11/2020	19 301,79	19 301,79	-
Sograma	Serviços/equipamentos técnicos Manutenção de jardins e lagos	01/01/2019	78 818,40	78 818,40	03/04/2019	26 272,80	52 545,60	-
Sograma	Serviços/equipamentos técnicos Bosque vertical	04/02/2020	36 420,30	36 420,30	07/05/2020	36 420,30	36 420,30	-
Stage Concept	Serviços/equipamentos técnicos Sistema palco GA	26/09/2019	23 147,70	23 147,70	01/04/2020	23 147,70	23 147,70	-
Stimpre	Serviços/equipamentos técnicos Balneários	15/04/2020	14 125,00	14 125,00	06/08/2020	14 125,00	14 125,00	-
Tarrafo	Produção de espetáculos <i>Assim Devera eu Ser</i>	06/02/2020	12 742,80	12 742,80	01/04/2020	10 360,00	10 360,00	-
Termotérmica	Serviços/equipamentos técnicos Sistema AVAC	03/06/2020	139 805,13	139 805,13	04/12/2020	139 805,13	139 805,13	-
Thyssenkrupp	Serviços/equipamentos técnicos Elevador monta-pratos	01/01/2020	885,60	885,60	04/03/2020	295,20	295,20	-
Ticketline	Serviços multimédia Comercialização de bilhetes	01/11/2019	23 505,30	23 505,30	24/12/2019	8 588,48	10 396,58	-
Top Atlântico	Aquisição de viagens	12/03/2020	75 000,00	75 000,00	18/11/2020	728,16	728,16	-
Tranquilidade Seguros	Seguros diversos	01/01/2017	374 573,10	374 573,10	06/02/2019	-589,84	86 947,55	-
Tranquilidade Seguros	Seguros diversos	01/01/2020	404 997,51	404 997,51	07/02/2020	132 305,78	132 305,78	-
Turbomar	Serviços/equipamentos técnicos Geradores de emergência	01/11/2018	2 073,36	2 073,36	04/01/2019	1 036,68	2 073,36	-
Universidade do Minho	Produção de exposições Programação Garagem Sul	22/02/2019	17 712,00	17 712,00	17/04/2019	4 428,00	17 712,00	-
Via Verde	Serviços/equipamentos técnicos Sistema Via Verde	01/11/2019	41 881,50	41 881,50	06/11/2019	10 206,15	11 627,45	-
Videira, Bento Marques	Consultadoria jurídica Contratos	01/01/2020	44 280,00	44 280,00	20/01/2020	22 140,00	22 140,00	-
Vodafone	Serviços multimédia	09/01/2018	91 745,50	91 745,50	07/09/2018	5 610,09	20 980,66	-
Vodafone	Serviços multimédia	17/02/2020	15 290,62	15 290,62	04/06/2020	15 221,77	15 221,77	-
Vodafone	Serviços multimédia	01/11/2019	7 595,25	7 595,25	17/04/2020	7 650,60	7 650,60	-
Vodafone	Serviços multimédia	24/06/2020	15 272,39	15 272,39	08/10/2020	11 338,49	11 338,49	-
Weekend Marathon	Produção de eventos Operadores de receção	01/02/2019	47 329,51	47 329,51	03/05/2019	3 338,39	39 270,30	-
Weekend Marathon	Produção de eventos Operadores de receção	01/01/2020	21 933,56	21 933,56	01/04/2020	5 624,17	5 624,17	-
Wiener Kammerorchester	Produção de espetáculos <i>Dias da Música em Belém</i>	05/09/2020	21 750,00	21 750,00	04/12/2020	21 750,00	21 750,00	-
Wuppertaler Sinfonieorchester	Produção de espetáculos <i>Dias da Música em Belém</i>	17/09/2020	22 500,00	22 500,00	01/10/2020	22 500,00	22 500,00	-

5.2 Adjudicações por tipo de procedimento

Foram considerados apenas os contratos celebrados pela FCCB em 2020. O preço contratual (valor sem IVA) é aplicável a todo o período de vigência dos contratos, podendo existir contratos com execução plurianual.

O presente mapa não reflete os Ajustes Diretos Simplificados nos termos do artigo 128.º do CCP, uma vez que a aquisição não resulta em contrato reduzido a escrito.

Tipo de contrato	Formas de adjudicação								Total	
	Concurso público		Consulta prévia		Ajuste direto		Acordo quadro			
	Número de contratos (1)	Preço contratual (2)	Número de contratos (3)	Preço contratual (4)	Número de contratos (5)	Preço contratual (6)	Número de contratos (7)	Preço contratual (8)		
									Número de contratos (9) = (1)+(3)+(5)+(7)	Preço contratual (10) = (2)+(4)+(6)+(8)
Empreitadas de obras públicas	1	139 805,13	3	87 253,41	1	24 667,65	-	-	5	251 726,19
Aquisição de serviços	5	3 509 912,67	10	435 815,90	64	1 380 761,90	-	-	79	5 326 490,47
Locação ou aquisição de bens móveis	-	-	11	329 033,94	11	231 322,82	8 1 343 706,03		30	1 904 062,79
Concessão de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

6. Transferências e subsídios

6.1 Transferências e subsídios – concedidos

A Fundação não concedeu subsídios em 2020.

6.2 Transferências e subsídios – receita

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista (1)	Receita recebida (2)	Receita prevista e não recebida (3) = (1) – (2)	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício
Transferências correntes							
06.03.07 Serviços e fundos autónomos	Despacho n.º 4341/2020	Valorização do património cultural, incentivo à criação artística e à difusão cultural e na qualificação do tecido cultural	Fundo Fomento Cultural	7 728 000	7 728 000	-	-
06.06.03 Financiamento comunitário	n.a.	Apoio à transformação digital da Administração Pública (SAMA 2020)	Agência Desenvolvimento e Coesão	-	42 331	- 42 331	-
06.06.04 Outras transferências Segurança Social	n.a.	Apoio a trabalhadores devido à pandemia Covid-19	Instituto Segurança Social	-	479	- 479	-
06.09.01 União Europeia	n.a.	Apoio à transformação digital da Administração Pública (SAMA 2020)	Agência Desenvolvimento e Coesão	-	3 813	- 3 813	-
Total transferências correntes				7 728 000	7 774 623	- 46 623	-
Transferências de capital							
10.05.01 Aministração local	n.a.	Protocolo no âmbito da comemoração Lisboa Capital Verde	Câmara Municipal de Lisboa	-	60 000	- 60 000	-
10.09.01 União Europeia	n.a.	Apoio à transformação digital da Administração Pública (SAMA 2020)	Agência Desenvolvimento e Coesão	-	62 470	- 62 470	-
Total transferências de capital				-	122 470	- 122 470	-

7. Outras divulgações

Retenções

As retenções são tratadas como execução orçamental.

Pandemia Covid-19

Atendendo a importância de acompanhamento do impacto económico da pandemia Covid-19 nas entidades, a DGO adicionou duas medidas de contingência Covid-19 orçamentais em abril de 2020, 095 – Prevenção, contenção, mitigação e tratamento e 096 – Garantir a normalidade.

A FCCB comprometeu, em 2020, na medida 095 despesa no montante de 263 227 euros, executando 238 532 euros. A despesa comprometida na medida 096 foi de 26 235 euros e foi totalmente executada em 2020.

Foi recebido um apoio de 479 euros a trabalhadores em assistência à família devido à Pandemia Covid-19 da Segurança Social.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

O CONTABILISTA CERTIFICADO







Relatório de Auditoria



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Centro Cultural de Belém (doravante designada de Entidade ou FCCB), que compreendem o balanço em 31.12.2020 (que evidencia um total de 104.851.587 euros e um total de património líquido de 101.707.055 euros, incluindo um resultado líquido de 255.459 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da FCCB em 31.12.2020, o seu desempenho financeiro, e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Ênfases

Conforme nota anexa 0, e no uso do período de transição de três anos preconizado na IPSAS 33, a FCCB procedeu à correção do Balanço Inicial de transição para o sistema de normalização contabilística, com o reconhecimento de um Ativo Fixo Tangível por conta do direito de superfície dos terrenos dos Módulos IV e V, sobre o qual detém um direito de superfície perpétuo.

Conforme nota anexa 2.1 – Base de Mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras e nota 17 - Acontecimentos após a data de relato, decorrente da pandemia COVID 19, todas as atividades presenciais do foro cultural - espetáculos, exposições, ciclos e do foro comercial - eventos, conferências e seminários, concessões da área de restauração foram suspensas ou reduzidas nos estados de emergência decretados, não sendo ainda possível





estimar com razoável grau de segurança eventuais impactos na atividade nem prever a data definitiva de retoma das mesmas. Contudo, o plano de contingência elaborado, nos diversos cenários construídos, permite assegurar que a situação de liquidez à data é suficiente para assegurar o prosseguimento das atividades da Fundação CCB não estando em causa o princípio da continuidade das operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do Relatório de Atividades, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da FCCB que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 14.698.804 euros) e a demonstração da execução



orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 13.225.122 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Sobre o relatório de Gestão

Em nossa opinião, o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao previsto no parágrafo 34 da NCP 27 — Contabilidade de Gestão, pela não divulgação da informação prevista nas alíneas a), b), c) e d) do respetivo paragrafo.

Lisboa, 6 de maio de 2021

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
representada por:**

Ana Calado Pinto
(ROC nº 1103)

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

CCB

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS CONTAS DE 2020**

Nos termos da Lei e dos Estatutos apresentamos o Relatório e Parecer sobre as contas anuais de 2020, que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração ("CA") da Fundação Centro Cultural de Belém ("FCCB" ou "Fundação").

Acompanhámos a atividade da FCCB, pela análise da informação regularmente recebida e com base nos esclarecimentos solicitados, tanto ao Conselho de Administração, como aos Serviços, que prontamente nos prestaram todo o apoio e de que destacamos a Direção Financeira e Administrativa, o que nos apraz sublinhar.

Com a profundidade entendida necessária, efetuámos diversas análises aos registos contabilísticos e documentos de suporte, não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei ou dos Estatutos da Fundação.

Acompanhámos, com periodicidade trimestral, o controlo orçamental da Fundação, tendo emitido os respetivos relatórios de acompanhamento.

Emitimos Parecer sobre a proposta de orçamento para 2021, tendo concluído pelo cumprimento das regras existentes para a sua elaboração.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório do CA, as demonstrações financeiras que incluem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo às Demonstrações Financeiras. Analisou ainda as demonstrações orçamentais, que compreendem a Demonstração do Desempenho Orçamental, as Demonstrações da Execução Orçamental da Receita e da Despesa e o respetivo Anexo às Demonstrações Orçamentais, tendo sido confrontada a informação destas demonstrações financeiras e orçamentais com os respetivos elementos de suporte.

1/4



CCB

As demonstrações financeiras e orçamentais foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

O Relatório do Conselho de Administração descreve, com clareza, a atividade desenvolvida pelo atual CA. Entendemos sublinhar o forte impacto da pandemia COVID 19 nas atividades da FCCB, não só ao nível das atividades culturais, mas também a redução da atividade comercial no aluguer de espaços. Não obstante, estes impactos foram, parcialmente, mitigados pela renda recebida resultante da ocupação de parte da Fundação pela Presidência do Conselho da União Europeia e também pelo reforço do apoio ao funcionamento pelo Ministério da Cultura, consubstanciado num aumento da dotação orçamental.

Salientamos que os subsídios à exploração, designadamente o subsídio público ao funcionamento, continuam a ser essenciais para o desenvolvimento da missão da Fundação na promoção da cultura e na garantia de conservação e gestão do espaço, facto que foi agravado pela situação pandémica vivida. Efetivamente, os rendimentos próprios que, em 2019, representaram cerca de 47% dos gastos de exploração, caíram para cerca de 36% (40% se não considerados os encargos assumidos pela FCCB com o funcionamento da Fundação de Arte Contemporânea Coleção Berardo), pelas razões já anteriormente aduzidas.

Ainda assim, o Resultado Líquido da FCCB foi positivo, em 255 mil euros, confirmando a tendência dos últimos dois anos.

No que respeita à execução orçamental, é de registar um nível de execução da despesa de 10.615 mil euros, considerando um orçamento disponível de 11.869 mil euros (89 %). Do lado da receita foi executado o montante de 12.870 mil euros de um total disponível de 13.450 mil euros (96%), resultando assim um Saldo Global de 2.255 mil euros.

2/4



CCB

O Conselho Fiscal, regista o facto da Fundação, no exercício terminado em 31/12/2020, ter procedido ao reconhecimento e mensuração do direito de superfície perpétuo e gratuito dos terrenos dos Módulos IV e V. Esta situação, que vinha a ser acompanhada desde 2018, não tinha sido ainda refletida nas contas, considerando a inexistência de elementos fiáveis para a sua valorização. Em 2020, da ponderação efetuada, a Fundação solicitou um pedido de esclarecimento à Comissão de Normalização Contabilística, que se pronunciou no sentido do referido direito ter condições de reconhecimento e mensuração como um ativo fixo tangível, à luz do princípio da substância sobre a forma e considerando a inexistência de qualquer direito executório de reversibilidade sobre o mesmo, pelo que se considera que a Fundação detém o controlo sobre o ativo. Decorrente deste entendimento, foi reconhecido na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis no Ativo não corrente e em Resultados Transitados no Património Líquido o montante de 4.788 mil euros.

O Conselho Fiscal acompanhou também o trabalho do Auditor, com quem reuniu regularmente, no âmbito do trabalho desenvolvido sobre o sistema de controlo interno e de gestão de riscos. Obteve também todos os esclarecimentos considerados pertinentes sobre os trabalhos finais de revisão. Apreciou ainda a Certificação Legal das Contas (CLC), emitida sobre as demonstrações financeiras e orçamentais em apreço, a qual, à semelhança de anos anteriores, não apresenta qualquer qualificação, isto é, apresenta uma "Opinião não modificada" e duas ênfases. No que se refere ao Relatório do CA, o Auditor incluiu na CLC uma observação quanto à insuficiência de informação apresentada e prevista na NCP 27 – Contabilidade de gestão, que assinalamos, embora considerando que tal resulta da natureza da atividade da Fundação.

De salientar finalmente, a situação pandémica, ainda não ultrapassada, que tem vindo a provocar uma forte disrupção nas operações da Fundação, como anteriormente referido. Não obstante, o CA continua a monitorizar esta situação, pelo que o plano de contingência existente permite assegurar o prosseguimento das atividades da FCCB.

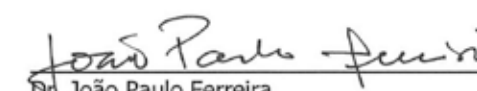


CCB

Em conclusão, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação das contas anuais de 2020 da FCCB.

Lisboa, 18 de maio de 2021

O Conselho Fiscal



Dr. João Paulo Ferreira

em representação de

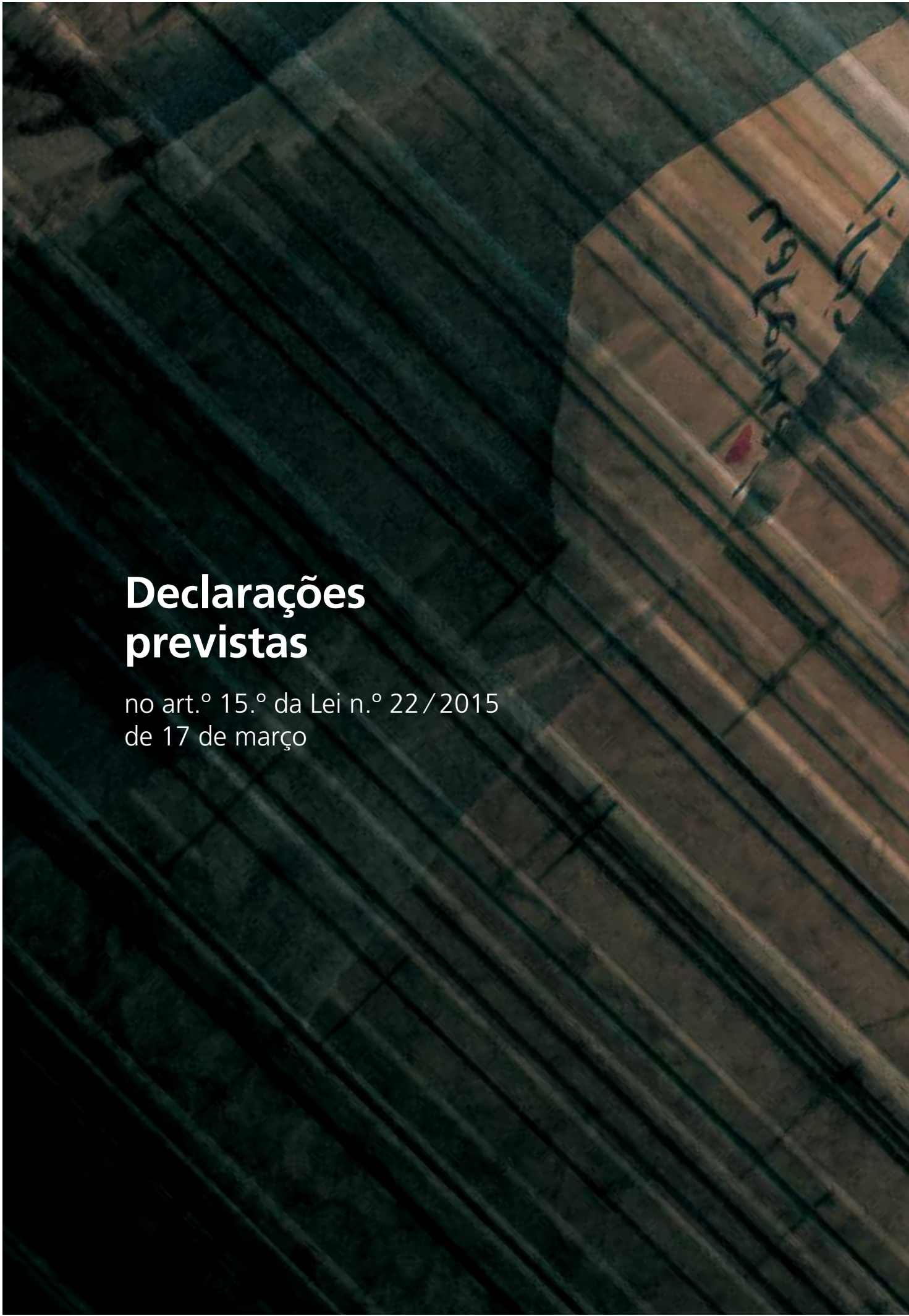
M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados, SROC, Lda
(Presidente e ROC)



Dr. Horácio Lisboa Afonso (Vogal)



Dr. Joaquim da Silva Neves (Vogal)



Declarações previstas

no art.º 15.º da Lei n.º 22/2015
de 17 de março

Compromissos Plurianuais

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2020

Ministério: **CULTURA**
Entidade: **FUNDAÇÃO CENTRO CULTURAL DE BELEM**

Montante total de compromissos plurianuais: **€ 3.142.601,99**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2020, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2021	2.233.538,38€
2022	780.155,10€
2023	128.908,51€

Lisboa, 29 de Janeiro de 2021
ELISIO COSTA Assinado de forma

Pagamentos em atraso

Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2020

Ministério: CULTURA

Entidade: FUNDAÇÃO CENTRO CULTURAL DE BELEM

Montante total de pagamentos em atraso: € 0,00

Sem pagamentos em atraso a declarar.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2021

ELISIO COSTA
SANTOS
SUMMAVIELLEAssinado de forma
digital por ELISIO
COSTA SANTOS
SUMMAVIELLE
Dados: 2021.01.29
16:54:40 Z

Recebimentos em atraso

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2020

Ministério: CULTURA

Entidade: FUNDAÇÃO CENTRO CULTURAL DE BELEM

Montante total de recebimentos em atraso: € 138.905,79

Nº	Ano	Classificação Económica	Devedor NF	Devedor Designação	Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	2011	070208	231815190	GISLAINE GOMES	Apuramento espetáculos	4.580,27€	Processo em contencioso
2	2011	070208	508485312	VOOS DE ILUSÃO- VIAGENS TURISMO	Apuramento espetáculos	6.189,12€	Processo em contencioso
3	2014	070208	510578543	ASSOCIAÇÃO FLAMENCO ATLÂNTICO	Apuramento espetáculos	4.550,00€	Processo em contencioso
4	2013	070208	510343503	MARGARDA PIMENTEL, LDA.	Lojista	3.029,16€	Processo em contencioso
5	2014	070208	510343503	MARGARDA PIMENTEL, LDA.	Lojista	16.573,00€	Processo em contencioso
6	2018	070299	510343503	MARGARDA PIMENTEL, LDA.	Lojista	16.583,90€	Processo em contencioso
7	2019	070299	510343503	MARGARDA PIMENTEL, LDA.	Lojista	663,83€	Processo em contencioso
8	2015	070208	FR54420213423	SARL DIVAN PRODUCTION	Evento comercial	3.277,83€	Processo em contencioso
9	2015	070208	G86078284	FUNDACIÓN SIGLO DE ORO	Apuramento espetáculos	1.041,87€	Processo em contencioso
10	2016	070208	513887415	NOMAD BUBBLE, LDA.	Evento comercial	1.601,61€	Processo em contencioso
11	2017	070299	509621536	FABRÍQUEO, S.A.	Reciclagem óleos	198,70€	Contactos estabelecidos
12	2017	070299	507087348	HANSECOM MEDIA & COM. LDA.	Evento comercial	878,61€	Processo em contencioso
13	2020	070299	901805998	MISSÃO PERMANENTE TIMOR LESTE	Estacionamento	233,75€	Contactos estabelecidos
14	2018	070299	501559094	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	Evento comercial	1.656,54€	Contactos estabelecidos
15	2020	070299	508704758	ANTHEA - SEGURANÇA PRIVADA	Empresa Amiga CCB e Cedências/ Consumos	12.428,47€	Contactos estabelecidos
16	2018	070299	515006734	OMTEL - ESTRUTURAS COMUNICAÇÃO	Cedências/ Consumos	2.275,06€	Contactos estabelecidos
17	2020	070299	980547490	BANKINTER, S. A.	Evento comercial	1.090,41€	Contactos estabelecidos
18	2019	070299	502929111	VANTAGEM+ CONSULT. FORMAÇÃO	Evento comercial	1.082,47€	Contactos estabelecidos
19	2020	070299	129108642	MARIA TERESA GANCHAS FETOMÁZ	Cedências/ Consumos	256,72€	Contactos estabelecidos
20	2008	070208	503975788	PUZZLE, FERRUMARIA E COSMÉTICA	Evento comercial	1.439,90€	Processo em contencioso
21	2020	070299	503579149	ASSOCIAÇÃO SONS DA LUSOFONIA	Apuramento espetáculos	664,20€	Contactos estabelecidos
22	2009	070208	503268577	NAMELOJA-CENTRO FOTOGRAF. BELEM	Lojista	1.851,48€	Processo em contencioso
23	2002	070208	215179706	ALC - PUBLICIDADE	Evento comercial	7.723,10€	Processo em contencioso
24	2020	070299	504841017	KRAEVBENTOS, LDA.	Evento comercial	1.235,23€	Contactos estabelecidos
25	2019	070299	503618136	PWC - CREATE SOLUTIONS, LDA.	Evento comercial	1.096,48€	Contactos estabelecidos
26	2004	070208	504745581	LETRA PROFISSIONAL	Evento comercial	5.115,44€	Processo em contencioso
27	2020	070299	506368137	UGURU II PRODUÇÕES, LDA.	Apuramento espetáculos	2.184,01€	Contactos estabelecidos
28	2014	070208	504676024	DESAFIO GLOBAL ATIVISM	Evento comercial	6.878,11€	Processo em contencioso
29	2020	070299	506973123	INCUBADORA D'ARTES	Apuramento espetáculos	4.059,00€	Contactos estabelecidos
30	2017	070299	507878094	FUNDAÇÃO AMC-COLEÇÃO BERNARDO	Apoio ao funcionamento Museu Berardo	361,69€	Contactos estabelecidos
31	2020	070299	506180457	OPART-ORGAN. PRODUÇÃO ARTÍSTICA	Apuramento espetáculos	258,30€	Contactos estabelecidos
32	2008	070208	508052912	MANOBRAS CLUSADA	Evento comercial	780,00€	Processo em contencioso
33	2020	070299	501312188	PARTIDO SOCIALISTA	Evento comercial	3.273,73€	Contactos estabelecidos

34	2009	070208	509004539	TEAM/IBV INST.-BUSINESS SCHOOL	Evento comercial	12.929,09€	Processo em contencioso
35	2020	070299	506734579	SONS E M TRÁNSITO, LDA	Apuramento espetáculos	10.147,50€	Contatos estabelecidos
36	2020	070299	503171565	MAN/VIA - MANUTENÇÃO E EXPLORAÇ	Cedencias/ Consumos	4,92€	Contatos estabelecidos
37	2003	070208	502395222	TCC - TITO CELESTINO DA COSTA	Apuramento espetáculos	712,29€	Processo em contencioso

Lisboa, 29 de Janeiro de 2021.

ELISIO COSTA

Assinado de forma digital por ELISIO

